
RELATÓRIO DE CONTAS



20
20

FUNDAÇÃO GASPAR FRUTUOSO

Nota técnica

Fundação Gaspar Frutuoso

Relatório e Contas 2020

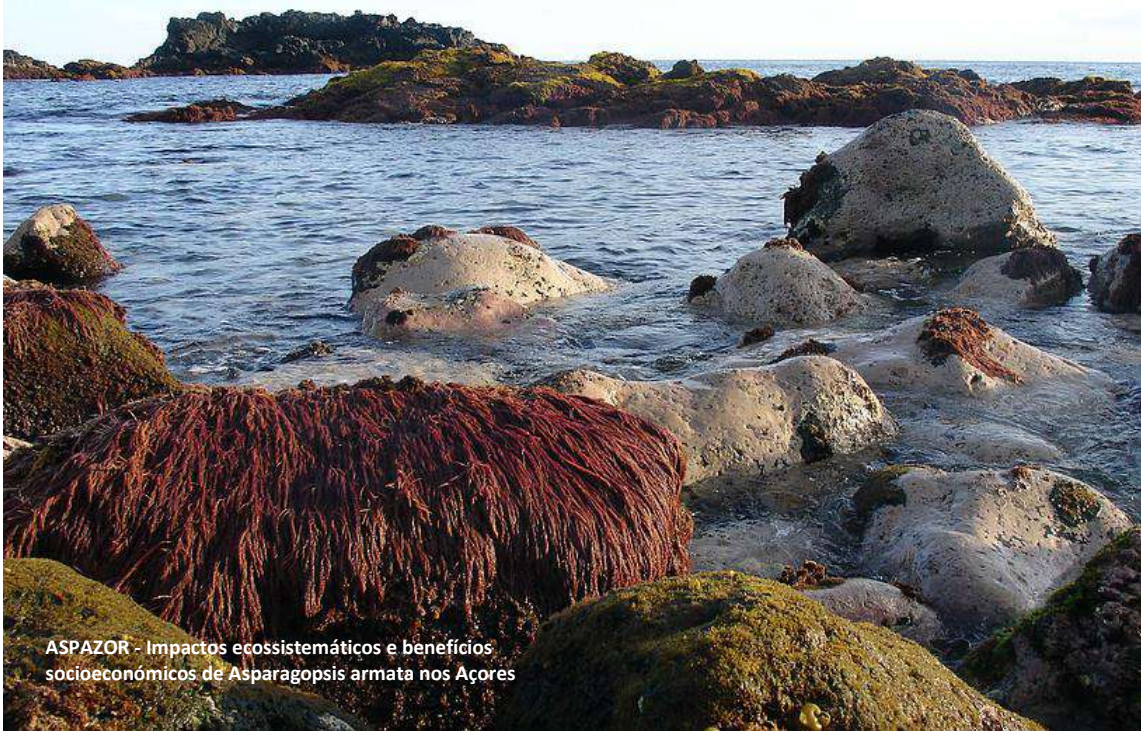
Coordenação Equipa Técnica da FGF

Design gráfico Carla Ramalho

Fotografia: Banco imagens FGF/ Universidade dos Açores

Impressão: Formato digital

Abril 2021



Agradecimento

A Fundação Gaspar Frutuoso ultrapassou, ao longo de 2020, desafios que a confrontaram com uma realidade nunca antes conhecida, tendo sempre adaptado o seu modo de funcionamento à variabilidade das circunstâncias do meio onde se insere, atuando e respondendo de uma forma eficaz a todas as solicitações que lhe foram dirigidas.

Hoje, podemos afirmar que **TODA A EQUIPA DA FGF** está de parabéns e que valeu o esforço na prossecução da sua missão, num ano que marcará indubitavelmente a nossa vida e história. De onde o registo do nosso reconhecido e devido agradecimento.

INDICE

Mensagem do Presidente - p.5

I A FUNDAÇÃO

- O nosso patrono - p. 7
- Caracterização jurídica - p.8
- Objetivos e competências - p.10
- Estrutura orgânica - p.12
- Capital humano- p.13

ATIVIDADE **II**

- Projetos - p.17
- Prestações de Serviços - p.40
- Recursos Humanos - p.47
- Comunicação - p.50
- Desempenho - p.53
- Perspetivas para 2021 - 60

III ANÁLISE & MAPAS FINANCEIROS

- Nota Introdutória - p.65
- Balanço – p.78
- Demonstração de Resultados – p.79
- Demonstração das Alterações de Património Líquido – p.80
- Demonstração de Fluxos de Caixa – p.81
- Anexo às Demonstrações Financeira - p.82
- Anexo às Demonstrações Orçamentais - p.110
- Proposta de aplicação de resultados – p.129
- Fiscalização - p.129
- Relatório e parecer fiscal único – p.130
- Certificação legal das contas – p.132

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Fundação Gaspar Frutuoso foi instituída pela Universidade dos Açores em 4 de março de 1999 como pessoa coletiva de direito privado e fins de utilidade pública, tendo obtido tal reconhecimento, pela primeira vez, através da Portaria n.º 674/2000, de 13 de março, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 92, de 18 de abril.

No seguimento da publicação da Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro, que determinou a realização de um censo a todas as fundações, nacionais e estrangeiras, visando a sua eventual extinção, e da Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, também conhecida por Lei-Quadro das Fundações, que veio estabelecer os princípios e normas pelos quais se regem as Fundações, o Governo da República, fruto do parecer positivo do Governo Regional dos Açores, determinou a manutenção da Fundação Gaspar Frutuoso.

Tal decisão revestiu-se de grande importância para a Fundação, entretanto declarada novamente de utilidade pública por despacho do Presidente do Governo Regional dos Açores, datado de 27 de junho de 2013, assim como para a Universidade dos Açores cujo desenvolvimento, em particular no que respeita à investigação científica e tecnológica, muito deve ao papel desempenhado pela Fundação Gaspar Frutuoso desde a sua criação.



Importa agora adequar a Fundação às novas exigências, dotando-a de uma estrutura capaz de responder aos desafios colocados pelos diversos programas operacionais, regionais, nacionais e europeus que agora se iniciam no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio 2020. Mas, mais do que isso, é essencial promover o seu desenvolvimento em articulação com a Universidade dos Açores e em estreita ligação com a sociedade, fomentando ações que contribuam decisivamente para o crescimento económico e o bem-estar social dos cidadãos.

É esta a grande missão da Fundação Gaspar Frutuoso no presente.

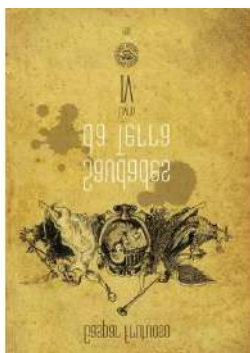


Presidente do Conselho Geral
João Luís Gaspar

A FUNDAÇÃO

O nosso patrono... Gaspar Frutuoso

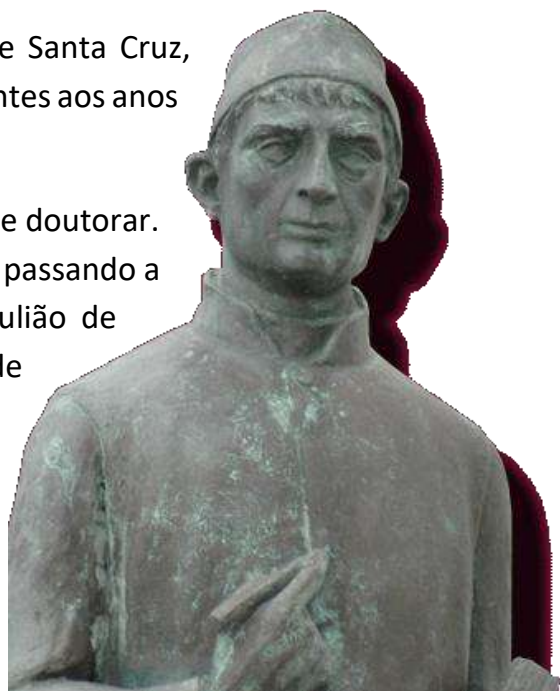
Gaspar Frutuoso nasceu na Ilha de São Miguel (Ponta Delgada, 1522 — Ribeira Grande, c. 1591), filho de Frutuoso Dias, mercador e proprietário rural, e de sua esposa Isabel Fernandes, foi historiador, sacerdote e humanista açoriano.



Bacharel em Artes e Teologia pela Universidade de Salamanca e Doutor em Teologia, destacou-se pela autoria da obra *Saudades da Terra* (6 livros, 8 tomos), onde faz a primeira “história” comparada insular, tratando os arquipélagos das Canárias, Madeira e principalmente dos Açores.

Foi pároco da vila da Lagoa, na freguesia de Santa Cruz, onde existem registos por ele lavrados referentes aos anos de 1558 a 1560.

Em 1560 partiu para Salamanca, talvez para se doutorar. Nesse mesmo ano, mudou-se para Bragança, passando a ser um próximo colaborador do bispo D. Julião de Alva, aí permanecendo até 1563. Por carta de confirmação de 20 de maio de 1565, foi nomeado vigário e pregador da Matriz de Nossa Senhora da Estrela da então Vila da Ribeira Grande, cargo que exerceu, durante 26 anos, até à sua morte.



Caracterização jurídica

A Fundação Gaspar Frutuoso, FP, criada por iniciativa da Universidade dos Açores, é uma Fundação Pública de Direito Privado, dotada de personalidade jurídica, órgãos e património próprios e de autonomia administrativa e financeira, que se rege pelos seus estatutos, regulamentos internos, Lei-Quadro das Fundações e demais legislação aplicável.

No quadro de uma estreita colaboração com a Universidade dos Açores, visa fomentar atividades de cariz científico, tecnológico, social, cultural, artístico, desportivo, económico e ambiental, entre outros, através da promoção e da participação em concursos, programas e projetos, assim como do desenvolvimento de ações de formação, consultoria e divulgação.



PASTURCLIM – Impacto das alterações climáticas na produtividade e composição nutricional das pastagens nos Açores

Por deliberação do Conselho Geral de 12 de janeiro de 2018, foi aprovada a primeira alteração aos estatutos, que consta do Despacho n.º 5034/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 97, de 21 de maio de 2018.

Decorreu esta alteração de uma recomendação da Presidência do Conselho de Ministros, no sentido de promover a conformação do n.º 1 do artigo 17.º dos estatutos com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2011/A, de 11 e maio, e dela resultou a obrigação de reunião semanal do Conselho Diretivo em vez da reunião mensal prevista nos estatutos publicados em 2015.



GreenGA – Green Gardens Azores

Objetivos e competências

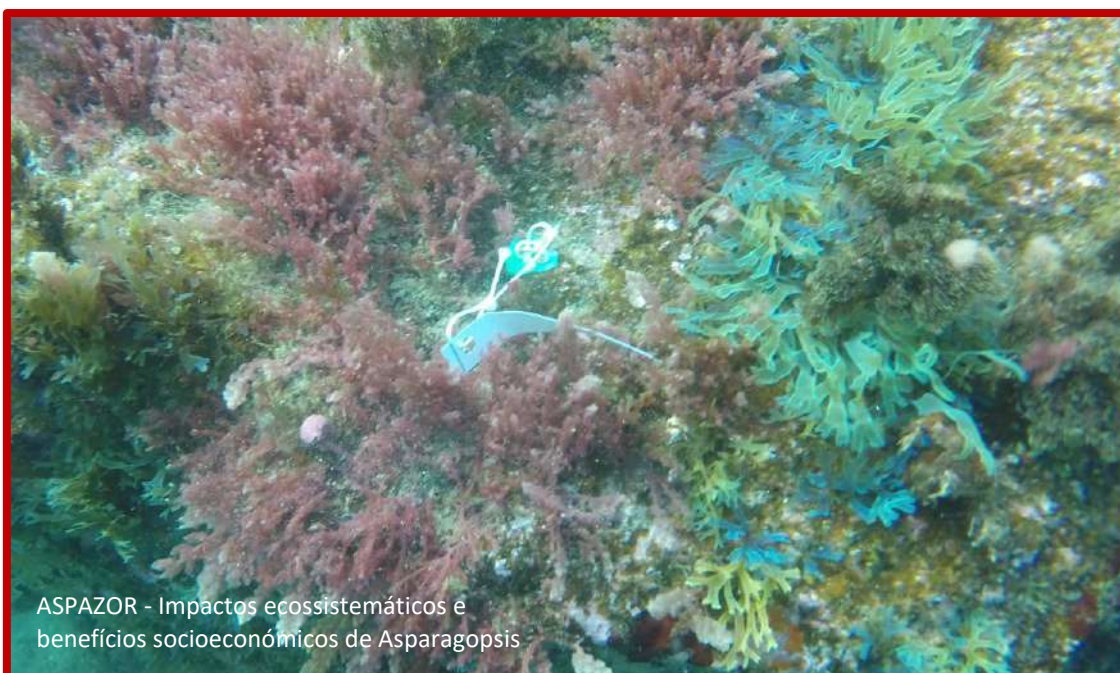
Compete à Fundação, designadamente:

- a) Fomentar, apoiar e realizar atividades de investigação científica e de desenvolvimento experimental e tecnológico, em estreita ligação com instituições de ensino superior, de investigação e empresas, e estimular a cooperação entre estas e outras entidades nacionais ou estrangeiras;
- b) Promover, incentivar e concretizar a prestação de serviços de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, assim como de consultoria técnica e científica;
- c) Fomentar, apoiar e realizar ações de formação e de divulgação científica e tecnológica;
- d) Conceder bolsas, prémios e subsídios para apoiar atividades de ciência e tecnologia e de formação profissional, promovendo o mérito e a excelência, bem como outras subvenções de interesse social;



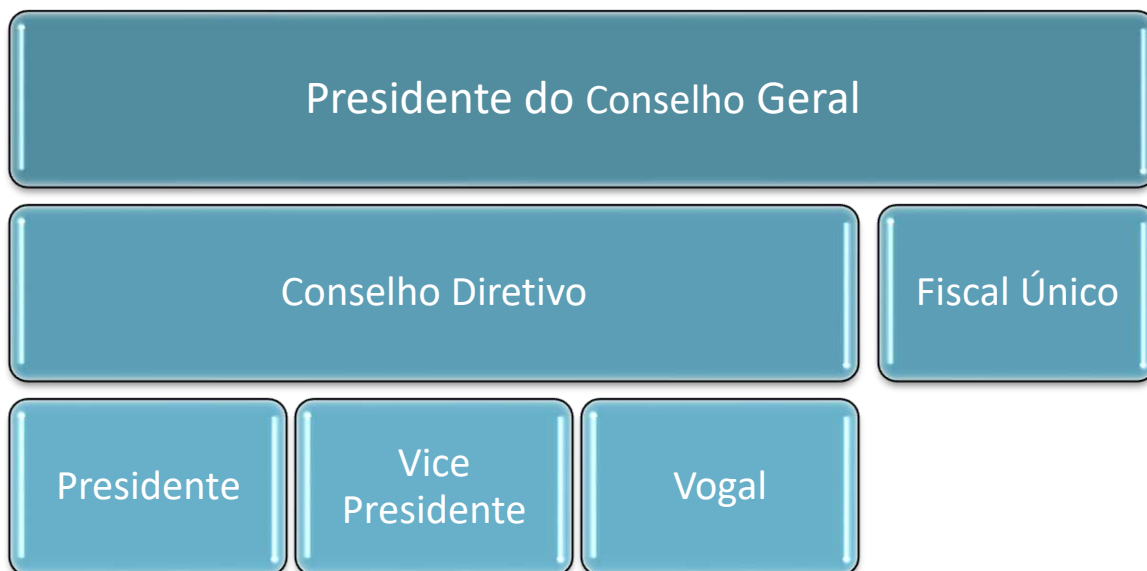
- e) Dinamizar projetos e ações de interesse académico, com o intuito de aumentar a qualidade do ensino, da investigação e dos serviços, assim como garantir boas-práticas e promover a preservação do ambiente e a segurança de pessoas e bens;
- f) Dinamizar o mecenato nos domínios científico, tecnológico, social, ambiental, cultural e desportivo, entre outros, visando a concretização de programas, projetos e ações que se enquadrem nos objetivos da Fundação.

Na prossecução dos seus objetivos, a Fundação poderá adquirir bens móveis ou imóveis, celebrar contratos e estabelecer convénios e acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, bem como filiar-se em organismos que agreguem instituições que prossigam fins similares aos seus, em quaisquer áreas do conhecimento científico e tecnológico.



ASPAZOR - Impactos ecossistemáticos e benefícios socioeconómicos de *Asparagopsis*

Estrutura orgânica



São órgãos da Fundação: o Conselho Geral, o Conselho Diretivo e o Fiscal Único.

O fiscal único é designado pelo Conselho Geral sob proposta do reitor da Universidade dos Açores, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas. Atualmente é representado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, UHY & Associados, SROC, Lda., na pessoa do Dr. por Manuel Luís Fernandes Branco.

Por deliberação do Conselho Geral, de 30 de julho de 2020, e de proposta fundamentada do Reitor da Universidade dos Açores e Presidente do Conselho Geral da FGF, Professor Doutor João Luís Roque Baptista Gaspar, na sequência da saída dos vogais do Conselho Diretivo — Mestre Nélia Maria Furtado Ferreira e Licenciado Bruno Rodrigo Pereira Machado — foram designados como membros do Conselho Diretivo o Doutor Paulo Jorge de Sousa Meneses, na qualidade do Presidente, a Mestre Carla Cristina Soares Ramalho, na qualidade de vogal com funções executivas, posteriormente eleita Vice-Presidente, em reunião de Conselho Diretivo a 4 de setembro de 2020, e o Doutor Francisco José Ferreira Silva, na qualidade de vogal.

Capital humano



Em 2020, a sede da FGF contava com 12 colaboradores, a maioria com um vínculo laboral instável e a trabalhar na Fundação há praticamente 3 anos. É uma equipa jovem, com uma idade média de 33 anos, e com elevadas qualificações académicas e profissionais, a qual contribui, diária e decisivamente, para a evolução da Fundação, com uma cultura de criação de valor acrescentado em todas as suas tarefas, facto reconhecido e valorizado pelos nossos investigadores. Estes dados motivaram, naturalmente, o Conselho Diretivo da FGF a promover uma gestão deste capital humano baseada na responsabilidade, visão e vontade de preservação do valor individual de cada colaborador, procurando garantir a estabilidade da equipa existente.

A reorganização na área dos recursos humanos, iniciada em setembro de 2020, consubstanciou-se na:

-
- Abertura de procedimentos concursais com vista à contratação de 2 novos colaboradores para a área de atuação de gestão de projetos (nomeadamente os relacionados com as fontes de financiamento PO2020 e DRCTD/FRCT);
 - Revisão/atualização os índices remuneratórios, tendo em consideração o tempo de serviço, tarefas/funções desenvolvidas e responsabilidade assumida;
 - Regularização dos vínculos contratuais existentes;
 - Renegociação dos seguros de acidentes de trabalho e pessoais, com obtenção de coberturas mais amplas, mantendo os valores contratualizados;
 - Concessão do acesso à ADSE;
 - Definição de procedimentos internos que possam garantir uma boa execução orçamental em todas as áreas, maior eficiência nos processos administrativos e menor desperdício de recursos, mais e melhor partilha de informação entre equipas ao nível da gestão contabilística e financeira;
 - Reorganização dos espaços de trabalho, em termos de funções e do plano de contingência aprovado;
 - Modernização do parque informático e administrativo existente, em termos de equipamento e aplicações informáticas, ajustando os instrumentos de trabalho às contingências determinadas pela pandemia, por forma a atenuar os condicionalismos dos colaboradores que têm que desenvolver as suas funções em regime de teletrabalho;
 - Desenvolvimento e implementação do conceito de “Portal do Investigador”, um novo sistema de gestão de informação e de processos, devidamente adaptado à realidade da FGF, que conta com o contributo de todos os colaboradores.

Ao nível da **prestação de serviços externos**, em regime de avença, a Fundação irá continuar a recorrer, em 2021, aos serviços especializados na área da contabilidade e do direito.

No que concerne à **formação profissional dos colaboradores**, esta assentou essencialmente em formação digital à distância.

A 31 de dezembro, a equipa da Fundação Gaspar Frutuoso era composta pelos seguintes técnicos:

FINANCEIRA	Paula Alexandra Miguel Ferreira	Assistente Técnica
	Joana Filipa Câmara Lopes	Assistente Técnica
	Maria João Correia Salvador	Estagiário T
GESTÃO	Bruno Rodrigo Pereira Machado	Técnico Superior
	Nídia da Conceição Pimentel Jardim	Assistente Técnica
	Vera Lúcia Almeida Cordeiro	Técnico Superior
INSTITUCIONAL	Crisálida Reis Fernandes Rego	Assistente Técnica
JÚRIDICA	Sílvia Freitas Martinho	Técnico Superior
PROJECTOS	Bruno Rodrigo Pereira Machado	Técnico Superior
	Lúcia Raquel Pontes Ferreira Cláudio	Técnico Superior
	Melissa Sofia Braga Figueiredo	Técnico Superior
	Paula Cristina Medeiros Oliveira	Técnico Superior

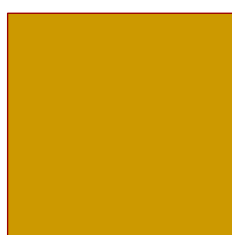
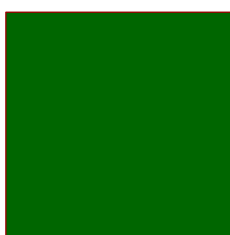
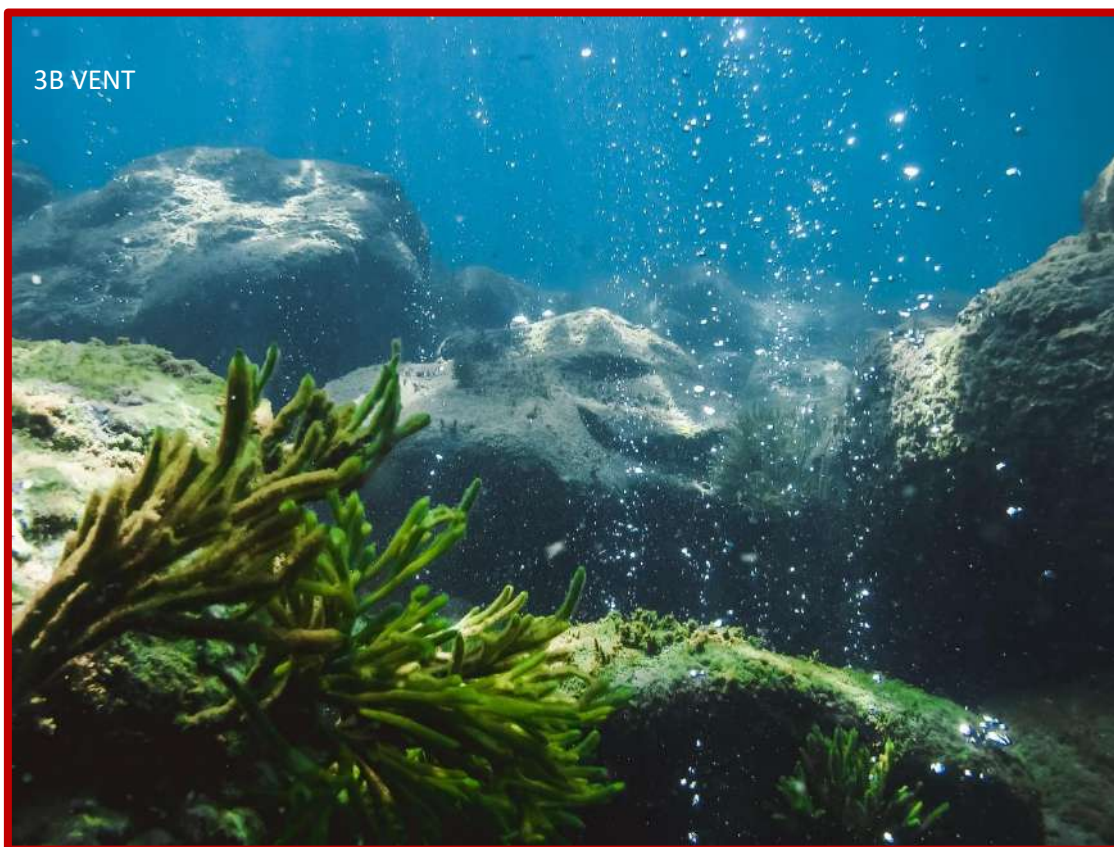


ATIVIDADE II
FGF__

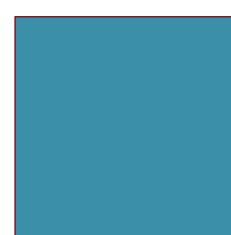


TU-SÉNIOR 55+ Turismo Sénior e Bem-Estar no Destino
Açores: Criação de um Produto Cultural

PROJETOS



**138
CENTROS
DECUSTOS
ATIVOS**



**1,8 MILHÕES
EUROS
EXECUÇÃO**



2020

**7 FONTES
FINANCIAMENTO**

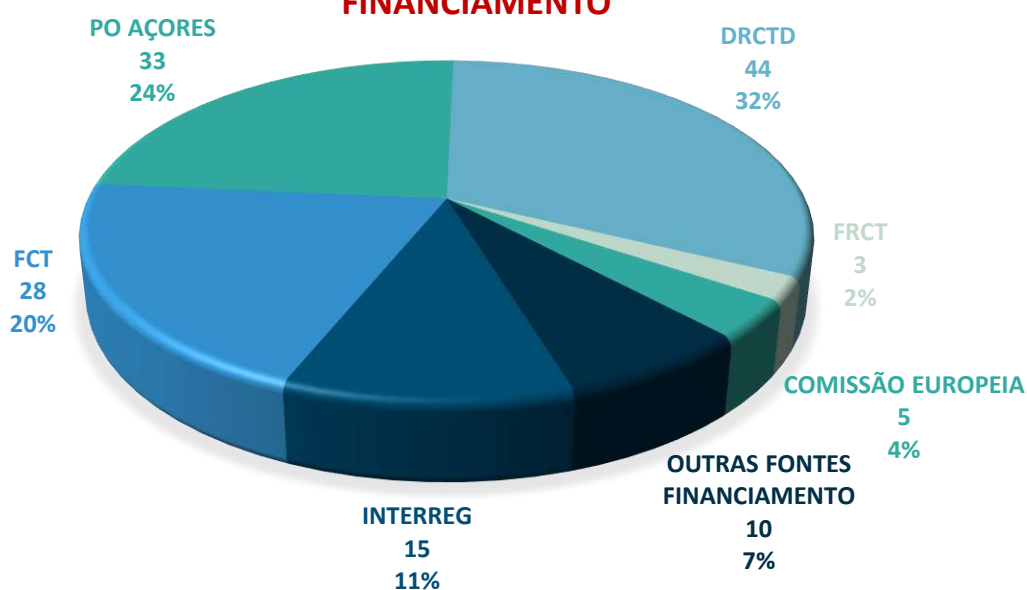
O ano de 2020 ficou marcado pela eclosão da pandemia da COVID-19, com impactos profundos e transversais em todas as áreas, geografias e setores de atividade, incluindo o da investigação.

Muitos projetos de investigação tiveram que reformular os planos de atuação e adaptar-se, dentro do possível e permitido, a esta nova realidade.

A Fundação Gaspar Frutuoso, em 2020, geriu 138 projetos, suportados por diferentes Fontes de Financiamento regional, nacional e comunitária, a saber:

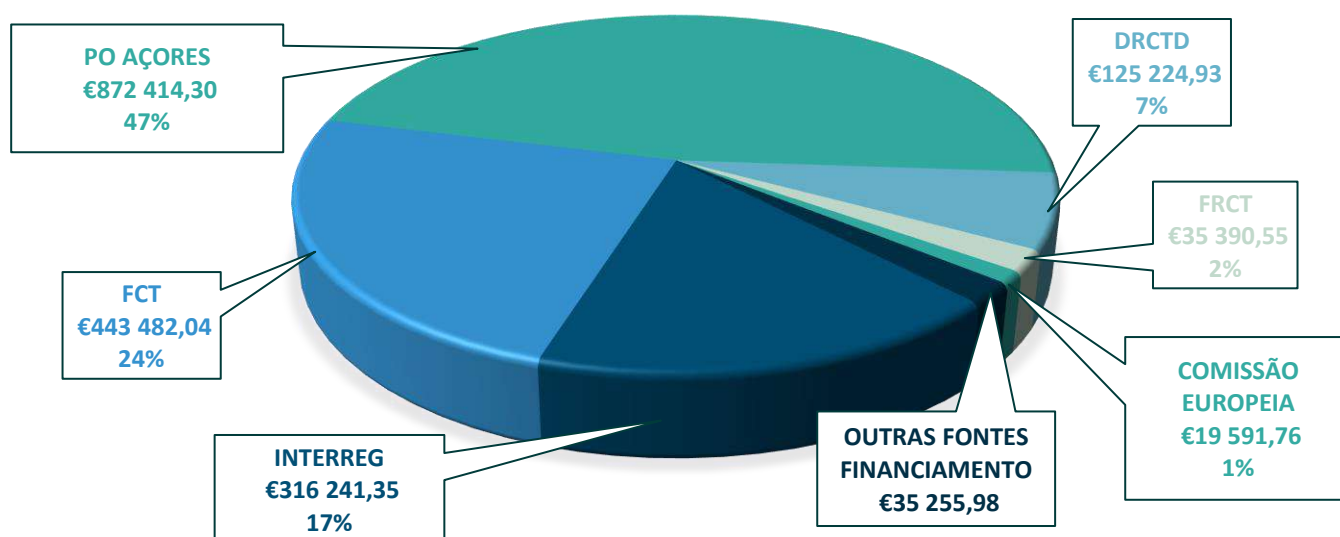
- Direção Regional da Ciência e Transição Digital (anterior Direção Regional da Ciência e Tecnologia);
- Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia (FRCT);
- Programa Operacional para os Açores (PO 2020);
- Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT);
- Programa de Cooperação INTERREG VA Espanha-Portugal MAC (Madeira-Açores-Canárias) 2014-2020;
- Comissão Europeia (CE);
- Outras Fontes de Financiamento.

PESO PERCENTUAL DO N.º DE PROJETOS POR FONTE DE FINANCIAMENTO



A verba executada referente a estes projetos ascendeu a **1.847.600,91€** tendo gerado **218.550,12 €** de custos indiretos.

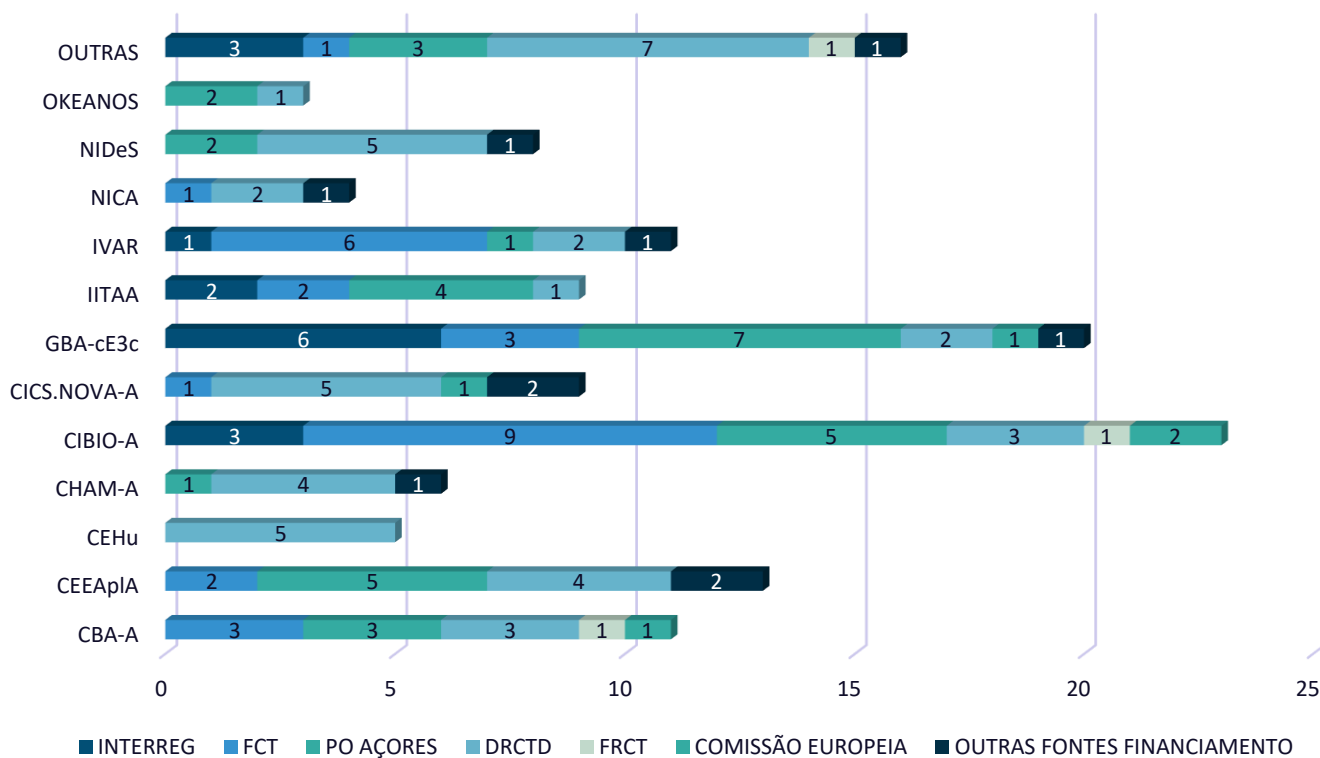
VALOR EXECUTADO, EM 2020, POR FONTE DE FINANCIAMENTO



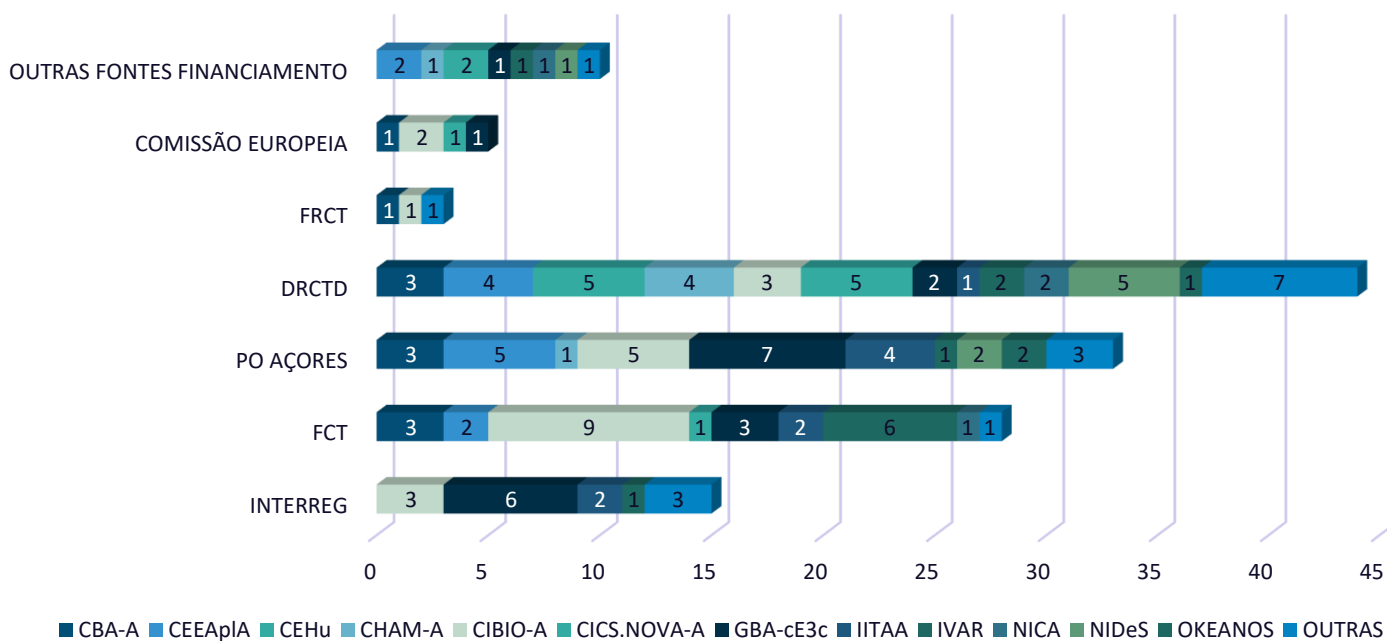
Ao nível de núcleos de investigação e desenvolvimento, os projetos encontram-se divididos pelas seguintes unidades:

- Centro de Biotecnologia dos Açores (CBA-Açores)
- Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico (CEEApIA)
- Centro de Estudos Humanísticos (CEHu)
- Centro de História d' Aquém e d' Além-Mar (CHAM)
- Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO)
- Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc)
- Grupo de Biodiversidade dos Açores (GBA-cE3c)
- Instituto de Investigação em Vulcanologia e Avaliação de Riscos (IVAR)
- Instituto de Investigação em Tecnologias Agrárias e do Ambiente (IITAA)
- Instituto de Investigação em Ciências do Mar - OKEANOS
- Núcleo de Investigação e Desenvolvimento em e-Saúde
- Núcleo Interdisciplinar da Criança e do Adolescente
- Outros (Faculdade da Uac não associada a unidade de I&D ou outra instituição de investigação)

N.º DE PROJETOS POR NÚCLEO DE I&D/FONTE DE FINANCIAMENTO



N.º DE PROJETOS POR FONTE DE FINANCIAMENTO/NÚCLEO DE I&D



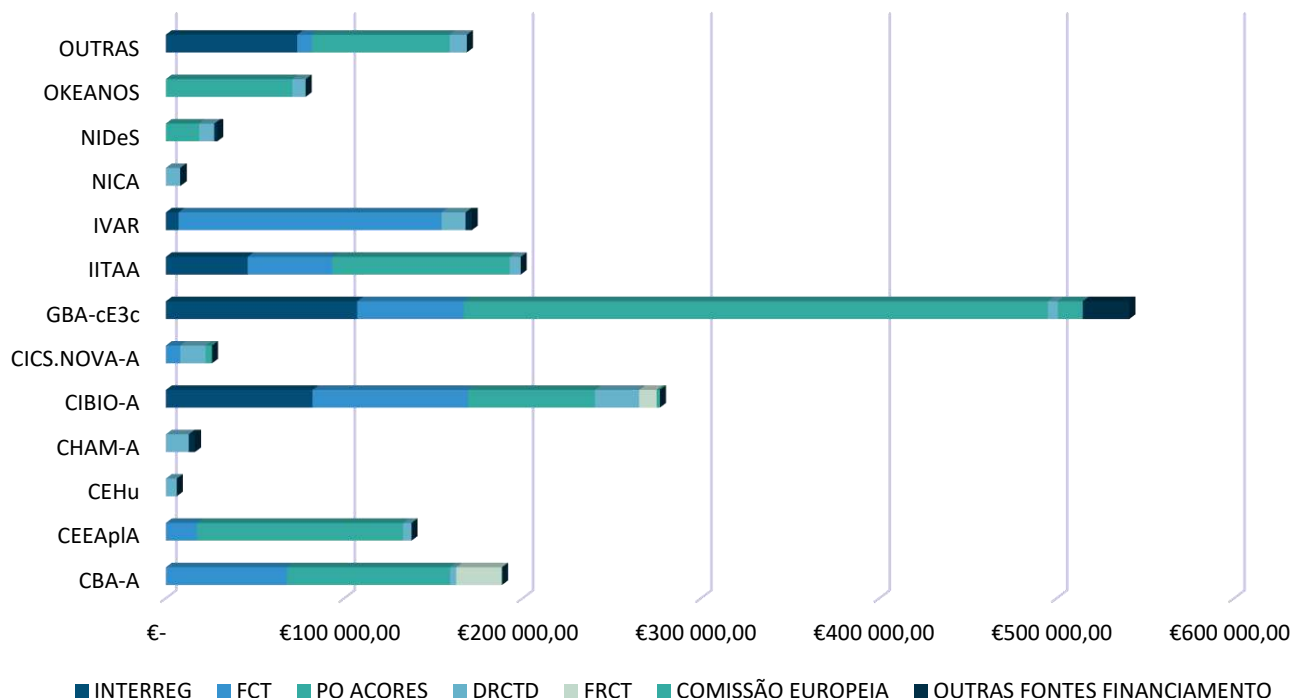
Se efetuarmos uma análise dos projetos geridos, por núcleo de Investigação e Desenvolvimento, o Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO) detém 23 projetos geridos atualmente pela FGF, sendo praticamente 40% financiados pela FCT, num total de 277.031,32€ de valor executado em 2020, tendo gerado 27.303,95€ de custos indiretos.

O centro de investigação do Grupo de Biodiversidade dos Açores (GBA-cE3c) detém 20 projetos na Fundação Gaspar Frutuoso, privilegiando como fontes de financiamento os programas PO Açores (7 projetos) e INTERREG (6 projetos), num total executado em 2020, em todas as fontes de financiamento, de 540.995,04€, que correspondeu a um valor de 51.734,50 € de custos indiretos.

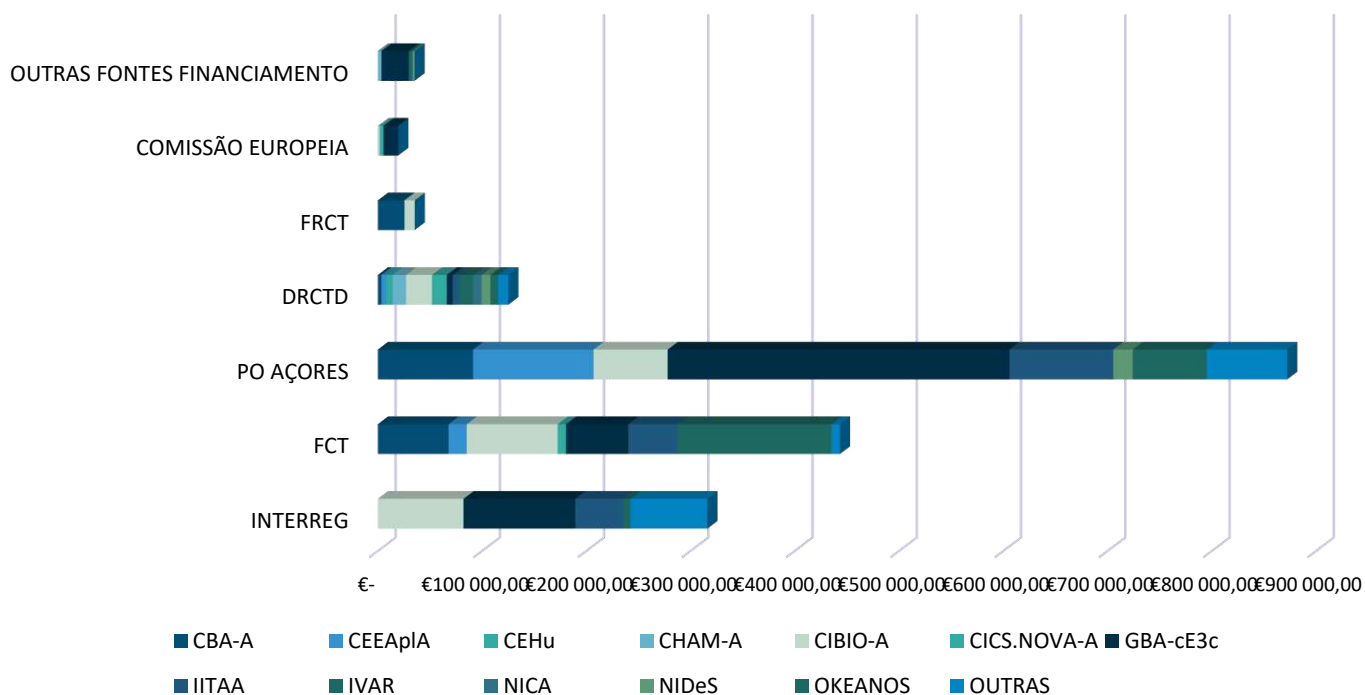
Deste modo podemos afirmar que não existe uma relação direta entre o número de projetos que uma unidade de investigação detém e o valor executado, pois esta variável depende muito da posição temporal do projeto ao nível de execução (projetos no início, normalmente detêm valores mais baixos de execução), da disponibilidade de meios financeiros na fonte de financiamento (os projetos que preveem adiantamentos tornam mais simples e céleres a sua execução), bem como da própria dinâmica da equipa de investigação, na prossecução do plano de trabalhos aprovados, aspeto que, considerando a natureza incomum do ano de 2020, foi para muitos investigadores responsáveis muito difícil de cumprir, tendo mesmo que solicitar a prorrogação do prazo dos trabalhos ou a reformulação dos mesmos.

No que concerne às fontes de financiamento, verifica-se uma situação similar, em que a atual Direção Regional da Ciência e Transição Digital detém 44 projetos, ou seja, 32% da carteira de projetos geridos pela FGF, tendo sido em 2020 executados nesta fonte de financiamento 125.224,93€, o que corresponde, ao nível percentual, apenas a 7% do total executado pela FGF. É, contudo, interessante verificar que todos os núcleos de investigação detêm projetos nesta fonte financiamento, não havendo nenhum com especial destaque em termos de peso percentual.

EXECUÇÃO, EM 2020, POR NÚCLEO DE I&D/FONTE FINANCIAMENTO



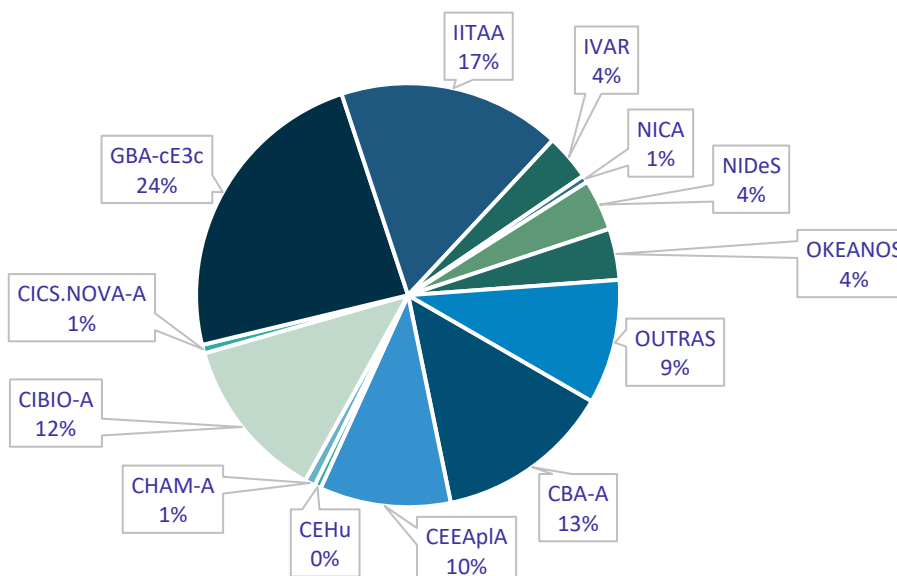
EXECUÇÃO, EM 2020, POR FONTE FINANCIAMENTO/NÚCLEO DE I&D



Ao nível de execução por fonte de financiamento, claramente o programa PO Açores foi aquele que teve mais despesa executada, com um valor de 872.414,30€, correspondente a quase metade (47%) de toda a execução da FGF, na vertente dos projetos de investigação. Igualmente relevante, em termos de valor, foi o desempenho alcançado na execução dos programas financiados pela FCT e INTERREG, responsáveis por respetivamente 443.482,04€ (24%) e 316.241,35€ (17%) do valor executado em 2020.

Ao analisarmos a origem dos custos indiretos, vulgarmente denominados *overheads*, obtidos pela Fundação Gaspar Frutuoso em 2020, os 3 núcleos de investigação que mais contribuem são o Grupo de Biodiversidade dos Açores (GBA-cE3c), com 51.734,50€, seguido do Instituto de Investigação em Tecnologias Agrárias e do Ambiente (IITAA), com 37.182,63€, e o Centro de Biotecnologia dos Açores (CBA-Açores), com 29.340,53€.

ORIGEM DOS OVERHEADS/NÚCLEO DE I&D





TU-SÉNIOR 55+ Turismo Sénior e Bem-Estar no Destino
Açores: Criação de um Produto Cultural



**GOVERNO
DOS AÇORES**

DRCTD – Direção Regional da Ciência e Transição Digital

A Direção Regional da Ciência e Transição Digital (DRCTD) tem como missão propor as bases, as medidas e as linhas de financiamento em que deve assentar a política regional nos domínios da ciência, investigação, inovação e difusão da cultura científica e tecnológica, coordenando e desenvolvendo as ações conducentes à sua concretização, enquanto instrumentos da promoção da sociedade do conhecimento em toda a Região Autónoma dos Açores.

Em termos de sistema de atribuição de incentivos financeiros destaca-se o denominado PRO-SCIENTIA, sob a coordenação e gestão da DRCTD. O PRO-SCIENTIA, criado em 2012 (Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2012/A de 4 de julho de 2012), estrutura-se em quatro eixos prioritários:

- 01. Valorizar -Valorização em Ciência e Tecnologia (C&T);

-
- 02. Cooperar: Cooperação e criação de parcerias em ID&I;
 - 03. Qualificar: Qualificação do capital humano para a sociedade do conhecimento;
 - 04. Atualizar: Melhoria da acessibilidade, das condições de utilização e do desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação.

A Fundação Gaspar Frutuoso, FP tem atualmente 19 projetos ativos no **eixo 01. Valorizar**, dos quais 12 fazem parte da Medida 1.1.a – “Apoio ao funcionamento e gestão dos centros de I&D regionais”, envolvendo os seguintes centros / núcleos de I&D: OKEANOS, CEEApIA, GBA, CBA, NICA, CIBIO, IVAR, NIDeS, CEHu, CICS, IITAA e CHAM, com financiamento total aprovado de 161.500,00€.

No âmbito da Medida 1.1.c – “Implementação de projetos de I&DI”, a FGF gere 7 projetos na área das Ciências Sociais e Humanas (domínios temáticos: combate as desigualdades sociais, educação, psicologia, enfermagem, posicionamento geopolítico dos Açores, relações da Macaronésia, cultura, história e património), com financiamento total aprovado pela DRCTD de 173.741, 53€. Estes projetos, referentes à Medida 1.1.a e à Medida 1.1.c./C.S, experimentaram dificuldades várias relacionadas com o contexto pandémico, nomeadamente no plano do desenvolvimento das atividades relacionadas com as missões, de onde os atrasos na execução determinadas ações que ditaram pedidos de prorrogação dos projetos para o ano económico de 2021.

Em contrapartida à baixa execução das ações elegíveis, especialmente na rubrica- “Missões”, destaca-se a superior execução financeira na rubrica “Equipamentos” e na rubrica “Bens correntes (materiais consumíveis e outros)”, em geral, como uma das soluções encontradas pelos investigadores para a execução de uma significativa percentagem do total do apoio financeiro atribuído em 2020.

No âmbito do **eixo 02. Cooperar**, a FGF, FP gere 1 projeto referente à Medida 2.2.b - “Integração em organizações, comissões e redes científicas transregionais e internacionais”, com financiamento total de 20.000,00€. Por força da pandemia, o projeto está temporariamente suspenso, devendo ser

retomado logo que as circunstâncias sanitárias permitam a realização das suas ações empíricas.

Relativamente ao **eixo 03. Qualificar**, a nossa entidade beneficiária é responsável pela gestão de 24 projetos ativos: 1 referente à Medida 3.3.a. - “Participação em reuniões científicas”, 3 à Medida 3.3.b.– “Organização de reuniões científicas”, 12 à Medida 3.3.c. – “Publicação de edições científicas”, 6 à Medida 3.4.b.- “Apoio à organização de eventos de divulgação científica e tecnológica”, 1 à Medida 3.4.b. – “Apoio a projetos de ciência cidadã 2020”, e outro à Medida 3.4.b. – “Apoio aos Clubes de Programação e Robótica 2020”, com um orçamento total de 65.083,11€. Deste total, houve projetos referentes à Medida 3.3.b. que foram cancelados por impedimento da realização das ações de incentivar a produção, formação e divulgação científica especializada, por motivos relacionados com a pandemia e com as orientações e recomendações constantes no plano de contingência da UAc.

Em razão do já mencionado contexto epidemiológico, todos os projetos destinados à organização de eventos de divulgação científica e tecnológica foram objeto de pedido de prorrogação para 2021, junto da DRCTD, da realização das ações identificadas como *workshops*, seminários e colóquios, à exceção dos projetos destinados à publicação de edições científicas (Medida 3.3.c), pois, em 2020, a DRCTD emitiu, de forma informal e por via eletrónica, um aviso de não validação dos pedidos de prorrogação temporal, por causa do COVID- 19, dos projetos enquadrados na Medida 3.3.c. (“Publicação de edições científicas”), uma vez que as empresas especializadas na prestação deste tipo de serviços estavam ativas. Não havendo constrangimento na resolução financeira, foi possível encerrar todas as ações destes mesmos projetos em 2020, com saldo final de 22.225,46€ executado a 100%.

Tendo em conta este contexto de pandemia, a vertente financeira de todos os projetos foi prejudicada, particularmente nas rubricas “Missões (deslocações e estadias)” e “Promoção e divulgação”, devido às restrições que atingiram o âmbito das deslocações aéreas, que afetaram a realização das ações científicas, implicando mesmo, nalguns casos, o cancelamento das ações de campo. A estas circunstâncias se deveu não só pedido de prorrogação da ação temporal e

financeira dos projetos para 2021, mas também o de reprogramação financeira entre rubricas, transferindo a verba disponível da rubrica “Missões (deslocações e estadias)” para a rubrica “Equipamentos” e “Bens correntes (materiais consumíveis e outros)”, reforçando, por exemplo, a aquisição de material dos centros de I&D.

OBSERVATÓRIO DA JUVENTUDE

University of the Azores
September 24, 2020
4 pm (Azores Time)

WEBINAR
Youth and Covid19

SPEAKERS:
JAMI CARLACIO
Yale University
PINA LALLI
University of Bologna
ISABEL ESTRELA REGO
University of the Azores

Moderation:
Pilar Damião de Medeiros
University of the Azores

In order to watch live the webinar please access the CICS.NOVA.UAç facebook page:
<https://www.facebook.com/cics.nova.uac>

CICS UAç **UAç** **UNIVERSIDADE** **DE** **AZORES** **CICS NOVA** **CICS NOVA UAç** **FCT** **CONSELHO** **DE** **REGULAMENTO**

A Fundação Gaspar Frutuoso terá como principal desafio, em 2021, combater a dificuldade de execução financeira registada em 2020 e reduzir o elevado número de pedidos de alterações (temporais e financeiras) das ações dos projetos, apresentando aos investigadores que não puderam realizar os seus eventos, em virtude da pandemia, serviços em regime online.

As empresas digitais têm a capacidade para desenvolver plataformas para eventos, para tratar da sua divulgação, gestão e pagamento de inscrições, armazenamento do material do evento para posterior utilização por quem o frequenta, e ainda para emitir os certificados de presença enviados por via eletrónica, tendo também os meios de captação de imagens suscetíveis de garantir a evidência das ações propostas nas candidaturas para as próprias entidades financiadores dos projetos.



FRCT

FUNDO REGIONAL PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Fundo Regional da Ciência e Tecnologia | FRCT, criado na dependência da Direção Regional da Ciência e Transição Digital, tem como objetivo coordenar e gerir os recursos financeiros disponibilizados para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico provenientes de programas regionais, europeus e internacionais (Decreto Legislativo Regional n. º5/2001/A de 21 de março de 2001).

Tal como a DRCTD, o FRCT é também estruturado pelos mesmo 4 eixos do plano do programa de incentivos PRO-SCIENTIA, (01. Valorizar, 02. Cooperar, 03. Qualificar e 04. Atualizar), anteriormente referidos, mas com Medidas e referências distintas.

No caso dos projetos integralmente financiados por fundos da Região Autónoma dos Açores, através do orçamento da FRCT, enquadrados na Medida 11.1.c – Implementação de projetos de I&DI do PRO-SCIENTIA, a FGF atualmente gere 3 grandes projetos, o BIOINVENT e o META-MINE, com data de início em 2018, e o ESMI, com data de início em 2020, somando um financiamento total de 290.000,00€.

Considerando que o projeto europeu ESMI, sobre a história natural da doença de Machado-Joseph (DMJ), integrando a RAA no panorama científico mundial, foi apenas autorizado no final de 2020, não houve uma significativa realização das ações previstas em candidatura para este mesmo ano. Já os projetos BIOINVENT e META-MINE executaram de forma satisfatória as ações planeadas para 2020, em especial as relacionadas com a rubrica “Bens correntes (materiais consumíveis e outros)”, “Subcontratações” e “Outros serviços diversos / outras despesas correntes”, independente do contexto de pandemia atual. Estes projetos já tinham executado a verba atribuída à rubrica “Deslocações e estadias” em anos anteriores (2018- 2019).



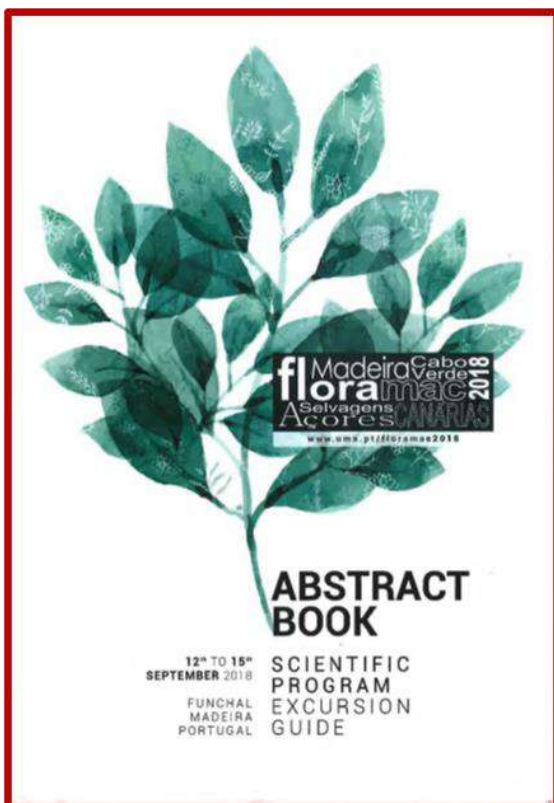
O Programa Operacional para os Açores 2020 (PO AÇORES 2020) foi adotado pela Comissão europeia em 18 de dezembro de 2014, e constituiu-se como instrumento central da aplicação dos fundos estruturais, Fundo Europeu de desenvolvimento regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE), na Região Autónoma dos Açores, durante o período de programação de política europeia de coesão 2014-2020.

O Programa foi preparado pelo Governo Regional dos Açores, sintetizando um conjunto muito amplo de consultas e contribuições de uma grande diversidade de agentes regionais, expressando as principais propostas em matéria de política regional de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das principais linhas de orientação da Estratégia Europeia 2020 e do Acordo de Parceria nacional.

Os projetos de investigação científica aprovados pelo PO AÇORES 2020 enquadram-se no Eixo Prioritário 1 – Investigação, desenvolvimento tecnológico e Inovação e são comparticipados em 85% pelo FEDER, através da direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, e 15% pela RAA, através da Direção Regional da Ciência e Transição Digital.

A FGF, durante o ano de 2020, na qualidade de entidade beneficiária do PO AÇORES 2020, geriu 33 projetos de investigação, 14 pertencentes à 1.ª Call e os restantes 19 à 2.ª Call, somando um financiamento total aprovado de 5.266.830,93€.

Os projetos da 1.ª Call tiveram todos início físico e financeiro no ano 2016, apenas 2 projetos terminaram no ano 2019 (FOREST-ECO2 e CLUSTER), os restantes 14 transitaram para o ano 2020, ano em que supostamente terminariam, caso não tivessem sido alvo de reprogramação temporal extraordinária, motivada pela pandemia COVID19.



Em maio de 2020, a AG do PO AÇORES emitiu um comunicado que permitia a prorrogação temporal dos projetos ativos naquela data até ao máximo de 12 meses; neste sentido, os projetos da 1.ª Call foram todos objeto de reprogramação, transitando assim as datas de conclusão para o ano 2021, à exceção dos projetos AZCLUST e PHYBA, que terminaram em 2020, com data de conclusão física 31/08/2020 e ASPAZOR a 31/10/2020.

Os projetos da 2.ª Call tiveram início físico e financeiro no ano 2019, à exceção do projeto MAGAL, cujo início físico e financeiro ocorreu em 2020.

No que respeita a reprogramações temporais dos projetos da 2.ª Call, apenas 5 projetos foram alvo de extensão temporal, os restantes têm como data de conclusão o ano de 2020, contudo, muito provavelmente, serão alvo de reprogramação até ao máximo de 12 meses para além da data de conclusão física aprovada.

A vertente financeira dos projetos também foi em muito afetada pelos efeitos da pandemia, os gastos inicialmente previstos nas rubricas “missões” e “promoção e divulgação” não corresponderam à realidade, efeito das restrições na realização de eventos (por vezes mesmo cancelados), com reflexo no cumprimento dos trabalhos de campo. Neste sentido, grande parte dos projetos foram alvo de alterações orçamentais dentro da mesma componente, transferindo verba das rubricas “missões” e de “promoção e divulgação” para a rubrica “outras aquisições de bens e serviços”, com vista ao reforço da aquisição de material de laboratório, por exemplo.



Tivemos também no ano 2020 um alerta do Organismo Intermédio pedindo evidências da execução, pois alguns projetos apresentavam baixa execução (execução financeira abaixo dos 10% do valor do financiamento), pondo em causa a continuidade dos mesmos. Foram, assim, feitos esforços no sentido de apresentarmos despesa, pelo que, atualmente, apenas 3 projetos apresentam baixa execução, VRPROTO, MEEMO e CRYPTO, que terão, porém, elevado índice de execução em 2021, em virtude de concursos públicos em curso na transição de 2020 para 2021.



PO_BIOPORTAL - Bri_tortula_muralis



A Comissão Europeia aprovou; em 3 de junho de 2015, o novo **Programa de Cooperação INTERREG VA Espanha-Portugal MAC (Madeira-Açores-Canárias) 2014-2020**, com um orçamento de **130 milhões de euros** (85% financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional-FEDER). A 17 de outubro de 2017, a CE aprovou um aumento do financiamento do Programa, com um orçamento total de quase **149 milhões de euros** (126,5 milhões FEDER).

O Programa de Cooperação Territorial Madeira-Açores-Canárias 2014- 2020 é o principal instrumento à disposição das regiões ultraperiféricas de Espanha e Portugal para uma resposta eficaz aos desafios comuns com que estas se deparam em termos de inovação, competitividade, internacionalização e desenvolvimento sustentável.

O Espaço de Cooperação é constituído por:

- As ilhas da macaronésia de Madeira, Açores e Canárias.
- Países Terceiros: geograficamente próximos, que foram convidados a participar no Programa: Cabo Verde, Senegal e Mauritânia. Tal permitiu ampliar o espaço natural de influência socioeconómica e cultural e as possibilidades de cooperação.

Este programa visa:

- Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
- Melhorar a competitividade das empresas;
- Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;
- Conservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos;
- Reforçar a capacidade institucional e a eficiência na Administração Pública.

No concerne à Fundação Gaspar Frutuoso, FP, atualmente temos 15 projetos ativos do programa Interrg-Mac, dos quais 3 dizem respeito à 1.ª Call e 12 à 2.ª Call, com um orçamento aprovado total de 1.683.759,31€ (85% com financiamento FEDER e 15% DRCT), à exceção de um projeto em que os 15% são assegurados pela TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira.



Em virtude do contexto pandémico, o programa permitiu a prorrogação por mais 6 meses dos projetos da 1.ª Call, e aos da 2ª Call facultou a oportunidade de alteração dos objetivos e do orçamento. O referido contexto gerou, como é óbvio, enormes dificuldades ao desenvolvimento dos projetos, particularmente no respeitante à concretização das missões programadas missões, que implicam a deslocação dos investigadores e bolsiros a determinados países ou ilhas.

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

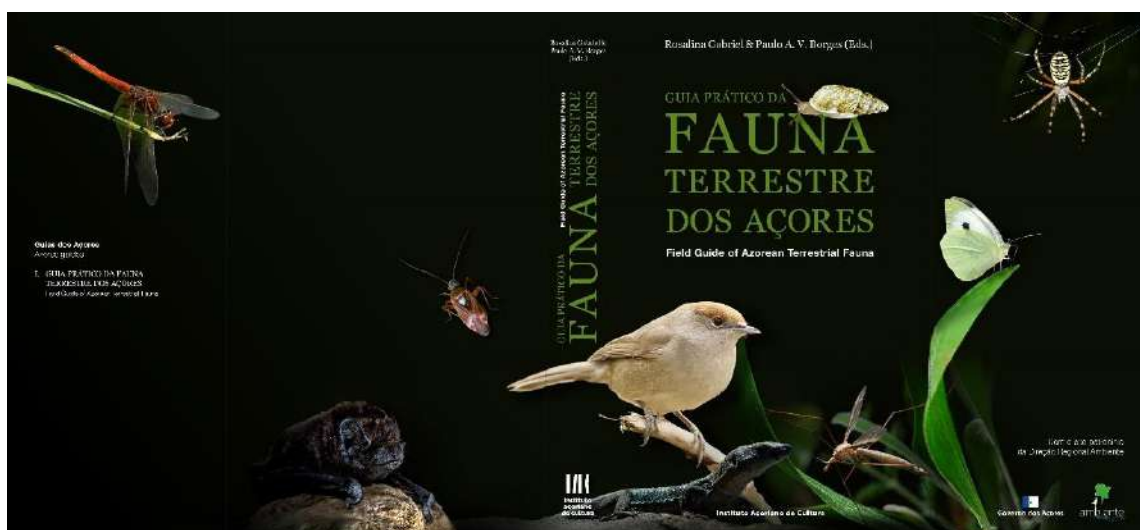
A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) assume particular importância na promoção e no reforço de competências das instituições científicas e tecnológicas, através da participação das suas equipas de investigação em Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT), como em Instituições de Unidades de Investigação e Desenvolvimento (UI&D), em diferentes domínios científicos.

Os projetos de investigação abarcam todos os domínios científicos, desde as ciências da vida e da saúde às ciências sociais e humanas, passando pelas engenharias, ciências exatas, ciências naturais e do ambiente. As modalidades dos projetos de investigação a apoiar encontram-se especificadas nos Avisos de Abertura de cada um dos concursos.

As unidades de investigação representam um pilar fundamental na consolidação de um sistema científico moderno e competitivo. Devem reunir uma massa crítica adequada à sua missão e promover ambientes criativos, em que possam surgir novas ideias e onde os investigadores encontrem as condições adequadas à realização dos seus projetos científicos e ao desenvolvimento da sua carreira. Sempre que aplicável, devem reunir recursos interdisciplinares e multidisciplinares que potenciem a abordagem de problemas complexos e novos desafios sociais.

A investigação realizada nestas instituições abarca todos os domínios científicos, nomeadamente: as ciências da vida e da saúde, as ciências sociais, artes e humanidades, as ciências de engenharias e tecnologias, as ciências exatas e as ciências naturais e do ambiente.

Atualmente, a Fundação Gaspar Frutuoso, FP faz a gestão financeira de 15 projetos de IC&DT e 11 de UI&D, com um total orçamentado de 3.879.192,98€ financiados a 100% por Fundos Nacionais.



Para além dos projetos de IC&DT e de UI&D, temos um projeto do Estímulo ao Emprego Científico. O Estímulo ao Emprego Científico é um incentivo à contratação de novos investigadores e ao desenvolvimento de planos de emprego científico e de carreiras científicas pelas instituições públicas ou privadas. Estes apoios financeiros reforçam o sistema científico e tecnológico nacional e promovem oportunidades de emprego para doutores, facilitando a formalização do emprego científico e contribuindo para a maior atratividade nacional para jovens altamente qualificados. Contribuem ainda para o rejuvenescimento das instituições científicas, atraindo mais e melhores cientistas, e para facilitar um quadro que estimule a mobilidade de investigadores. Este projeto tinha um total orçamentado de 393.679,15€, terminando em 2020 com a desistência do doutorado.



AGA KHAN DEVELOPMENT NETWORK

Outro projeto sob a nossa gestão, com um total orçamentado de 94.604,03€, desenvolve-se na esfera da Aga-Khan Development Network e tem por meta promover o bem-estar das pessoas na África, bem como a grande experiência da

Rede de Desenvolvimento Aga-Khan (AKDN) na construção de pesquisas científicas, técnicas e sociais em ciências humanas e no fortalecimento da Qualidade de Vida (QOL) em Portugal, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e noutros países de África, tendo em vista a Agenda Global da Ciência, lançada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, IP) em 2009, bem como a constituição da “Centro Internacional de Formação Avançada de Cientistas dos Países de Língua Portuguesa na área das Ciências Básicas”, sob os auspícios da UNESCO, ambos com o objetivo de valorizar e reforçar as competências e capacidades científicas no âmbito de uma cooperação científica internacional sustentável (Protocolo de Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ismaili Imamat).

Constrangimentos similares aos referidos a propósito de outros projetos perturbaram, como seria de esperar, a regular execução programada, em sede de candidatura, para os da FCT. Deste facto resultou, como seria de esperar, um também idêntico pedido de reprogramação das atividades inicialmente previstas, nomeadamente as associadas ao item missões.

Outras Fontes de Financiamento



A Fundação Gaspar Frutuoso, em 2020, geriu 10 projetos suportados por diferentes Fontes de Financiamento regional e nacional, a saber:

- Associação do Turismo dos Açores (ATA);
- Direção Regional do Turismo (DRTu)
- Turismo de Portugal (TP)
- Oceanário de Lisboa
- Centro Oncologia dos Açores

**TURISMO DE
PORTUGAL**



Em 2020, a FGF, na qualidade de entidade beneficiária da DRT, geriu e encerrou 8 projetos de investigação científica, com um apoio financeiro total de 41.480,00€. Deste total, houve 2 projetos, o EcoMod e o EFMA, que obtiveram a comparticipação financeira das 3 entidades: Turismo de Portugal, Associação Turismo dos Açores e Direção Regional do Turismo, num total de 45 000,00€. Ambos os projetos, no caso, estão destinados à realização de uma conferência internacional com impacto no desenvolvimento turístico da Região (participantes maioritariamente estrangeiros, aos quais se junta um pequeno grupo de professores e



investigadores do norte a sul do Continente), dela se estimando um impacto deveras positivo na divulgação / eleição do destino Açores como local privilegiado do chamado *turismo de congressos* e eventos afins.



Oceanário de Lisboa

O Fundo para a Conservação dos Oceanos tem como objetivo apoiar projetos inéditos que possam contribuir de forma decisiva para a conservação de espécies ameaçadas e da biodiversidade marinha em geral, como é o caso do projeto Eel Trek - Eel migration - the first act, com apoio aprovado no valor de 91.475, 14€, gerido pela FGF.



O Centro de Oncologia dos Açores (COA) é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e científica e reveste a natureza de serviço especializado integrado no Serviço Regional de Saúde (SRS). Uma das missões do COA é colaborar na elaboração e desenvolvimento da estratégia regional de combate às doenças oncológicas através de apoios a projetos com o mesmo objetivo.

Em 2020, a FGF geriu o financiamento de 25 855, 00€, aprovado pelo COA, atribuído ao projeto CRAC – Estudo sobre as Causas de cancro nos Açores.



No que concerne a projetos financiados exclusivamente por fontes de financiamento estrangeiras e europeias, a FGF geriu 5 projetos, essencialmente associados ao Horizon 2020 (H2020) e ao Fundo para o Asilo, Migração e Integração (FAMI).

Os projetos mais relevantes em termos de financiamentos inserem-se na fonte de financiamento H2020, tendo sido contratualizados em 2020 por um período de 4 anos.

O Horizonte 2020 é o maior programa de Pesquisa e Inovação da UE de todos os tempos, com quase € 80 bilhões de financiamento disponível ao longo de 7 anos (2014 a 2020), além do investimento privado que tal valor acaba por atrair. O programa fomenta mais avanços, descobertas e novidades mundiais ao levar grandes ideias do laboratório para o mercado.



O projeto Marina Coastal Ecosystems Biodiversity and Services in a Changing World (MaCoBios) possui um financiamento aprovado de 279.346,00€ e 69.836,50€ de custos indiretos.

É um projeto desenvolvido em consórcio com quinze outras entidades, sendo a entidade coordenadora a Universidade de Portsmouth, no Reino Unido. Este projeto versa o estudo das alterações climáticas, com vista a aferir os impactos

nos ecossistemas e a antecipar potenciais efeitos dramáticos que possam ocorrer no futuro. O MaCoBIOS pretende ser um projeto baseado no conhecimento científico existente e em evidências disponíveis, bem como nas melhores práticas e exemplos provenientes de medidas de política, estratégias de conservação e pesquisa científica, a fim de melhorar a base de conhecimento sobre as inter-relações entre a biodiversidade, as mudanças climáticas e o meio marinho.

O projeto Integrated Pest Management of the Invasive Japanese Beetle *Popillia* japónica (IPM-*Popillia*) tem um financiamento aprovado de 408.984,00 e 102.246,00€ de custos indiretos. O objetivo do IPM-*Popillia* é enfrentar o desafio de um novo risco para a saúde das plantas na Europa, a invasão do besouro japonês, *Popillia japonic*. As atividades do IPM-*Popillia* contribuirão para encontrar respostas adequadas a pragas / doenças de plantas novas e / ou emergentes. Mais especificamente, o conhecimento e as soluções geradas por essas atividades irão contribuir, de um modo geral, para o desenvolvimento de ferramentas eficientes de prevenção, deteção e controle de pragas / doenças. No longo prazo, os resultados do projeto ajudarão o setor agrícola / florestal a permanecer produtivo e contribuir para a agricultura sustentável e / ou saúde florestal.



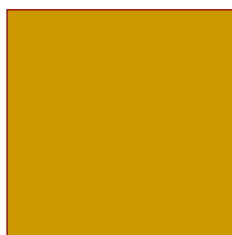
FUNDO
ASILO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃO

O financiamento do FAMI apoia os esforços dos Estados-Membros na promoção das suas capacidades de acolhimento dos imigrantes, na melhoria da qualidade dos procedimentos de asilo, de acordo com as normas

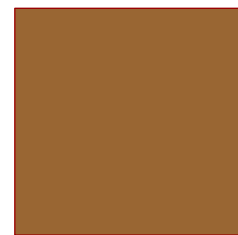
da União, na integração os imigrantes a nível local e regional, e no incremento da sustentabilidade dos programas de regresso. A Comissão Europeia aprovou o Programa Nacional em março de 2015, permitindo a Portugal receber apoio financeiro do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, integrado no Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para o período 2014-2020.

Em 2020 o FAMI aprovou o financiamento de 32 718, 77€ atribuído ao projeto FAMI- (Ser)Imigrante (e) mulher na Região Autónoma dos Açores, geridos pela FGF enquanto entidade beneficiária / gestora.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS



**120
CENTROS DE
CUSTOS
ATIVOS**



**1,8 MILHÕES
EUROS DE
EXECUÇÃO**

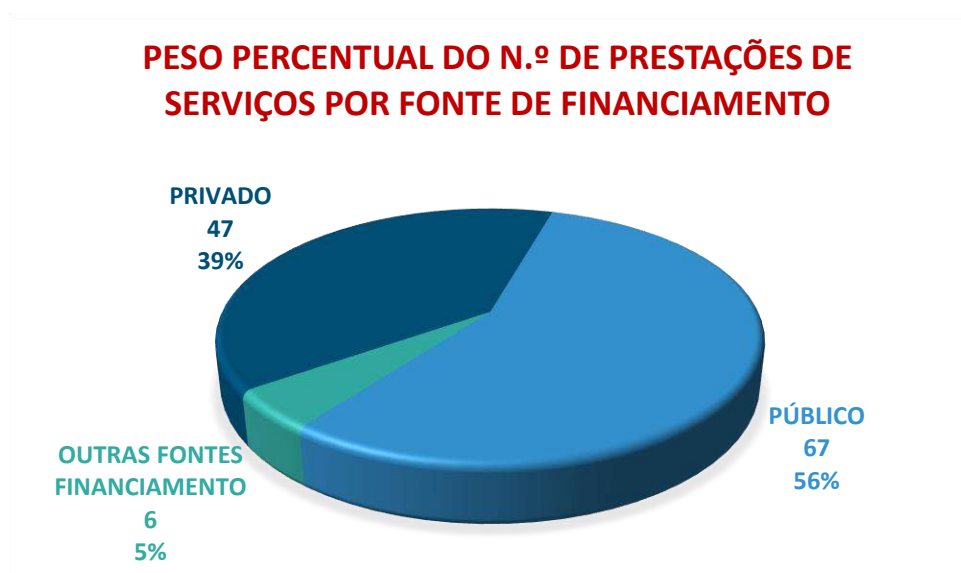


2021

**50 FONTES
FINANCIAMENTO**

No que respeita às prestações de serviços de investigação e desenvolvimento a diferentes entidades públicas, privadas ou outras, em 2020, a FGF contratualizou 19 novos contratos, num financiamento total contratualizado de 631.389,28€, tendo a 31 de dezembro contabilizado destas prestações apenas 338.856,53€ de receita arrecada e 55.277,37€ de custos indiretos (OH), dado que 10 destas terminaram no final de 2020.

Contudo, ao longo de 2020, foi gerido um conjunto de 120 prestações de serviços, que totalizou 1.887.420,82 € de receita arrecada e 214.669,13€ de custos indiretos (OH).



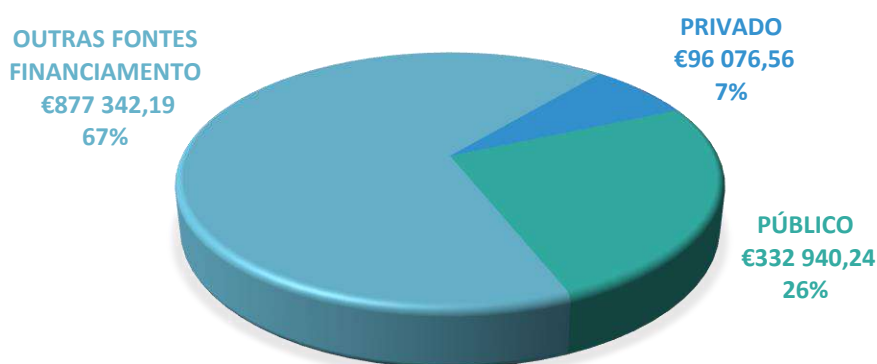
Em 2020, o maior destaque continua a pertencer à continuidade da contratualização com a Triad National Security, LLC em representação do “Los Alamos National Laboratory (LANL)”, no âmbito do projeto “Eastern North Atlantic (ENA), Graciosa Island ARM Facility”, que tem como objetivo o estudo de parâmetros relevantes para a modelação climática, em particular a modelação do clima futuro, no valor total 3.367.278,02 €, e que em 2020 gerou 87.460,44€ de custos indiretos para a FGF.

Paralelamente a esta prestação de serviços, os serviços prestados à empresa Azorina, S.A., bem como à Direção Regional do Ambiente, no âmbito da estratégia regional para o controlo e prevenção de espécies exóticas Invasoras

(projeto "LIFE IP AZORES NATURA") e da Elaboração da Cartografia de Campo Atualizada da Distribuição de Habitats e Espécies da Rede Natura 2000 dos Açores, no valor total 483.880,20 €, geraram em 2020 37.366,10€ de custos indiretos para a FGF.

A verba executada referente a estas prestações de serviços de investigação e desenvolvimento ascendeu a 1.306.358,99€.

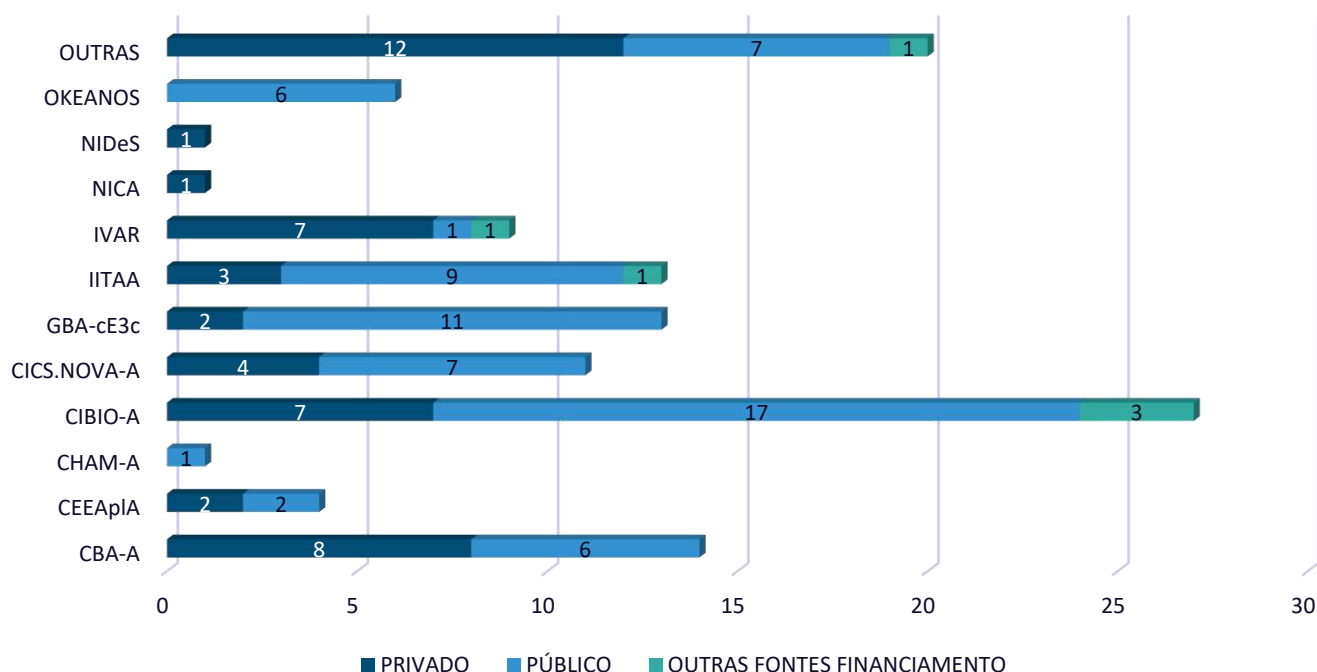
VALOR EXECUTADO, EM 2020, POR FONTE DE FINANCIAMENTO



Ao nível de núcleos de investigação e desenvolvimento, as prestações de serviços encontram-se repartidas pelas seguintes unidades:

- Centro de Biotecnologia dos Açores (CBA-Açores)
- Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico (CEEApIA)
- Centro de História d' Aquém e d' Além-Mar (CHAM)
- Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO)
- Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc)
- Grupo de Biodiversidade dos Açores (GBA-cE3c)
- Instituto de Investigação em Vulcanologia e Avaliação de Riscos (IVAR)
- Instituto de Investigação em Tecnologias Agrárias e do Ambiente (IITAA)
- Instituto de Investigação em Ciências do Mar - OKEANOS
- Núcleo de Investigação e Desenvolvimento em e-Saúde
- Núcleo Interdisciplinar da Criança e do Adolescente
- Outros (Faculdade da Uac não associada a unidade de I&D ou outra instituição de investigação)

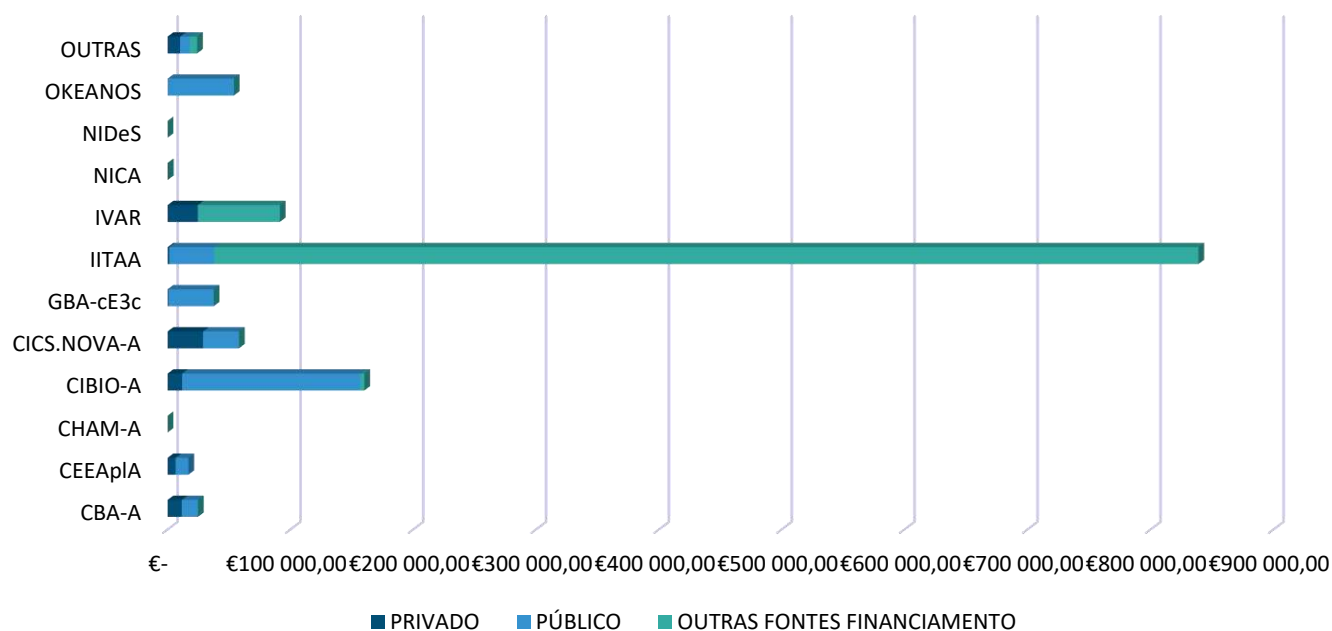
N.º DE PRESTAÇÕES SERVIÇOS POR TIPOLOGIA DE FINANCIAMENTO/NÚCLEO DE I&D



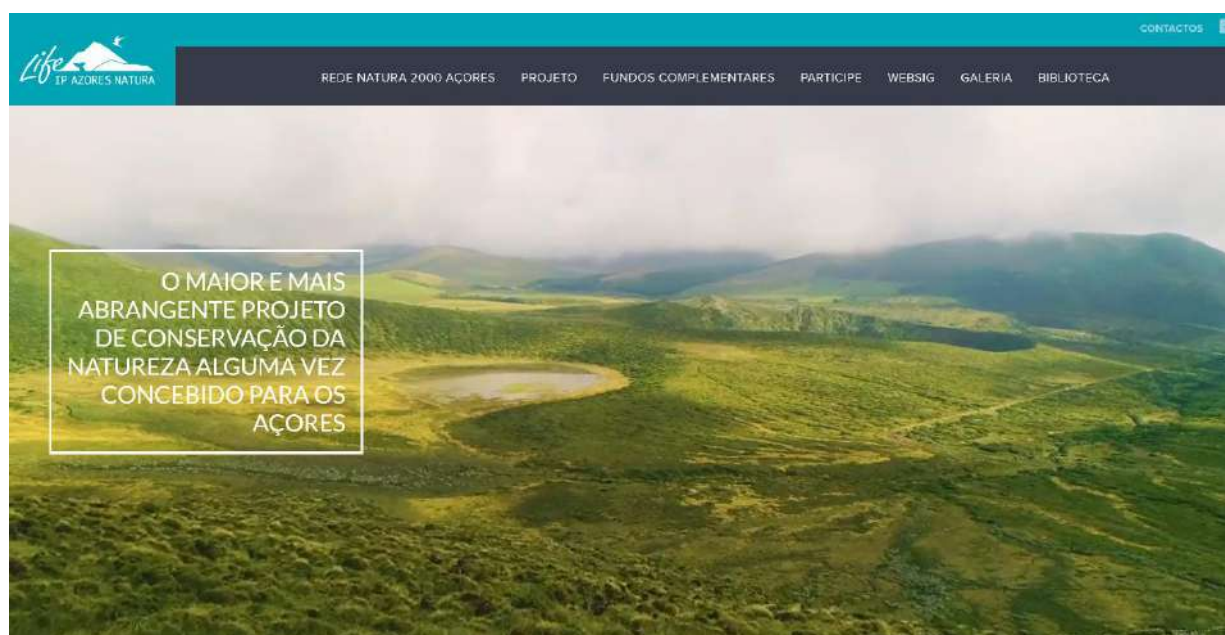
Se considerarmos uma análise às prestações de serviços de investigação e desenvolvimento, por núcleo de Investigação e Desenvolvimento, o Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO) detém 27 projetos geridos atualmente pela FGF, sendo praticamente 63% financiados por fontes de financiamento públicas, num total de 160.247,67€€ de valor executado em 2020, tendo gerado 39.717,16€ de custos indiretos.

A **outras** (Faculdade da UAc não associada a unidade de I&D ou outra instituição de investigação) estão associadas 20 prestações de serviços, maioritariamente privadas (60%), com um total executado 24.053,48€ e um peso de custos indiretos aproximadamente de 2%, que corresponde ao valor de 4.636,19€.

EXECUÇÃO EM 2020 POR NÚCLEO DE I&D/FONTE FINANCIAMENTO



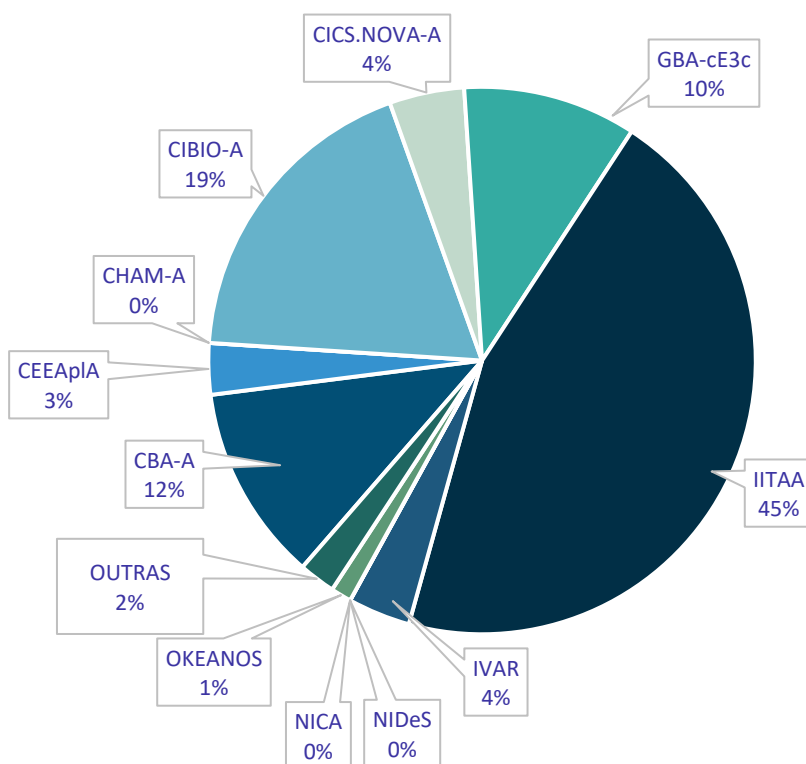
Ponderada a execução por fonte de financiamento, as outras fontes de financiamento assumem um peso extremamente relevante, com um valor executado de 877.342,19€, que correspondeu a mais de metade (67%) de toda a execução da FGF no domínio das prestações de serviços de investigação e desenvolvimento. Este peso, em termos absolutos, resulta da gestão do projeto “Eastern North Atlantic (ENA), Graciosa Island ARM Facility”, que é responsável por 91% do valor executado nesta fonte de financiamento.

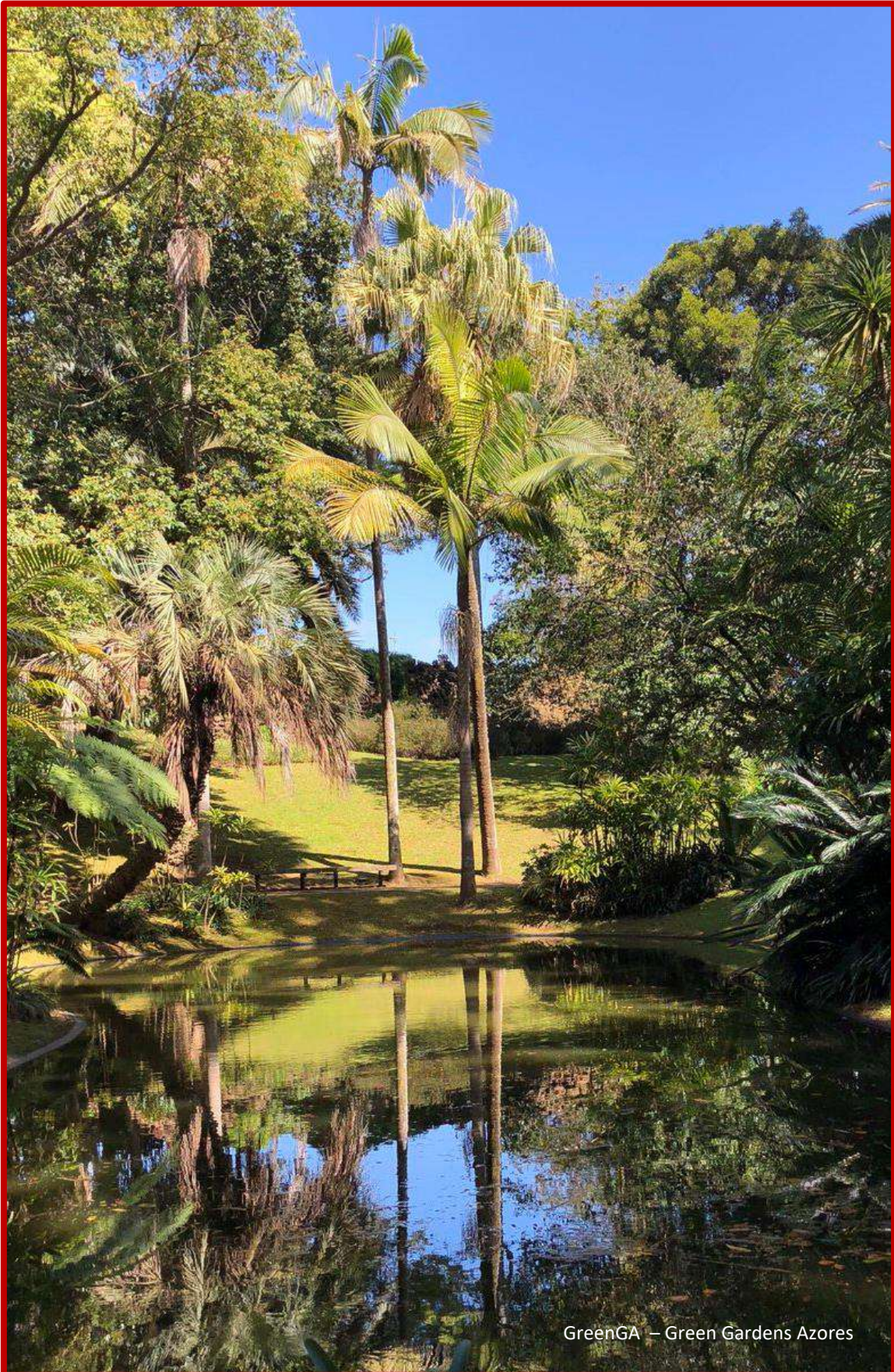


Esta circunstância também explica a elevada execução do Instituto de Investigação em Tecnologias Agrárias e do Ambiente (IITAA), sendo este projeto responsável por 95% da execução afeta a este centro de investigação.

Ao analisarmos a origem dos custos indiretos obtidos pela Fundação Gaspar Frutuoso em 2020 na vertente da prestação de serviços de investigação e desenvolvimento (*overheads*), cumpre-nos realçar o contributo substantivo de três unidades de investigação: o Instituto de Investigação em Tecnologias Agrárias e do Ambiente (IITAA), com 96.820,80€, o Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO), com 39.717,16€, e o Grupo de Biodiversidade dos Açores (GBA-cE3c), com 24.913,27€.

ORIGEM DOS OVERHEADS/NÚCLEO DE I&D





GreenGA – Green Gardens Azores

Recursos humanos

Os recursos humanos são imprescindíveis para a prossecução da atividade de investigação que a Fundação gere. Ao longo de 2020, a FGF teve ao serviço da investigação nos Açores 156 colaboradores, 168 no total, se considerarmos o quadro de pessoal afeto à sua sede.

TIPOLOGIA DE CONTRATO	2019		2020		Δ%	
	N.º	DESPESA	N.º	DESPESA	N.º	DESPESA
TERMO						
CERTO	35	603 155,41	17	301 439,86	-51,43	-50,02
INCERTO	5	79 149,28	18	473 943,47	260,00	498,80
INDETERMINADO	5	127 257,27	12	248 915,94	140,00	95,60
BOLSAS FCT						
S/GRAU ACADÉMICO	1	3 894,90				
LICENCIATURA	14	115 683,51	14	93 712,84	0,00	-0,19
MESTRADO	21	172 617,46	23	232 984,36	0,10	0,35
DOCTORAMENTO	3	47 123,09	4	41 719,13	0,33	-0,11
AVENÇAS	9	303 625,16	9	318 915,60	0,00	0,05
TAREFA	68	457 199,29	59	272 349,35	-0,13	-0,40
ESTAGIAR	9	25 877,26	12	35 215,51	0,33	0,36
TOTAL	170		168			

POSIÇÃO TEMPORAL DOS CONTRATOS

TIPOLOGIA	NÚMERO		Δ%
	2019	2020	
NOVOS	29	53	82,76
EM CURSO	47	47	0,00
ENCERRADOS	94	68	-27,66

Analisando os valores dos quadros anteriores, por tipologia, podemos concluir que:

Contratos a Termo Certo / Incerto

O aumento de contratos a termo incerto deveu-se ao início de novos contratos com Doutorados ao abrigo do DL n.º 57/2019, de 29 de agosto, atualizado pela lei n.º 57/2017, de 19 de julho, cujos projetos da II edição PO AÇORES 2020 e Contratos-Programa das Unidades de I&D financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia previam a contratação de Doutorados na candidatura. Ao aplicarmos o código de trabalho para contratação ao abrigo da lei vigente, somos obrigados a realizar contratos de trabalho a termo resolutivo incerto.

A alteração do código de trabalho implicou o encurtamento da duração do contrato de trabalho a termo resolutivo certo para dois anos. Verificou-se que muitos investigadores optaram pelo contrato de trabalho a termo resolutivo incerto por ter a duração máxima de quatro anos.

Contratos por tempo indeterminado

O aumento de contratos por tempo indeterminado deveu-se à integração de sete membros da equipa da FGF cujos vínculos estavam ao abrigo do código do trabalho e a termo resolutivo certo, permitindo assegurar a estabilização do quadro de pessoal, necessária ao regular funcionamento da FGF, ao abrigo do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Bolsas

O aumento das bolsas deveu-se essencialmente ao início da II CALL dos projetos INTERREG cujos contratos de bolsas, na sua maioria de mestrado, começaram no início de 2020.

Também se regista um maior número de bolsas atribuídas a doutorados, dada a alteração do Estatuto do Bolseiro de Investigação, em novembro de 2019, com reflexos diretos no regulamento de bolsas da FCT, que circunscreve a atribuição de bolsas de investigação a quem esteja inscrito num 2.º (mestrado) ou 3.º (doutoramento) ciclo de estudos, ou em projetos de pós-doutoramento.

Avenças

Apesar da não alteração do regime de avenças, 2020 regista, quanto aos valores envolvidos, uma ligeira diferença relativamente ao ano anterior, visto que seis dos contratos de avença tinham sido iniciados no final do terceiro trimestre de 2019, enquanto no de 2020 a sua vigência foi plena.

Tarefas

Esta tipologia de contratos conheceu uma notória redução em 2020, em virtude dos efeitos da pandemia sobre as condições de realização dos trabalhos de campo e das diversas tarefas aos mesmos vinculadas.

Estágios

Relativamente aos estágios, o número de colaboradores nesta tipologia aumentou, fruto da abertura do período excecional de colocação em setembro de 2020 e das sucessivas prorrogações que ocorreram neste programa ocupacional de emprego.

Órgãos Sociais

	2019	2020
ORGÃOS SOCIAIS	62 091,69	62 091,69
INDEMNIZAÇÃO	0,00	3 247,67

A remuneração indicada para os Órgãos Sociais refere-se à Vogal do Conselho Diretivo que desempenha funções executivas a tempo inteiro. Nos valores indicados, incluem-se estimativas de subsídios de férias, férias e respetivos encargos referentes ao ano de 2020, a liquidar no ano de 2021.

Note-se que este valor em 2020 foi mais elevado, em virtude da indemnização que foi solicitada e paga à anterior Vice-Presidente, no final do ano. Os cálculos da indemnização a liquidar foram operados nos termos do artigo 20.º, n.º 6 da Lei-quadro dos Institutos Públicos (LQIP) e deles resultou o montante de 3.247,67€.

Comunicação



O Conselho Diretivo da Fundação Gaspar Frutuoso decidiu criar a marca Fundação Gaspar Frutuoso.

Para a composição e *design* desta nova marca, foi lançado um desafio ao Departamento de Artes Visuais e Informática da Escola Secundária Antero de Quental, que anuiu com muito agrado ao nosso convite, tendo envolvido alunos de diversos anos letivos e ex-alunos que atualmente se encontram a frequentar um curso de licenciatura na área, fora dos Açores.

Este agrupamento também foi convidado a promover entre os alunos do ensino básico, em parceria com a Fundação, um concurso anual de postais de Natal. O Júri foi composto por três elementos:

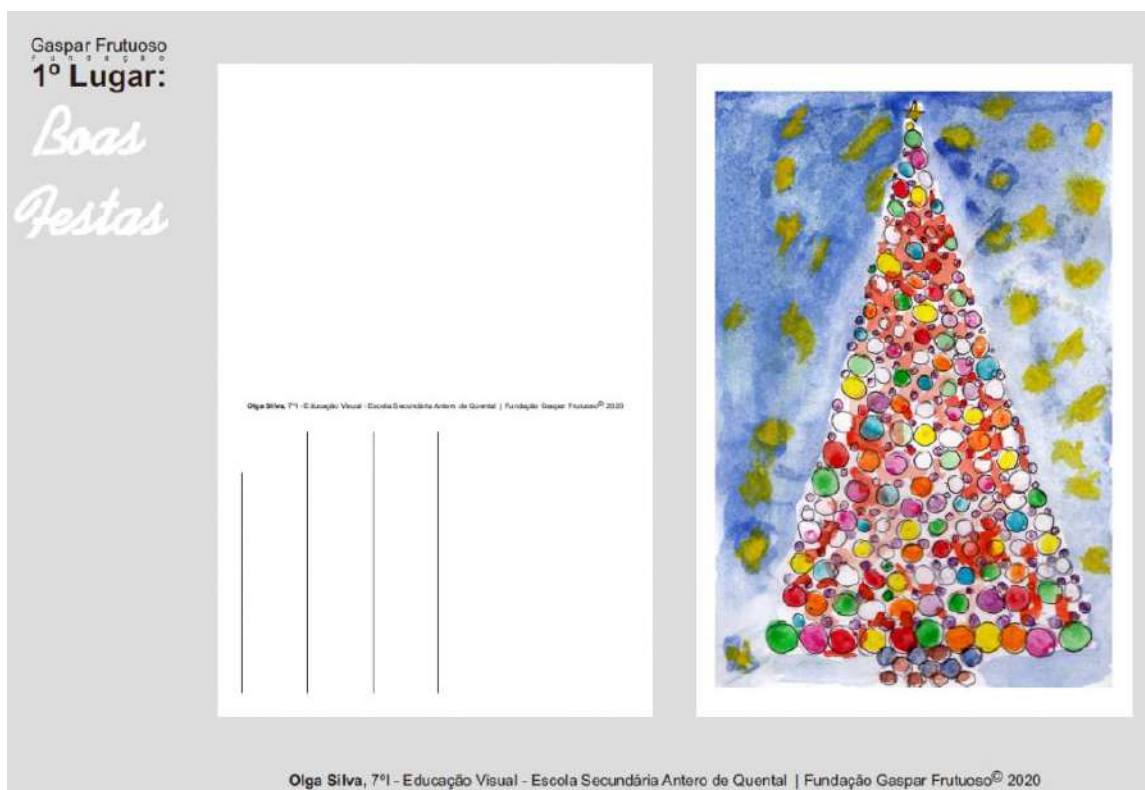
- Alexandra Baptista, na qualidade de Coordenadora de Departamento de Artes Visuais e Informática;
- Carla Ramalho, na qualidade de Representante da Fundação Gaspar Frutuoso;

– Filipe Câmara, na qualidade de representante do Conselho Executivo da Escola Secundária Antero de Quental.

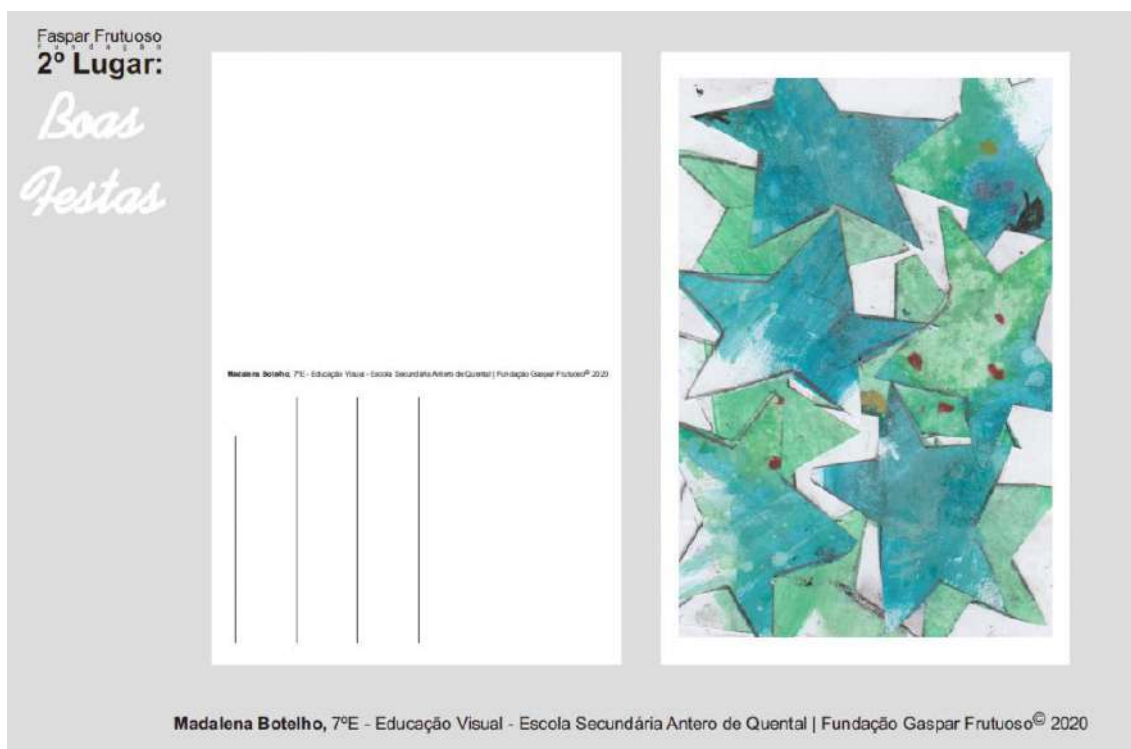
O júri procedeu à seleção dos postais e elegeu os premiados, de entre as diversas propostas apresentadas.

Todos os trabalhos admitidos a concurso fizeram parte de uma exposição que ficou patente na Escola Secundária Antero de Quental. Os postais que foram selecionados pela FGF foram impressos, em tipografia, e remetidos aos respetivos vencedores, com uma mensagem de boas festas do Presidente do Conselho Diretivo da Fundação, tendo os três vencedores sido contemplados com prémios (materiais de artes visuais).

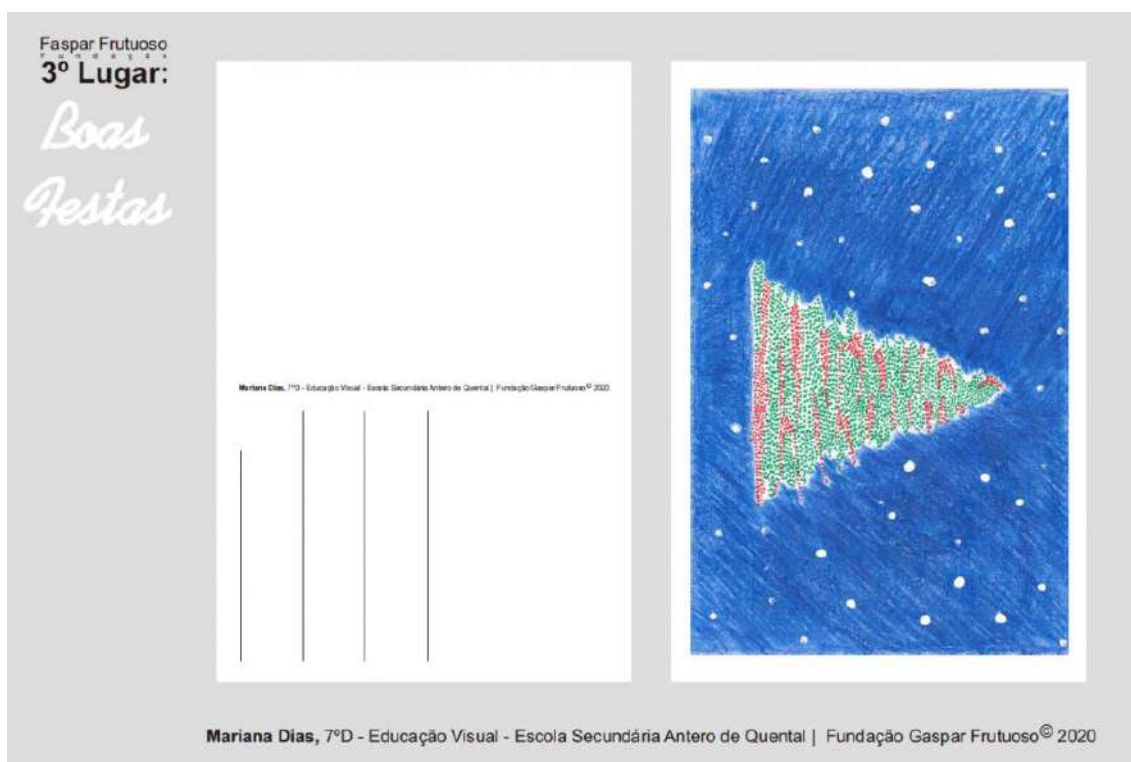
1º Lugar: Olga Silva, 7ºI – Educação Visual



2º Lugar: Madalena Botelho, 7ºE – Educação Visual



3º Lugar: Mariana Dias, 7ºD – Educação Visual



Desempenho



Visando a contínua melhoria da qualidade de informação que a Fundação Gaspar Frutuoso disponibiliza diariamente, foi facultado um questionário anónimo de satisfação com o serviço prestado ao longo de 2020, em que os investigadores e responsáveis pelos CI foram convidados a registar a sua avaliação e a averbar as suas sugestões, com o objetivo de aperfeiçoarmos o nosso modo de funcionamento.

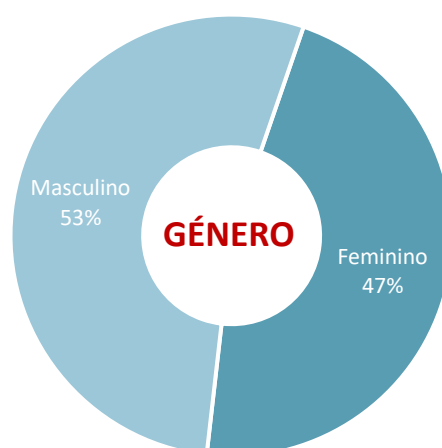
O questionário foi lançado na plataforma Google Forms e esteve aberto até dia 20 de abril de 2021. Foi redigido apenas na língua materna e composto por 6 questões na componente específica e 3 questões na componente individual, sendo que estas últimas visavam a caracterização do inquirido. Utilizaram-se questões fechadas de escolha múltipla, de seleção, matriz de escala de likert, e apenas uma questão aberta.

Partilharam a sua opinião 101 investigadores, num universo de sensivelmente 190, o que corresponde a uma taxa de respostas válidas de 53%.

O **perfil tipo** de investigador que contacta com a FGF pode ser globalmente caracterizado como um indivíduo:

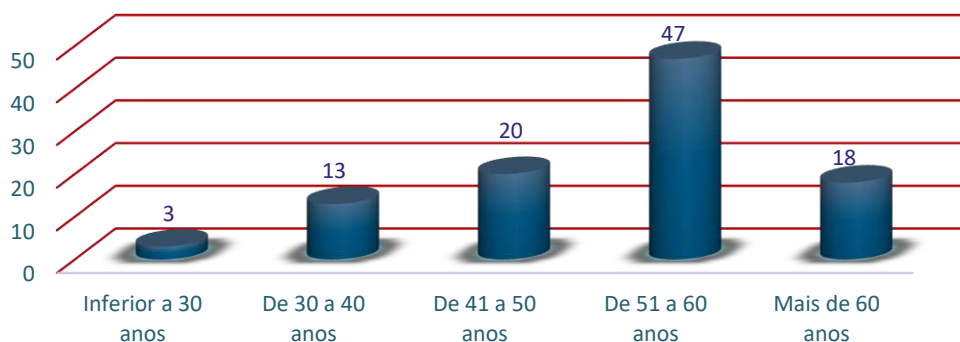
- do género masculino;
- com idade compreendida entre os 51 e os 60 anos;
- que exerce a sua atividade na unidade de I&D CIBIO;
- que contacta frequentemente com a FGF;
- que utiliza preferencialmente o meio eletrónico nos seus contactos;
- que procura informação relacionada com a autorização da despesa;
- que tem uma opinião muito positiva acerca da pertinência e utilidade da informação dada pela FGF;
- que tem uma opinião menos positiva sobre o apoio da FGF na apresentação de novas candidaturas.

Em termos específicos, podemos observar que o universo do questionário foi respondido tanto por investigadores do género masculino, como do género feminino, havendo apenas uma diferença de 6%, 7 respostas, em termos absolutos.



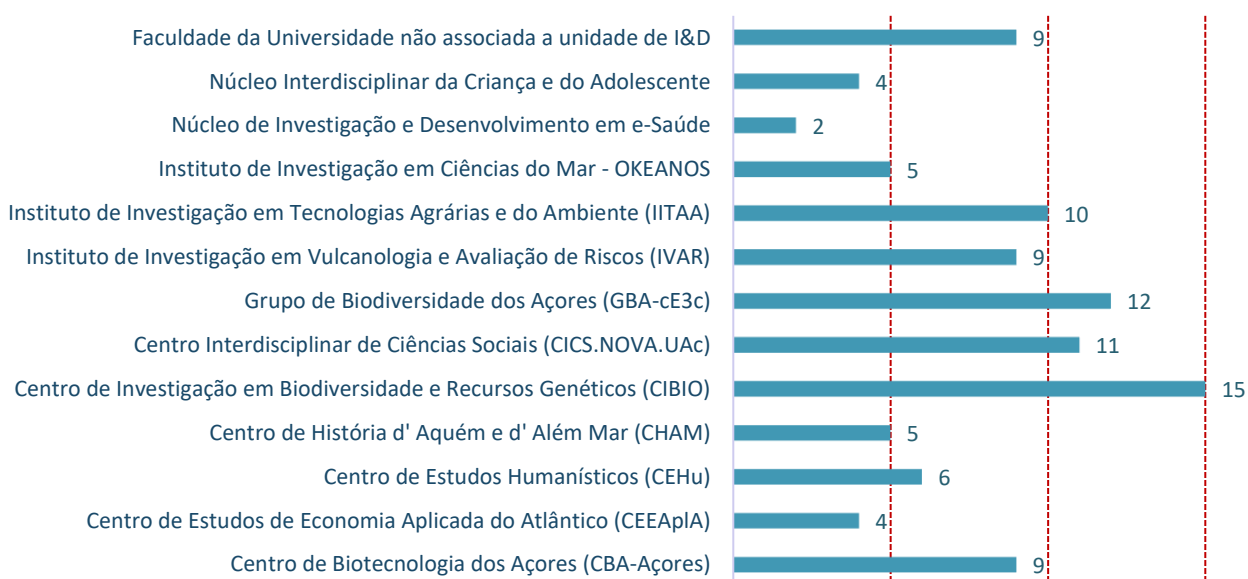
A faixa etária que mais colaborou com o questionado lançado pela FGF foi a situada entre 51 e 60 anos; cruzando estes dados com os relativos ao sexo do inquirido, mantém-se a tendência de equidade de respostas por faixas etárias.

FAIXA ETÁRIA

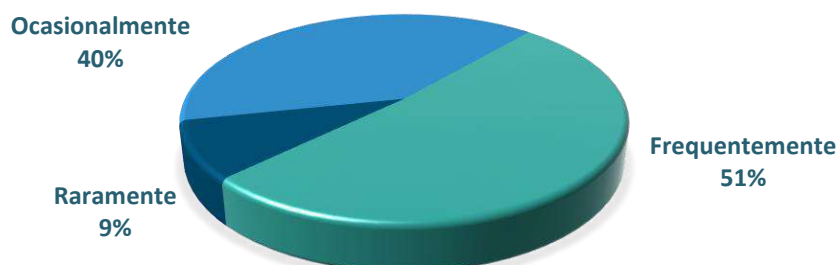


No que concerne à Unidade de I&D dos inquiridos / respondentes, verifica-se que todas as Unidades de I&D estão representadas neste estudo. Observou-se que 9% dos investigadores que responderam se encontram associados a uma Faculdade, não a um centro ou núcleo de I&D.

UNIDADE de I&D



REGULARIDADE DO CONTACTO



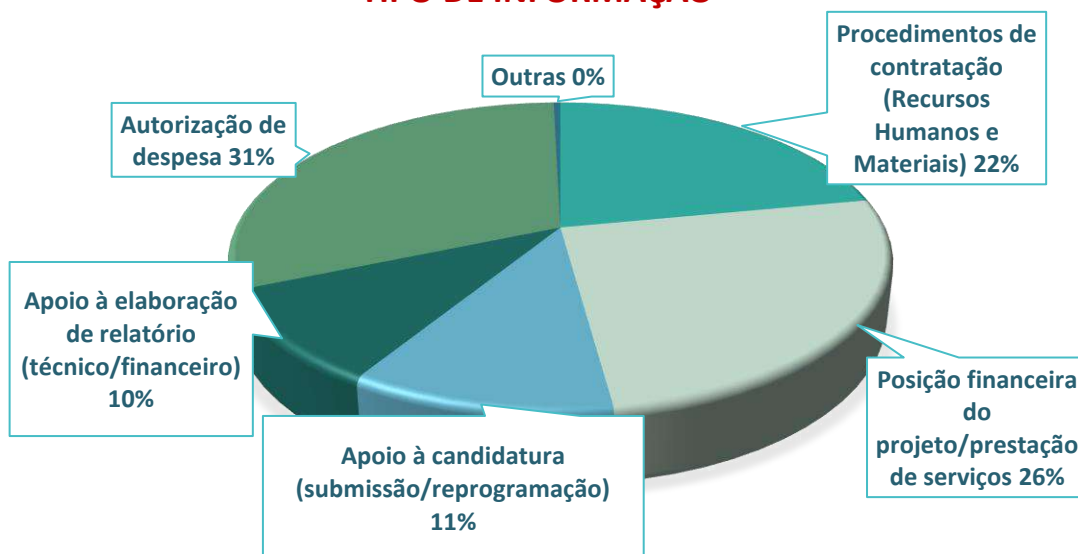
A maioria dos investigadores que expressaram a sua opinião contactam com a Fundação frequentemente, utilizando como meios preferenciais o correio eletrónico e o telefone, tendo estas opções sido assinaladas, *per se* ou em conjunto, 86 e 71 vezes.

MEIO DE CONTACTO PREFERENCIAL



Estas respostas foram extremamente relevantes para o Conselho Diretivo, já que ajudam a fundamentar as opções inscritas no Plano e Orçamento para 2021, nomeadamente as relativas à componente de telecomunicações e redes: investimento na cobertura de rede fixa e WiFi, que irá não só permitir um acesso mais rápido às plataformas de submissão da despesa, uma maior rapidez e estabilidade nos acessos às diferentes aplicações informáticas diariamente utilizadas, mas ainda facultar a instalação de telefones-IP, quer fixos, quer virtuais.

TIPO DE INFORMAÇÃO

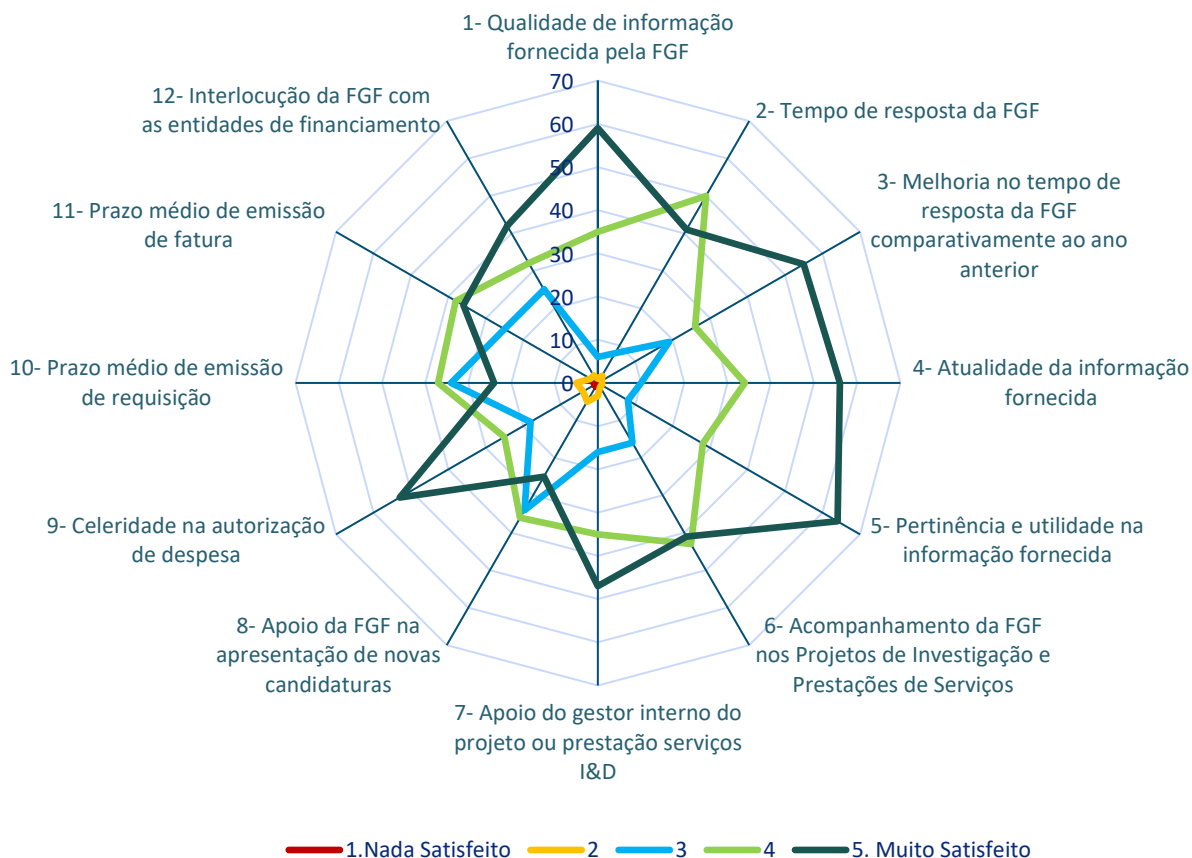


O tipo de informação mais procurado pelos investigadores que contactam frequentemente a FGF relaciona-se com o processo de autorização de despesa, sem o qual não seria possível prosseguir a execução financeira e material dos projetos confiados à FGF.

Denota-se assim, na maioria dos investigadores, a preocupação pelo cumprimento do estabelecido no articulado legal sobre esta matéria, pois a concretização de uma despesa, seja qual for a sua natureza, terá sempre que ser precedida do respetivo procedimento orçamental (artigos 9.º e 11.º da Lei 22/2015 de 17 de março), ou seja, autorização e cabimento.

A posição financeira do Projeto ou prestação de serviços, a par da informação anterior, é igualmente um assunto que justifica muitos dos contactos estabelecidos com a Fundação. A inexistência de uma plataforma credível, de fácil leitura e compreensão, disponível 24h/dia, é uma das mais sérias crítica à aplicação existente, o GesPro. Neste sentido, está em construção o denominado “Portal do Investigador”, que, para além permitir um acesso direto à parte financeira do projeto, irá igualmente disponibilizar muitas outras opções simples, na gestão material do projeto, desburocratizadas e sem recurso a papel.

NIVEL DE SATISFAÇÃO



Os investigadores inquiridos / respondentes identificaram como **pontos fracos** da FGF, em face dos critérios dados a classificar, quer o apoio desta instituição no momento de apresentação de novas candidaturas, quer o prazo médio de emissão de requisição.

No que concerne ao apoio à apresentação de candidaturas, e considerando a tramitação interna das mesmas (através de formulário) e a atual existência de uma Direção de Serviços de Ciência e Tecnologia da Universidade dos Açores, com quadro próprio para proceder à sua validação, é compreensível que esta competência não seja associada à Fundação. Relativamente ao prazo médio de emissão de requisição, embora não exista atualmente um recuso totalmente afeto a esta função, razão pela qual iremos reforçar no futuro esta área, a emissão destes documentos está muitas vezes condicionada à validação legal

do processo de autorização de despesa (faturas/despesa sem cabimento prévio) ou à falta de disponibilidade financeira na respetiva Fonte de Financiamento.

Em termos de produtividade ao nível da despesa, podemos informar que em 2020 foram emitidos os seguintes documentos financeiros, através da aplicação ERP PRIMAVERA PUBLIC SECTOR:

- 2047 Propostas de despesa
- 2761 Fatura e equivalentes
- 2676 Requisições Oficiais
- 2375 Autorizações de Pagamento
- 1763 Transferência a Fornecedores
- 589 Pagamentos a Fornecedores
- 402 Transferências Bancárias
- 187 Transferências Manuais
- 302 Cabimentos Prévios
- 80 Faturas a Crédito
- 5 Faturas Recibo

Relativamente aos **pontos fortes** da atividade da Fundação, foi avaliado pelos investigadores, considerando os critérios a quantificar, a qualidade, pertinência e utilidade da informação concedida pela FGF, bem como a celeridade na autorização de despesa.

Esta linha de orientação estratégica, aprovado pelo Conselho Diretivo, conduziu à proposta de desenvolvimento do “Portal do Investigador”, que irá permitir o acesso, em tempo real, de todos os investigadores a todos os dados dos respetivos projetos ou prestações de serviços geridos pela FGF.



Perspetivas para 2021

As perspetivas para o ano de 2021 estão marcadas por elevada expectativa, especialmente no que concerne aos apoios à investigação.

É neste contexto que podemos afirmar que grande parte do apoio à investigação, recebido



pela Universidade dos Açores, tem resultado das medidas de apoio à investigação por parte do Governo Regional. Neste âmbito, a Direção Regional da Ciência e Transição Digital já anunciou a intenção de manter ou reforçar estes apoios, o que também se encontra vertido no Programa do XIII Governo Regional dos Açores.

Assim, o Governo Regional compromete-se a reforçar o sistema científico regional e a promover o conhecimento científico, apoiando a Universidade dos Açores na sua tripolaridade, como polo de excelência da investigação científica e apoiando a contratação de investigadores pelos centros de investigação regionais, de forma a garantir e assegurar a estabilidade das equipas de investigação já existentes.

Prevê-se igualmente no Programa do XIII Governo Regional dos Açores o reforço do sistema científico e tecnológico dos Açores, designadamente através do apoio aos centros de investigação (de funcionamento e de reequipamento científico), a atribuição de bolsas de investigação e da participação em estudos e projetos científicos e programas de interesse internacional.

Destacam-se os apoios a conceder nas áreas da economia verde, eficiência energética e alterações climáticas, no âmbito da Estratégia de Especialização Inteligente da Região e da investigação azul, promovendo a Universidade dos Açores como centro de investigação azul no Atlântico Norte.

Outras oportunidades de financiamento resultam do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal, elaborado para estancar os efeitos da crise originada pela pandemia COVID-19. A Estratégia Portugal 2030 constitui o referencial para a aplicação dos vários instrumentos de política a adotar no futuro, dos quais se destacam o Quadro Financeiro Plurianual (Portugal 2030) e o Next Generation EU, onde se inserem os Planos de Recuperação e Resiliência nacionais, concebidos para impulsionar a recuperação económica e social e assim mitigar os danos causados pela pandemia COVID-19.

O Plano de Recuperação e Resiliência encontra-se organizado em três dimensões estruturantes: a Resiliência, a Transição Climática e a Transição Digital, nas quais as universidades deverão ter um papel fundamental.

A dimensão **Transição Climática** pretende, com o estímulo da investigação, inovação e aplicação de tecnologias de produção e consumo de energia mais eficientes, promover o melhor aproveitamento dos recursos de que o país já dispõe e potenciar o desenvolvimento de setores económicos em torno da produção de energias renováveis.

A dimensão **Transição Digital** propõe-se desenvolver as competências digitais do país e a capacitação para a digitalização, que se provaram essenciais nas circunstâncias resultantes dos sucessivos confinamentos a que o país teve que se submeter.

Finalmente, como possibilidades de financiamento, refere-se o Horizon Europe, programa de investigação para a União Europeia, que deverá vigorar entre 2021 e 2027. O programa tem por objetivo prioritário gerar impacto científico, tecnológico, económico e social dos investimentos da União nos domínios da investigação e inovação, fortalecer as bases científicas e tecnológicas da União e promover a competitividade em todos os Estados-Membros.

O Horizon Europe organiza-se com base em 3 pilares: o pilar **Excellent Science**, que se destina a apoiar projetos de investigação de fronteira, financiando também bolsas de estudo e mobilidade; o pilar **Global Challenges and European Industrial Competitiveness**, destinado a apoiar a investigação de natureza social; e o pilar **Innovative Europe**, que ajudará a desenvolver o panorama geral da inovação na Europa. Ainda no âmbito europeu, o European Institute of Innovation and Technology continuará a promover a integração de negócios, investigação, ensino superior e empreendedorismo.



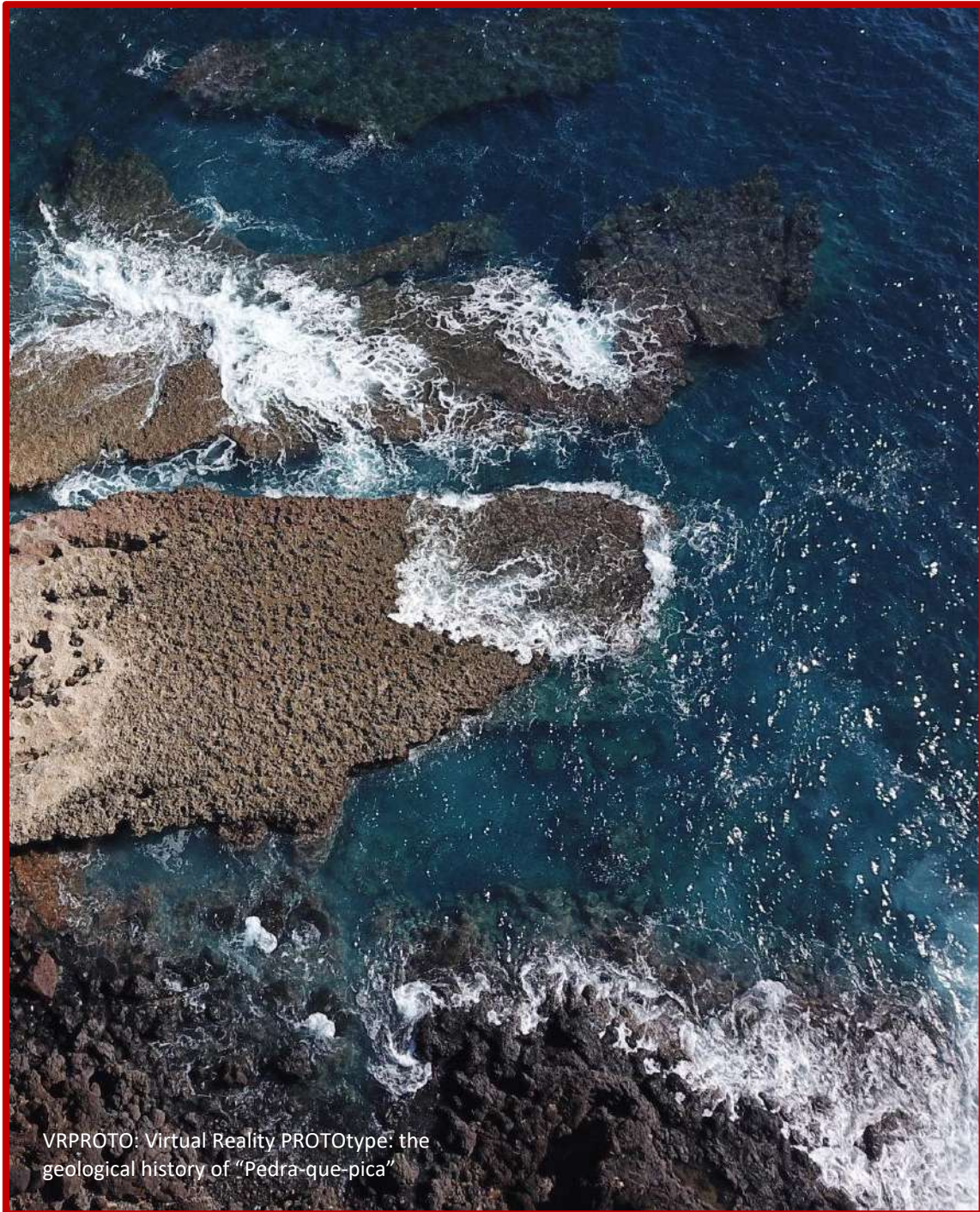
No plano organizacional, os desafios da Fundação Gaspar Frutuoso para 2021 e anos seguintes passam não só por colocar em execução o projetado no Plano de Atividades, como também pela criação de várias ferramentas de trabalho com o objetivo de continuar a fomentar novos métodos de trabalho e colaboração, assentes em ferramentas e processos digitais, bem como explorar novas formas de divulgar e promover as diversas atividades da Fundação. Entre estas ferramentas, encontram-se:

- o novo regulamento de bolsas da FGF;
- a substituição do GestPro pelo Portal do Investigador;
- a reformulação do regulamento do Fundo de Maneio;
- a criação de um *Dashboard* mensal da atividade da Fundação;
- o manual de procedimentos Internos;
- a divulgação das atividades da Fundação nos media;
- a criação de um evento anual (a gala da investigação, com a atribuição do prémio Gaspar Frutuoso)
- o programa de captação de projetos / prestações de serviços (vales de ciência);
- o modelo de avaliação de desempenho, peça fundamental na gestão das carreiras dos colaboradores da Fundação.

VERCOCHAR



III MAPAS & ANEXOS FINANCEIROS



VRPROTO: Virtual Reality PROTOtype: the geological history of "Pedra-que-pica"

Nota Introdutória

1. INVESTIMENTOS

A Fundação Gaspar Frutuoso realizou, no ano de 2020, um total de investimentos em equipamentos e programas informáticos superior a 420 mil euros, representando um aumento de 50% em face do volume de investimento registado no ano anterior (280 mil euros). Estas aquisições, efetuadas no exercício, referem-se sobretudo a equipamento básico e administrativo, nomeadamente:

FONTE DE FINANCIAMENTO	2019	2020	Δ%
EQUIPAMENTO			
BÁSICO	180 180,18 €	227 084,35 €	26,03%
TRANSPORTE	- €	- €	
ADMINISTRATIVO	7 566,08 €	19 226,92 €	154,12%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	- €	- €	
HARDWARE	100 098,35 €	172 873,14 €	72,70%
SOFTWARE	676,50 €	8 497,97 €	1156,17%

Os valores realizados destinam-se às atividades de prestação de serviços e dos projetos de investigação, sendo por isso no último caso financiados pelas várias entidades gestoras e financiadoras. Para o próximo ano, encontram-se previstos investimentos em equipamentos para diversas atividades em execução, dependendo da execução dos contratos de prestação de serviços e das medidas aprovadas no âmbito dos projetos de investigação.

2. FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE

A Fundação Gaspar Frutuoso tem financiado os gastos de investimento e de funcionamento essencialmente com recurso aos subsídios e apoios para os diversos projetos que gere, e ainda aos resultados gerados da prestação de serviços. Desta forma, não tem recorrido a financiamentos externos, nomeadamente a financiamentos bancários ou dívidas a terceiros.

Quanto às atividades de projetos de investigação e bolsas de investigação, estas são financiadas por entidades externas, ao abrigo de fundos comunitários, programas governamentais e contribuições de entidades públicas e privadas regionais, nacionais e internacionais.

O ano de 2020 fica marcado pelo regresso aos resultados líquidos positivos apresentados, ultrapassando os duzentos mil euros. No quadriénio 2015-18, destacam-se os resultados positivos obtidos, quando comparados com períodos anteriores, no quais se haviam registado prejuízos. Apenas no ano de 2019 não foi possível apresentar um resultado positivo, fruto do apoio extraordinário concedido à Universidade dos Açores no valor de duzentos mil euros. Neste sentido, podemos concluir que a Fundação apresenta uma situação financeira equilibrada, alicerçada na solidez e autonomia financeira, consolidada no resultado apresentado no ano de 2020.

Os resultados de exploração do presente exercício são, contudo, reveladores dinâmicos da atividade operacional, com particular destaque para a contratualização e execução de projetos de investigação. Ao nível das medidas de investigação, destaca-se a execução anual das medidas contratualizadas no quadro comunitário de apoio em curso, assim como em outras entidades financiadoras e de apoio à investigação e ciência.

Após alguns anos condicionados pela submissão de candidaturas e pela formalização das aprovações dos projetos, o ano de 2020 fica marcado pelo incremento (64%) no volume de receitas no ano de 2020, resultantes de medidas de investigação que tiveram de igual modo reflexo ao nível dos procedimentos de contratação e da execução de verbas. Este incremento no volume de transferências (mais 1 milhão de euros em face do ano anterior)

exigiu do Conselho Diretivo uma maior capacidade de resposta, mantendo-se o rigor e coerência na gestão, de modo a garantir a execução dos compromissos assumidos, condicionada pelos compromissos de prévia aprovação e recebimento por parte das entidades financiadoras ou contratantes. De destacar ainda o desenvolvimento de variadas ações em colaboração institucional com a Universidade dos Açores, no âmbito de projetos de investigação e de eventos contratualizados com diferentes entidades financiadoras.

Os montantes contratualizados por executar em 31 de dezembro de 2020 ascendiam a 9,3 milhões de euros (mais 3,2 milhões de euros relativamente aos 6,1 milhões de euros do ano de 2019), destacando-se a aprovação e contratualização de medidas no ano de 2020 superior a 5,4 milhões de euros (mais 800 mil euros frente ao volume de aprovações do ano de 2019), o que representa um incremento homólogo de 17%. Destaque para contratos de investigação celebrados com a Fundação da Ciência e Tecnologia, que atingiram os 3,6 milhões de euros no ano de 2020.

Dos valores contratualizados junto das diferentes entidades financiadoras, encontrava-se por receber, à data de 31 de dezembro de 2020, um montante superior a 9,2 milhões de euros (mais 2,9 milhões de euros, quando comparados com os 6,3 milhões de 2019). De referir que as transferências recebidas no ano de 2020, relativas a projetos e medidas de apoio, ultrapassaram os 2,5 milhões de euros, representando um incremento de 64%, mais 1 milhão euros de receita em face do período homólogo (1,5 milhões de euros em 2019).

Neste sentido, o volume de verbas disponibilizadas pelas entidades financiadoras em relação aos montantes aprovados e contratualizados é fundamental para garantir a cobertura financeira e o grau de execução dos projetos de investigação. Prevê-se a manutenção dos níveis de execução das medidas de apoio à investigação nos anos de 2021 e de 2022, embora condicionado pelo volume de transferências por parte das entidades financiadoras e pela submissão de novas medidas de apoio ainda possíveis face às disponibilidades financeiras, considerando a fase da transição de quadros comunitários que se aproxima. É assim fundamental a disponibilização dos apoios financeiros aprovados e dos montantes disponíveis para aprovação nos respetivos eixos de financiamento.

3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

O ano de 2020 marca o regresso à apresentação do resultado líquido positivo, repondo a série de resultados positivos registada no quadriénio 2015-18. O resultado líquido positivo do exercício de 2020, no valor de 209.019 euros, traduz uma inversão diante o prejuízo apresentado em 2019 (-167.199 euros). Quando comparado com os anos de 2018 (32.207 euros de lucro) e de 2017 (26.481 euros de lucro), denota um expressivo crescimento, revelando o melhor desempenho das receitas próprias no histórico da Fundação.

Este resultado foi deveras importante, considerando o objetivo de recuperar e cobrir o prejuízo apresentado no ano de 2019, possibilitando à Fundação Gaspar Frutuoso repor os seus níveis de capitais próprios, apesar da situação financeira estável, quando comparados os ativos com os capitais próprios que apresenta, muito embora com tendência decrescente.

Ao nível das responsabilidades assumidas pela Fundação na execução dos projetos de investigação, registou-se um aumento superior a 3,2 milhões de euros (53%), enquanto os valores aprovados e ainda não recebidos das entidades financiadoras registaram um crescimento homólogo de 2,9 milhões de euros (64%).

O ativo líquido totalizou o valor de 14,3 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 43% (4,3 milhões de euros), quando comparado com o valor de 10 milhões de euros do ano anterior. De registar que a Fundação mais que duplicou o valor de Balanço entre 2018 e 2020, passando de 6,7 milhões de euros para 14,3 milhões de euros, respetivamente. Esta variação deve-se sobretudo ao aumento nas rubricas de disponibilidades e de transferências por receber relacionadas com projetos de investigação. Os clientes em dívida registaram uma diminuição de 114 mil euros em face dos valores registados no ano anterior (38%).

O ativo não corrente, referente aos bens de imobilizado, registou um incremento (56%), reflexo do maior investimento realizado em aquisições de

equipamentos, quando comparado com o valor das depreciações efetuadas no exercício.

Os depósitos bancários em 31 de dezembro de 2020 registaram um aumento de 51% frente ao período anterior (mais cerca de 1,3 milhões euros).

Quanto ao Passivo, o aumento registado de 3,9 milhões de euros (47%) explica-se essencialmente pelo incremento dos valores contratualizados e em execução de medidas de investigação e das prestações de serviços.

Os valores em dívida a fornecedores, em 31 de dezembro 2020, atingiam os 7 mil euros (34 mil euros em 2019), não se registando valores em incumprimento ou mora nos prazos de pagamento.

Considerando que a rubrica do passivo com maior expressão é a de execução por conta de protocolos e contratos assumidos, ressalva-se a importância do fluxo de recebimentos contratados e contabilizados no ativo da Fundação como maior garante do cumprimento da execução dos contratos celebrados com projetos e eventos.

A rubrica de Capital Próprio registou uma diminuição de 23% ante aos valores do ano anterior, consequência do resultado líquido do exercício. Contudo, registou-se um aumento de 82% da rubrica de subsídios ao investimento (outras variações nos fundos patrimoniais).

RÁCIOS	2018	2019	2020
Autonomia Financeira (Cap. Próprio / Total Ativo Líq.) * 100	28%	17%	15%
Cobertura Imobilizado (Cap. Perman. / Total Ativos Fixos Líq.) * 100	607%	377%	295%
Liquidez Geral (Activo Circulante / Passivo Circulante)	1,32	1,21	1,18
Liquidez Imediata (Dep. Bancários + caixa / Passivo Circulante)	0,53	0,33	0,34

Todos os indicadores registaram diminuições, quando comparados com os anos anteriores acima apresentados. A autonomia financeira registou uma quebra ligeira (redução em 2 p.p. relativamente a 2019), e por consequência os Capitais Próprios da Fundação reduziram-se de 17% para 15% do Ativo da Fundação. A variação decorre do efeito combinado entre o considerável aumento do Balanço e o incremento mais ligeiro do Capital Próprio da Fundação, acentuando a dependência dos financiadores externos para a solvência dos passivos assumidos.

Ao nível da cobertura do imobilizado, o rácio, apesar de positivo e elevado, conheceu uma redução, mas, mesmo assim, todos os ativos imobilizados se encontram cobertos por capitais próprios em cerca de 3 vezes. O decréscimo desse indicador face ao ano anterior traduz-se na menor capacidade da Fundação financiar as aquisições por resultados de exploração gerados pela Fundação. Contudo, este rácio encontra-se condicionado pelo aumento expressivo do investimento registado no último exercício (50%).

Ao nível dos indicadores de liquidez geral, o indicador é superior a 1, dado que o ativo corrente é superior ao passivo corrente. Quanto ao rácio da liquidez reduzida, que compara o valor de depósitos bancários e caixa com o passivo total, o valor é inferior a 1. Ambos os rácios mantiveram flutuações ligeiras, quando comparados com os períodos homólogos apresentados.

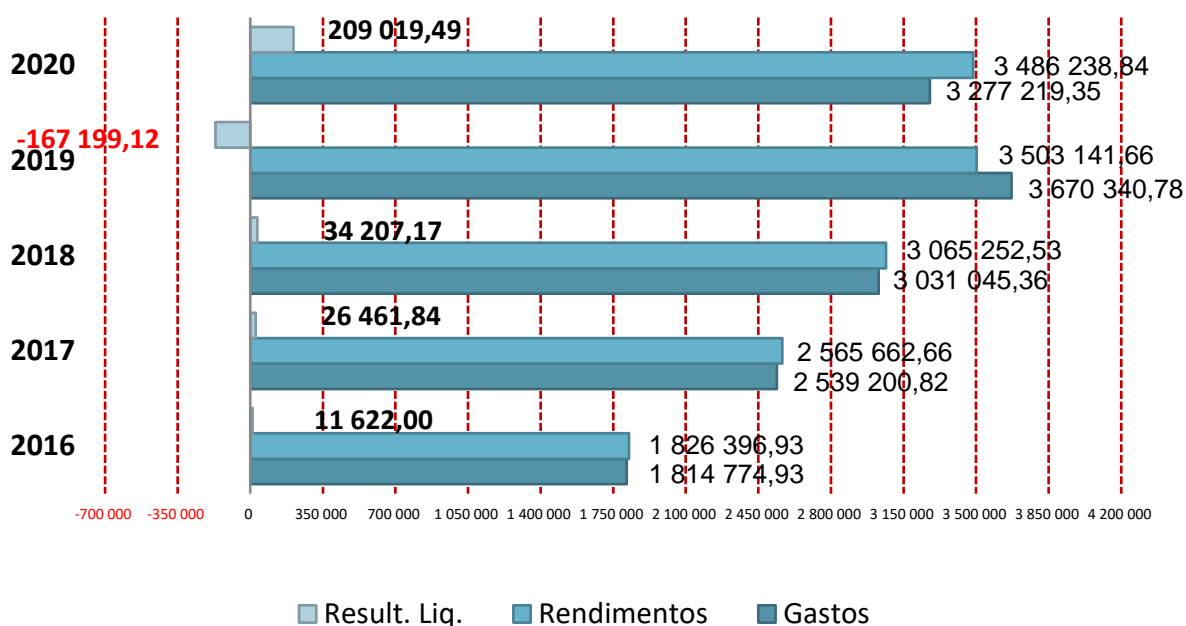
4. EVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS E GASTOS

Ao nível dos rendimentos e gastos, o ano de 2020 caracterizou-se por um exercício económico atípico, marcado pelo efeito da pandemia COVID-19, com impactos ao nível da redução da atividade operacional, das atividades de campo e deslocações, tendo como consequência uma redução do total de gastos de 10,7 % em face do ano anterior.

Na componente dos rendimentos, a quebra registada foi ligeira (0,48% em face de 2019), decorrente sobretudo da recuperação de reembolsos associados a despesa executada no exercício e em exercícios anteriores, o que originou um aumento significativo de *overheads* cobradas pela Fundação. Se considerarmos

o período entre 2016 e 2020, obteve-se um incremento de 90% dos rendimentos anuais e de 81% dos gastos anuais, o que demonstra um robusto e consolidado aumento da atividade da Fundação nos anos recentes.

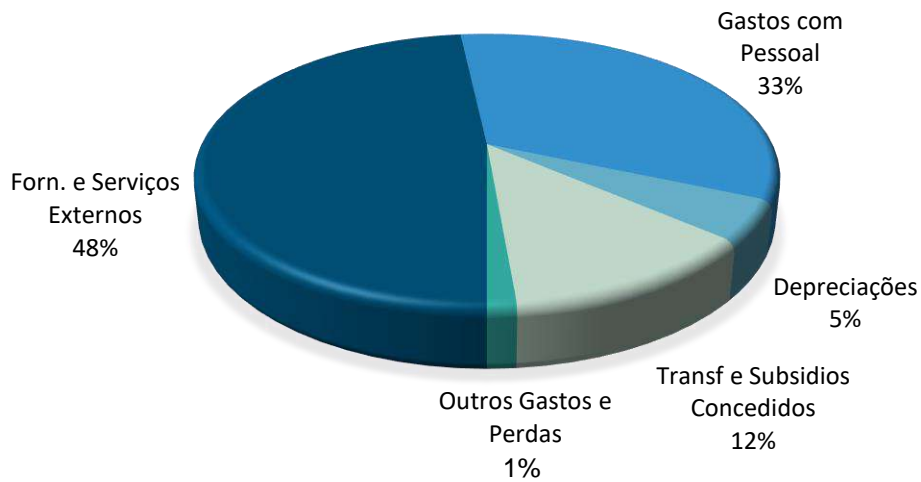
Evolução da Atividade - 2016 a 2020



O ano de 2020 traduz-se na consolidação da execução de gastos, associados à execução de projetos, eventos e prestação de serviços, quando comparado com o ano anterior. Se considerarmos estar perante um ano assolado pela pandemia COVID-19, o desempenho é marcadamente positivo, considerando as contingências nas tarefas e eventos presenciais, os períodos de confinamento e as limitações e condicionantes nas deslocações.

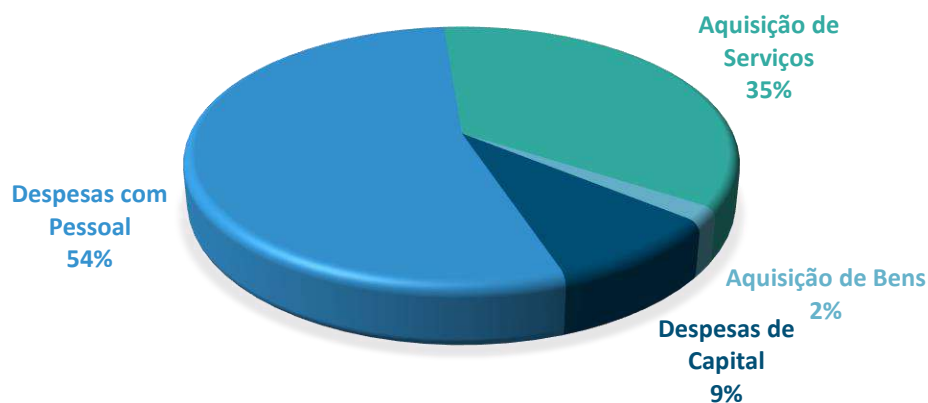
Quanto ao nível de Gastos, o ano de 2020 registou um total de 3,27 milhões de euros, valor inferior ao volume de Rendimentos registado para igual período, razão pela qual o resultado obtido foi positivo em 209 mil euros. Graficamente, a estrutura de gastos da Fundação no corrente exercício é a seguinte:

ESTRUTURA DE GASTOS 2020



De acordo com o gráfico abaixo, a rubrica de gastos com maior contribuição é a de Fornecimentos e Serviços Externos (48%), seguindo-se a dos Gastos com Pessoal, exceto avenças, (33%), a das Transferências e Subsídios Concedidos relativos a bolsas de investigação (12%), a das Depreciações (5%) e / ou Outros Gastos (1%). De destacar, em face do ano anterior, o aumento do peso percentual da rubrica de Gastos com Pessoal (24 % em 2019).

GASTOS DE ESTRUTURA EM 2020



Como se observa, a rubrica mais representativa é a dos Gastos com Pessoal. Destaque de igual modo para os aumentos registados nas rubricas de

Aquisições de Serviços e Despesas de Capital. A rubrica Aquisição de Bens tem um valor quase residual.

Quanto à estrutura de Rendimentos, no ano de 2020, estes totalizaram 3,48 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 0,48% em face do ano anterior, com 3.50 milhões de euros.

ESTRUTURA DE RENDIMENTOS 2020



Ao nível dos Rendimentos, de destacar no ano de 2020 a maior contribuição por parte dos Subsídios à Exploração (57%), seguindo-se a Prestação de Serviços (39%).

Comparativamente aos últimos dois anos, podemos desde logo assinalar a redução do peso percentual da prestação de serviços na estrutura total de rendimentos (39% em 2020, 43% em 2019, 41% em 2018), em contrapartida com os subsídios à exploração (57% em 2020, 52% em 2019, 57% em 2018). A esse feito encontra-se associada a pandemia COVID-19, que condicionou a execução de prestações de serviços contratadas e novas adjudicações por parte de empresas e instituições públicas.

Seguem-se os Outros Rendimentos (4%), provenientes da imputação anual dos subsídios para aquisição de equipamentos, aumentando em face do ano anterior (5% em 2019) o seu peso na estrutura de rendimentos da Fundação.

A gestão das receitas e da tesouraria da Fundação Gaspar Frutuoso tem, assim, exigido uma adequação da execução dos gastos associados à especialização dos subsídios recebidos e das prestações de serviços, assim como ao volume de transferências por parte das entidades financiadoras.

Por outro lado, com a incerteza da pandemia COVID-19 e a proximidade do novo quadro de financiamento comunitário, a Fundação vê-se na contingência de gerir os gastos de funcionamento e de apoio a outras atividades que não beneficiem de apoios e medidas de financiamento externos, associados ao volume de medidas de investigação contratualizadas condicionadas pelo recebimento destas rubricas de rendimentos.

De modo a averiguar-se a evolução das rubricas de gastos e de rendimentos, em face do ano anterior, resume-se na seguinte tabela o comparativo entre os anos de 2020 e de 2019.

Gastos e Perdas	2019	2020	Var. %
Forn. e Serviços Externos	2 095 735,80	1 581 004,98	-24,56%
Gastos com Pessoal	871 653,65	1 089 638,88	25,01%
Imparidades Dividas a Receber	0,00	0,00	a)
Depreciações	112 620,00	157 757,84	40,08%
Transf e Subsídios Concedidos	565 196,22	403 631,84	-28,59%
Outros Gastos e Perdas	25 135,11	45 185,81	79,77%
Gastos e Perdas Financ.	0,00	0,00	a)
Totais	3 670 340,78	3 277 219,35	-10,71%
Rendimentos e Ganhos			
Vendas e Prest. Serviços	1 501 622,63	1 364 821,55	-9,11%
Subsídios à Exploração Obtidos	1 823 648,68	1 996 273,69	9,47%
Reversão de Imparidades	0,00	0,00	a)
Outros Rend. e Ganhos	177 870,35	125 143,60	-29,64%
Juros e Rend. Obtidos	0,00	0,00	a)
Totais	3 503 141,66	3 486 238,84	-0,48%

Da análise da tabela acima, assinala-se a redução mais acentuada na estrutura de gastos e de forma mais ténue nos rendimentos da Fundação, decorrente das contingências ao nível da atividade operacional no ano de 2020. Ao nível das rubricas de Rendimentos, destaque para a diminuição registada na prestação de Serviços (9,11%), em oposição ao aumento registado nos Subsídios à Exploração (9,47%). Os Outros Rendimentos (-29,6%) registam uma contração associada à imputação de subsídios ao investimento e correções de anos anteriores.

Ao nível dos gastos, aos aumentos registados na rubrica Gastos com Pessoal foi fruto do aumento do número de recursos humanos contratados, afetos aos projetos de investigação. A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos registou uma diminuição de 24,5%, resultante da redução de atividades em consequência da pandemia COVID-19, destacando-se de igual modo a quebra verificada ao nível da rubrica Transferências e Subsídios Concedidos, que foi de 28,5%. Será, contudo, de destacar que, retirando o apoio extraordinário concedido no ano de 2019 à Universidade dos Açores, se assistiu a um incremento de transferências para bolseiros a superior a 38 mil euros.

Quanto aos Rendimentos e Ganhos Financeiros, no que se refere aos juros, regista-se a perda desta rubrica de receita nos últimos anos, fruto da obrigatoriedade da Fundação depositar as suas disponibilidades apenas junto do IGCP, sem qualquer remuneração.

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos engloba, para além de donativos obtidos (consignação do IRS, p.e.) e correções de exercícios anteriores, os subsídios ao investimento imputados no exercício, uma vez que a maior parcela se encontra na rubrica de Outras Variações no Capital Próprio, no Balanço, seguindo o princípio contabilístico da especialização do exercício, em que os investimentos realizados são imputados a rendimentos dos exercícios em que são amortizados.

O resultado líquido do exercício foi positivo em cerca de 209 mil euros, por oposição ao prejuízo de 167 mil euros do ano anterior – valor resultante da transferência extraordinária concedida para apoio à universidade dos Açores, no valor de 200 mil euros, ocorrida no ano de 2019, ano em que, expurgada aquela medida de medida de apoio, a Fundação apresentaria um resultado positivo superior a 32 mil euros. A política de gestão de rigor da Fundação, focada em garantir a execução dos compromissos assumidos, enfrentou um ano exigente, considerando o elevado nível de execução financeira, o maior volume de contratos de incentivos celebrados, a qual foi acompanhada no ano de 2020 pelo maior volume de transferência financeira por parte de algumas das entidades financiadoras (PCT MAC/INTERREG e PO Açores), com impacto na cobertura de gastos de estrutura da Fundação pela angariação de *overheads* de gestão de projetos e prestação de serviços.

De assinalar que os gastos de funcionamento decorrentes do enquadramento da Fundação Gaspar Frutuoso, Fundação Pública, com os procedimentos de contratação pública, de contabilidade orçamental e de reportes de informação a diversas entidades, da consolidação da plena funcionalidade da aplicação informática (ERP PRIMAVERA PUBLIC SECTOR), e sobretudo o elevado número de projetos de investigação protocolados no exercício de 2020, exigiram quer financeiramente quer operacionalmente, um esforço adicional da entidade e do reforço dos quadros de colaboradores.

Em suma, o desempenho operacional decorreu sobretudo do incremento da execução de medidas de apoio à investigação por parte da Fundação Gaspar Frutuoso nos anos de 2019 e de 2020. Estamos perante uma Fundação Pública sem fins lucrativos, com necessidade de incrementar as receitas próprias, dada a dependência dos apoios e subsídios para equilíbrio das contas de exploração e capacidade financeira, capaz de manter o desenvolvimento do seu objeto social e a execução dos projetos e medidas contratualizadas com as diferentes entidades financiadoras. O desafio da Fundação coloca-se na importância de assegurar um nível de receitas compatível com a estrutura de gastos e com os níveis de investimento contratualizados, de forma a garantir a cobertura dos encargos de estrutura e assegurar a sustentabilidade da Fundação Gaspar Frutuoso.

Aliás, os resultados obtidos no ano de 2020 decorrem do maior nível de financiamento e angariação de receitas pela Fundação, permitindo cobrir os gastos de funcionamento e estrutura e angariar uma reserva de segurança e financiamento de projetos futuros.

A alteração de algumas tipologias de financiamento ao abrigo do atual Quadro Comunitário de Apoio, com a redução de adiantamentos de verbas, vem intensificar o desafio na gestão financeira da Fundação, do qual dependerá o reembolso em prazo aceitável por parte das entidades financiadoras.

MAPA ORÇAMENTAL DA DESPESA PREVISTA PARA 2020

RÚBRICAS	2020
DESPESA COM PESSOAL (Sede)	227 980 €
DESPESA COM PESSOAL (APOIO CENTROS I&D)	186 863 €
DESPESA COM PESSOAL (PROJETOS I&D)	1 258 045 €
DESPESA COM PESSOAL (PS)	788 471 €
AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	2 280 362 €
TRANSFERENCIAS CORRENTES (BOLSAS I&D e Estagiar)	699 384 €
TRANSFERENCIAS CORRENTES (Impostos; Reserva)	375 395 €
INVESTIMENTO	664 550 €
TOTAL DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	6 481 050 €

MAPA ORÇAMENTAL DA DESPESA EXECUTADA EM 2020

RÚBRICAS	2020
DESPESA COM PESSOAL (Sede)	239 405 €
DESPESA COM PESSOAL (APOIO CENTROS I&D)	139 100 €
DESPESA COM PESSOAL (PROJETOS I&D)	689 936 €
DESPESA COM PESSOAL (PS)	686 823 €
AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	1 132 297 €
TRANSFERENCIAS CORRENTES (BOLSAS I&D e Estagiar)	375 357 €
TRANSFERENCIAS CORRENTES (Impostos; Reserva)	189 771 €
INVESTIMENTO	422 885 €
TOTAL DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3 875 575 €

MAPA ORÇAMENTAL DA RECEITA PREVISTA PARA 2021

RÚBRICAS	2020
TRANSFERÊNCIAS FCT, IP	452 762 €
TRANSFERÊNCIAS FEDER (PO Açores)	1 362 495 €
TRANSFERÊNCIAS FEDER (INTERREG MAC)	512 853 €
TRANSFERÊNCIAS H2020	115 363 €
TRANSFERÊNCIAS ENTIDADES ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	617 793 €
VENDA DE BENS E SERVIÇOS + OUTRAS RECEITAS	2 755 234 €
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	664 550 €
TOTAL DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	6 481 050 €

MAPA ORÇAMENTAL DA RECEITA EXECUTADA EM 2020

RÚBRICAS	2020
TRANSFERÊNCIAS FCT, IP	44 699,49 €
TRANSFERÊNCIAS FEDER (PO Açores)	797 611,20 €
TRANSFERÊNCIAS FEDER (INTERREG MAC)	256 703,10 €
TRANSFERÊNCIAS H2020	111 816,77 €
TRANSFERÊNCIAS ENTIDADES ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	744 298,17 €
VENDA DE BENS E SERVIÇOS + OUTRAS RECEITAS	2 401 538,25 €
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL (FCT, IP)	501 920,91 €
TOTAL DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4 858 588 €

MAPAS & ANEXOS FINANCEIROS

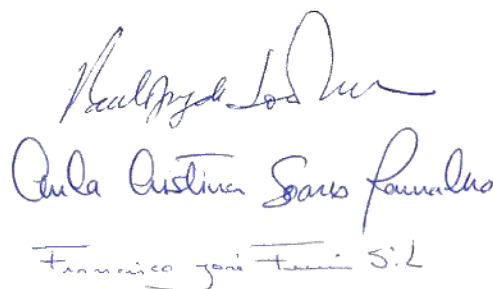
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

		Euros	
RUBRICAS	NOTAS	31 Dez 2020	31 Dez 2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	712,996.62	464,775.21
Ativos intangíveis	3	16,144.92	2,157.17
Participações financeiras	18	13,229.04	7,869.48
		742,370.58	474,801.86
Ativo corrente			
Inventários	10	324.38	156.75
Devedores por transferências e subsídios	14;18	9,228,109.80	6,384,830.23
Clientes, contribuintes e utentes	18	188,416.64	302,608.38
Estado e outros entes públicos	18	58.45	0.00
Outras contas a receber	18;23	82,995.36	158,256.07
Diferimentos	18;23	14,776.95	5,185.69
Caixa e depósitos	1.2;18	4,118,651.50	2,733,926.18
		13,633,333.08	9,584,963.30
Total do ativo		14,375,703.66	10,059,765.16
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital	23	748,196.85	748,196.85
Reservas	23	1,101,356.84	1,101,356.84
Resultados transitados	23	-299,008.46	-131,809.34
Outras variações no património líquido	14;23	434,014.54	238,664.79
		1,984,559.77	1,956,409.14
Resultado líquido do período		209,019.49	-167,199.12
Total do Património Líquido		2,193,579.26	1,789,210.02
Passivo			
		0.00	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores	18	7,282.33	34,072.46
Estado e outros entes públicos	18	39,626.64	50,878.09
Outras contas a pagar	18	9,929,203.66	6,293,504.20
Diferimentos	18	2,206,011.77	1,892,100.39
		12,182,124.40	8,270,555.14
Total do passivo		12,182,124.40	8,270,555.14
Total do património líquido e do passivo		14,375,703.66	10,059,765.16

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



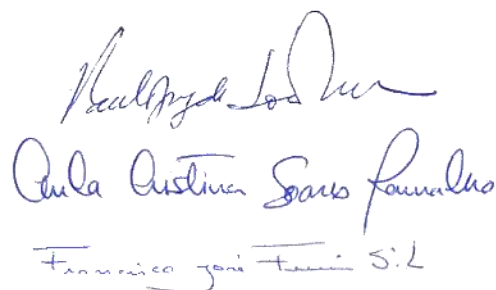
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2020	31 Dez 2019
Prestações de serviços	13	1,364,821.55	1,501,622.63
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	1,996,273.69	1,823,648.68
Fornecimentos e serviços externos	23	-1,581,004.98	-2,095,735.80
Gastos com o pessoal	23	-1,089,638.88	-871,653.65
Transferências correntes e subsídios concedidos	23	-403,631.84	-565,196.22
Outros rendimentos e ganhos	13;23	125,143.60	177,870.35
Outros gastos e perdas	23;23	-45,185.81	-25,135.11
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		366,777.33	-54,579.12
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	-157,757.84	-112,620.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		209,019.49	-167,199.12
Resultado antes de impostos		209,019.49	-167,199.12
Imposto sobre o rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		209,019.49	-167,199.12

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

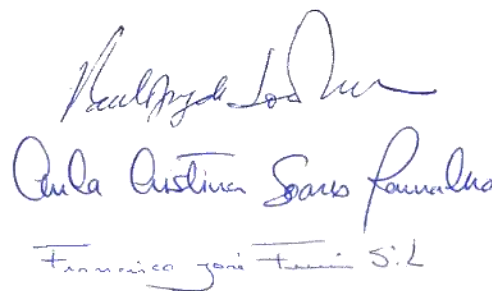
Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores								Total do património Líquido
		Capital / Património Realizado	Reservas legais	Reservas decorrentes transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado líquido do período	
Posição no início de 2019	23	748,196.85	91,074.66	0.00	1,010,282.18	-166,016.51		142,095.12	34,207.17	1,859,839.47
Saldo inicial reexpresso		748,196.85	91,074.66	0.00	1,010,282.18	-166,016.51		142,095.12	34,207.17	1,859,839.47
Alterações no Período										
Outras alterações reconh. no Património Líquido	23	0.00	0.00	0.00		34,207.17		96,569.67	-34,207.17	96,569.67
		0.00	0.00	0.00		34,207.17		96,569.67	-34,207.17	96,569.67
Resultado Líquido do Período									-167,199.12	-167,199.12
Resultado Integral									-167,199.12	-167,199.12
Posição no fim de 2019		748,196.85	91,074.66	0.00	1,010,282.18	-131,809.34		238,664.79	-167,199.12	1,789,210.02
Posição no início de 2020	23	748,196.85	91,074.66	0.00	1,010,282.18	-131,809.34		238,664.79	-167,199.12	1,789,210.02
Alterações no Período										
Outras alterações reconh. no Património Líquido	23	0.00	0.00	0.00	0.00	-167,199.12		195,349.75	167,199.12	195,349.75
		0.00	0.00	0.00	0.00	-167,199.12		195,349.75	167,199.12	195,349.75
Resultado Líquido do Período									209,019.49	209,019.49
Resultado Integral									209,019.49	209,019.49
Posição no fim de 2020	23	748,196.85	91,074.66	0.00	1,010,282.18	-299,008.46		434,014.54	209,019.49	2,193,579.26

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

Demonstração de Fluxos de Caixa

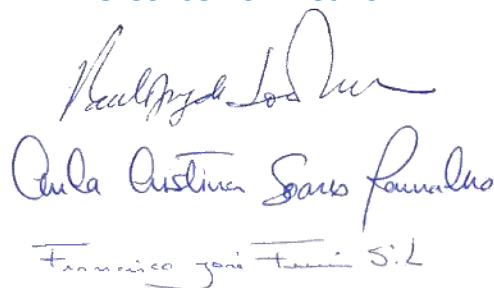
Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2020	31 Dez 2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimento de clientes e utentes		2,164,690.92	2,078,542.23
Recebimento de subsídios à exploração		2,177,217.35	1,654,561.06
Pagamentos a fornecedores		-1,631,042.33	-2,067,061.73
Pagamentos ao pessoal		-1,072,343.74	-803,088.57
Pagamentos de bolsas de investigação		-403,631.84	-365,196.22
Caixa gerada pelas operações		1,234,890.36	497,756.77
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	0.00
Outros recebimentos / pagamentos		71,067.11	-232,332.39
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1,305,957.47	265,424.38
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-402,452.09	-277,373.94
Ativos intangíveis		-15,341.41	-2,784.06
Investimentos financeiros		-5,359.56	-845.50
		-423,153.06	-281,003.50
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Subsídios ao investimento		501,920.91	153,797.74
Juros e rendimentos similares		0.00	0.00
		501,920.91	153,797.74
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		78,767.85	-127,205.76
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2)			
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		2,733,926.18	2,595,707.56
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.2	4,118,651.50	2,733,926.18
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2,733,926.18	2,595,707.56
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior		2,733,926.18	2,595,707.56
De execução orçamental		2,743,011.13	2,591,669.03
De operações de tesouraria		-9,084.95	4,038.53
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4,118,651.50	2,733,926.18
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte		4,118,651.50	2,733,926.18
De execução orçamental		3,715,977.29	2,743,011.13
De operações de tesouraria		402,674.21	-9,084.95

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA FUNDAÇÃO, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 - Identificação da Fundação

a) Designação da Fundação

“Fundação Gaspar Frutuoso”, adiante designada por “Fundação”.

b) Endereço da Sede

Rua da Mãe de Deus, Ponta Delgada.

c) Constituição da Fundação e natureza da atividade

A “Fundação Gaspar Frutuoso, FP”, adiante designada por “Fundação”, é uma Fundação Pública de Direito Privado dotada de personalidade jurídica, órgãos e património próprios e de autonomia administrativa e financeira, que se rege pelos seus estatutos, regulamentos internos, lei-quadro das fundações e demais legislação aplicável, conforme o artigo I dos mesmos, publicados em Diário da República, 2ª série, nº 191 de 30 de setembro de 2015. Foi constituída por escritura de 4 de março de 1999 e tem utilidade pública concedida por despacho do Presidente do Governo dos Açores de 29 de novembro de 2004, publicado em Jornal Oficial II série, n.º 50 de 14 de dezembro de 2004. Com um Património ou Capital estatutário de 748.196,85€, integralmente subscrito e realizado pela Universidade dos Açores, a Fundação tem por fim de acordo com artigo III dos seus estatutos, num quadro de estreita colaboração com a Universidade dos Açores, fomentar as atividades de cariz científico, tecnológico, social, cultural artístico, económico e ambiental, entre outros, através da promoção e participação em concursos, programas e projetos, assim como do desenvolvimento de ações de formação, consultoria e divulgação.

São órgãos de governo da Fundação:

- O Conselho Geral;
- O Conselho Diretivo;
- O Fiscal Único.

São órgãos de coordenação da Fundação:

- Conselho Geral;

Em 31 de Dezembro de 2020, o Conselho de Gestão era constituído por:

- Paulo Jorge Sousa de Meneses (Presidente);
- Carla Cristina Soares Ramalho (Vogal);
- Francisco José Ferreira Silva (Vogal)

d) Designação da Fundação – Mãe:

“Universidade dos Açores”

e) Sede da Fundação – Mãe:

Rua da Mãe de Deus, Ponta Delgada

f) Período de relato:

O período de relato é de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2020.

1.2 - Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a estrutura conceptual e as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Todavia, o Conselho Diretivo fará sempre divulgações para além das especificamente exigidas por este referencial, de modo a garantir uma apresentação apropriada. Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais, e não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem

em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á, supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao Sistema de Normalização Contabilística, e depois às normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

De referir que as notas indicadas neste Anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1- Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. As notas para as quais se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

Apresentação apropriada das demonstrações financeiras e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Fundação e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o SNC-AP, requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Fundação, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações

correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho Diretivo, em 27 de abril de 2021, e serão submetidas à aprovação pelo Conselho Geral.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

Compensação de saldos e transações

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

Fluxos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Valores de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição de caixa e seus equivalentes era a seguinte:

Conta	2020		2019	
Caixa		0.00		271.25
Depósitos à ordem		4,118,651.50		2,733,654.93
Depósitos à ordem no Tesouro	4,118,651.50		2,733,654.93	
Depósitos bancários à ordem				
Total de caixa e depósitos		4,118,651.50		2,733,926.18

Por imposição da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., a Fundação foi obrigada a transitar todos os saldos de depósitos bancários à ordem e a prazo para aquela instituição. Estes depósitos não são remunerados. Na sequência da integração na administração central do Estado, a Fundação passou a estar sujeita ao princípio da Unidade de Tesouraria consagrado na LOE, o que significa que passou a estar obrigada a depositar em contas na tesouraria do Estado a totalidade das suas disponibilidades e aplicações financeiras, seja qual for a origem ou natureza das mesmas, incluindo receitas próprias, e a efetuar todas as movimentações de fundos por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E. P. E..

Em 2020, a FGF possuía duas contas à ordem no IGCP, onde concentrou todas as suas disponibilidades de tesouraria, dispõe ainda de uma conta de depósitos à ordem no MILLENNIUM BCP para efeitos de depósitos e passagem de fundos para o IGCP, visto que esta Instituição não dispõe de filiais na Região Autónoma dos Açores. Trata-se de um procedimento instruído e autorizado pelo IGCP.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das presentes demonstrações financeiras são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado.

2.1 - Bases de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, mantidas de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O euro é a moeda funcional e de apresentação e as demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e os resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionados com operações de financiamento.

A Fundação classifica os ativos e os passivos em correntes, quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas mais relevantes são abaixo indicadas.

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis para uso ou prestar um serviço encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis correspondem às vidas úteis estimadas (anos), utilizando-se na sua determinação o método das quotas constantes por duodécimos.

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos.

O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rúbricas	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	1 - 14
Equipamento de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	1 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 5

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

b) Imparidades de ativos

A Fundação avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestar um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.

As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinarem eventuais imparidades em relação à quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou de serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado e da sua alienação no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria

reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

c) Participações financeiras

As participações financeiras em entidades subsidiárias, em que a Fundação exerce o controlo, e em associadas, em que a Fundação tem influência significativa, são mensuradas pelo método do custo.

As restantes participações financeiras são também mensuradas pelo custo, dado tratar-se de instrumentos de capital não cotados.

d) Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

e) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras, quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo amortizado, se aplicável, ou ao justo valor, com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, quando: (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que

desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos; (ii) Clientes, contribuintes e utentes; (iii) Fornecedores; e (iv) Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integrem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

(i) Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

(iii) Património realizado

O património social inicial da Fundação corresponde ao património líquido apurado no balanço inicial, quando se adotou, pela primeira vez, a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras de acordo com o normativo POC. A Universidade dos Açores é detentora da totalidade do património da Fundação, encontrando-se o mesmo integralmente realizado.

(iv) Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(v) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

f) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

g) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Fundação desreconhece passivos financeiros, quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

h) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

Os ativos contingentes são divulgados, quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados em nota deste anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas, quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

j) Rendimentos de transações

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações, com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos provenientes da venda de bens são reconhecidos, quando a Fundação(i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente mensurar a

quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Fundação mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

A Fundação, quando satisfaz uma obrigação presente, reconhecida como um passivo, com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidas pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de

que a Fundação cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à atividade não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

k) Benefícios dos empregados

A Fundação reconhece em gastos os benefícios (que incluem todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

l) Especialização de gastos e rendimentos

A Fundação regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

m) Imposto sobre o rendimento

A Fundação está isenta de liquidação de imposto sobre o rendimento (IRC) por se tratar de uma Fundação Pública com utilidade pública reconhecida por despacho do Presidente do Governo dos Açores de 29

de novembro de 2004, publicado em Jornal Oficial II série, n.º 50 de 14 de dezembro de 2004, designadamente na Categoria B (rendimentos empresariais), desde que os rendimentos sejam diretamente derivados do exercício de atividades no âmbito dos seus fins estatutários.

n) Acontecimentos após a data de relato

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras, e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

2.3 - Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas. Em 2019, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas do período anterior.

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Conselho Diretivo procedido à avaliação da capacidade da Fundação operar em continuidade e concluído que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Como já mencionado, os fatores relacionados com o desempenho futuro estão associados aos níveis de financiamento que sejam garantidos a nível do Orçamento do Estado, tendo em conta os atuais constrangimentos existentes.

2.5 - Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e/ou períodos futuros

Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Fundação no presente período ou períodos subsequentes.

Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Fundação, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações futuras com base na informação disponível.

2.6 - Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de emissão das demonstrações financeiras e tendo em consideração que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

Os julgamentos que, no futuro, poderão sofrer alterações com impacto material nos ativos e passivos e nos rendimentos e gastos estão relacionados com a capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às necessidades da atividade desenvolvida, aos níveis de exigência que estão associados e regulamentados e aos riscos associados à dificuldade de determinar a elegibilidade dos gastos incorridos nos projetos de investigação científica,

desenvolvimento experimental e tecnológico financiados por entidades terceiras e a sua recuperabilidade financeira.

2.7 - Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Fundação não procedeu a alterações de procedimentos ou metodologias de determinação de estimativas contabilísticas.

2.8 - Erros materiais de períodos anteriores

Não foi identificado em 2020 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

A quantia bruta escriturada e de amortização e a imparidade acumulada em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era assim resumida:

Quadro 3.1 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

ATIVOS INTANGÍVEIS	Início do período				Fim do período				Euros
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	
	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)	
(1)									
Programas de computador e sistemas de informação	22,032.35	19,875.18		2,157.17	37,373.76	21,228.84		16,144.92	
Total	22,032.35	19,875.18	0.00	2,157.17	37,373.76	21,228.84	0.00	16,144.92	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ocorreram as seguintes variações:

Quadro 3.2 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período

ATIVOS INTANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
		(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	
(1)	(2)									(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Programas de computador e sistemas de informação	2,157.17	15,341.41						-1,353.66		16,144.92
Total	2,157.17	15,341.41	0.00	0.00	0.00	0.00	-1,353.66	0.00	0.00	16,144.92

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ocorreram as seguintes adições de ativos intangíveis.

Euros										
ATIVOS INTANGÍVEIS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança,	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Programas de computador e sistemas de informação		15,341.41								15,341.41
Total	0.00	15,341.41	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	15,341.41

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Fundação não tinha ativos intangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos e também não existiam quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia bruta escriturada e de depreciações e imparidades acumuladas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 resume-se como segue:

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Euros								
ATIVOS TANGÍVEIS	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	16,536.15			16,536.15	16,536.15			16,536.15
Edifícios e outras construções	181,115.52	181,115.52		0.00	181,115.52	181,115.52		0.00
Equipamento básico	2,330,397.95	2,059,522.79		270,875.16	2,540,325.42	2,138,861.78		401,463.64
Equipamento de transporte	151,192.66	134,970.60		16,222.06	151,192.66	145,763.65		5,429.01
Equipamento administrativo	983,151.52	839,757.73		143,393.79	1,144,912.97	885,800.16		259,112.81
Outros	34,200.32	16,452.27		17,748.05	51,061.06	20,606.05		30,455.01
Total	3,696,594.12	3,231,818.91	0.00	464,775.21	4,085,143.78	3,372,147.16	0.00	712,996.62

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram as seguintes variações:

Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Euros										
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	16,536.15	0.00								16,536.15
Edifícios e outras construções	0.00	0.00					0.00			0.00
Equipamento básico	270,875.16	210,510.97					-79,922.49			401,463.64
Equipamento de transporte	16,222.06	0.00					-10,793.05			5,429.01
Equipamento administrativo	143,393.79	177,389.87					-61,534.86		-135.99	259,112.81
Outros	17,748.05	16,860.74					-4,153.78			30,455.01
Total	464,775.21	404,761.58	0.00	0.00	0.00	0.00	-156,404.18	0.00	-135.99	712,996.62

O montante reconhecido como adições refere-se exclusivamente à aquisição de ativos fixos tangíveis e estão registrados pelo preço de fatura acrescido de custos de aquisição associados.

Quadro 5.2 A - Ativos fixos tangíveis - Desagregação das Adições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										Euros
	Internas	Compra	Cessões	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Outros ativos fixos tangíveis											
Equipamento básico		210.510,97									210.510,97
Equipamento administrativo		177.389,87									177.389,87
Outros		16.860,74									16.860,74
Total	0,00	404.761,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			404.761,58
	0,00	404.761,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			404.761,58

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram diminuições, nem revalorizações de ativos tangíveis.

Quadro 5.2 B - Ativos fixos tangíveis - Diminuições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					Euros
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
Outros ativos fixos tangíveis						
Equipamento administrativo					135,99	135,99
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	135,99	135,99
	0,00	0,00	0,00	0,00	135,99	135,99

O valor registrado refere-se a abate de equipamento em virtude de avaria / obsolescência.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Fundação não tinha ativos fixos tangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos.

NOTA 10 - INVENTÁRIOS

No período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a quantia escriturada dos inventários e o movimento ocorrido no período foram os seguintes:

Quadro 10.1 – Inventários

Rubrica	Euros		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Mercadorias			0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	324.38		324.38
Total	324.38	0.00	324.38

Quadro 10.2 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos no período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções nos inventários	Outros aumentos de inventários	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)+(4)-(5)+(6)-(7)+(8)	
Mercadorias									0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	156.75	1,102.85	935.22						324.38
Total	156.75	1,102.85	935.22	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	324.38

NOTA 13 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 têm a seguinte decomposição:

Tipo de rendimento	2020		2019	
Venda de bens				
Prestações de Serviços				
Consultoria Técnico-científica	1,358,126.96		1,474,124.45	
Cursos e congressos	30.00		27,498.18	
Outros serviços	6,664.59	1,364,821.55		1,501,622.63
Outros rendimentos e ganhos				
Patrocínios e donativos			8,686.85	
Reposições não abatidas aos pagamentos	2,601.94			
Imputação de subsídios e transferências	106,570.18		57,228.07	
Correções exercícios anteriores	11,105.51		78,781.76	
Outros	4,865.97	125,143.60	33,173.67	177,870.35
Total rendimentos de transações com contraprestação		1,489,965.15		1,679,492.98

NOTA 14 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação, recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados e no balanço:

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Subsídios sem condição	92,590.12				
Subsídios com condição	1,903,683.57	434,014.54	6,384,830.23	9,228,109.80	411,158.50
Legados, ofertas e doações					
Total	1,996,273.69	434,014.54	6,384,830.23	9,228,109.80	411,158.50

Os valores registados estão de acordo com a execução, nos anos indicados, das diversas ações e projetos no âmbito das atividades de investigação e eventos realizados, contratualizados com as várias entidades financiadoras no âmbito de apoios à exploração e funcionamento.

A conta de devedores por subsídios atribuídos regista o valor a receber das entidades gestoras e financiadoras das diversas medidas e projetos, cujos movimentos e saldos do ano de 2020 e de 2019 se apresentam assim repartidos:

Entidades	Saldo em 31-Dez-2018	Aprovações	Recebimentos	Reversões e Devoluções	Saldo em 31-Dez-2019
Fundação Ciência e Tecnologia	1,259,617.24	308,725.81	467,138.18		1,101,204.87
Direção Reg. Ciência e Tecnologia	4,000.00	150,000.00	89,000.00		65,000.00
Fundo Regional Ciência e Tecnologia	60,000.00				60,000.00
PO Açores 2020	1,289,344.15	2,921,032.42	716,115.05		3,494,261.52
Comissão Europeia	141,461.25		15,536.01	755.48	126,680.72
PCT MAC	321,454.63	1,217,077.23	109,689.96		1,428,841.90
Outras entidades	194,901.77	93,480.05	179,540.60		108,841.22
Total	3,270,779.04	4,690,315.51	1,577,019.80	755.48	6,384,830.23

Entidades	Saldo em 31-Dez-2019	Aprovações	Recebimentos	Reversões e Devoluções	Saldo em 31-Dez-2020
Fundação Ciência e Tecnologia	1,101,204.87	3,600,466.81	776,238.88		3,925,432.80
Direção Reg. Ciência e Tecnologia	65,000.00	631,316.90	324,177.19		372,139.71
Fundo Regional Ciência e Tecnologia	60,000.00	90,000.00	25,000.00	47,654.71	77,345.29
PO Açores 2020	3,494,261.52	180,583.37	998,402.63	10,683.97	2,665,758.29
Comissão Europeia	126,680.72	860,412.50	83,547.23		903,545.99
PCT MAC	1,428,841.90	99,723.32	327,340.52		1,201,224.70
Outras entidades	108,841.22	28,495.75	54,673.95		82,663.02
Total	6,384,830.23	5,490,998.65	2,589,380.40	58,338.68	9,228,109.80

Em conformidade com a avaliação efetuada pelo Conselho Diretivo em 31 de dezembro de 2020, os ativos foram reconhecidos no balanço, quando exista a probabilidade da ocorrência de atividades presentes e futuras para a Fundação e os ativos tenham um custo ou um valor que podia ser mensurado com fiabilidade, designadamente a aceitação e aprovação da entidade gestora e financiadora. Todos estes ativos estão restringidos quanto ao cumprimento das condições cuja atribuição lhe está associada, independentemente de já ter sido recebido.

A conta de outros credores - subsídios atribuídos a executar regista o valor contratualizado junto das entidades gestoras e financiadoras para execução de despesas das diversas medidas e projetos, cujos movimentos e saldos do ano de 2020 e de 2019 apresentam a seguinte decomposição:

Resumo de movimentos anuais por rubricas	Subsídios à Exploração	Subsídios ao Investimento	Total
Saldo Inicial de Projetos em execução	5,603,563.59	532,161.03	6,135,724.62
Novos Projectos Aprobados no período	4,876,637.52	614,361.13	5,490,998.65
Anulações / Restituições no período	67,847.83		67,847.83
Execução do período	1,903,683.57	301,919.93	2,205,603.50
Transferências / reclassificações	17,500.00		17,500.00
Saldo Final de Projetos em execução	8,526,169.71 €	844,602.23 €	9,370,771.94 €

NOTA 17 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 27 de abril de 2021 pelo Conselho Diretivo.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2020.

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as categorias de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado estão detalhadas da seguinte forma:

Instrumentos Financeiros	31-12-2020			31-12-2019		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa	0.00		0.00	271.25		271.25
Depósitos bancários	4,118,651.50		4,118,651.50	2,733,654.93		2,733,654.93
Subtotal	4,118,651.50	0.00	4,118,651.50	2,733,926.18	0.00	2,733,926.18
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado						
Participações financeiras - Custo			0.00			0.00
Investimentos noutras entidades	13,229.04		13,229.04	7,869.48		7,869.48
Devedores por transferências e subsídios	9,228,109.80		9,228,109.80	6,384,830.23		6,384,830.23
Clientes, contribuintes e utentes	205,720.19	17,303.55	188,416.64	319,911.93	17,303.55	302,608.38
Estado e outros entes públicos	58.45		58.45			0.00
Outras contas a receber	82,995.36		82,995.36	158,256.07		158,256.07
Subtotal	9,530,112.84	17,303.55	9,512,809.29	6,870,867.71	17,303.55	6,853,564.16
Total Ativos Financeiros	13,648,764.34	17,303.55	13,631,460.79	9,604,793.89	17,303.55	9,587,490.34
Passivos financeiros mensurados ao custo						
Passivo corrente						
Fornecedores	7,282.33		7,282.33	34,072.46		34,072.46
Estado e outros entes públicos	39,626.64		39,626.64	50,878.09		50,878.09
Fornecedores de investimentos	2,601.62		2,601.62	292.13		292.13
Outras contas a pagar	9,926,602.04		9,926,602.04	6,293,212.07		6,293,212.07
Subtotal	9,976,112.63	0.00	9,976,112.63	6,378,454.75	0.00	6,378,454.75
Total Passivos Financeiros	9,976,112.63	0.00	9,976,112.63	6,378,454.75	0.00	6,378,454.75

O saldo da rubrica de clientes, contribuintes e utentes é resulta da prestação de serviços a empresas e instituições públicas de natureza técnico-científica nas áreas da investigação e conhecimento científico. Os proveitos diferidos para os períodos subsequentes são reconhecidos em Diferimentos atingindo o valor de 2.206.011,77 euros em 31 de dezembro de 2020(1.892.100,39 euros, em 2019).

O saldo da rubrica de Clientes, contribuintes e utentes inclui os seguintes montantes de crédito em cobrança duvidosa, cujo movimento no período foi:

Clientes cobrança duvidosa	Euros			
	31.12.2020	Aumento	Redução	31.12.2019
Clientes	17,303.55			17,303.55
Total	17,303.55	0.00	0.00	17,303.55

As perdas por imparidade para clientes foram determinadas por análise individual, tendo em consideração as expectativas de recebimentos futuros e a situação económica e financeira conhecida do cliente, e não registaram qualquer aumento resultante de incumprimento contratual ou falta de pagamento nos anos de 2019 e de 2020.

Não existiram movimentos de aumentos ou reduções na rubrica de perdas por imparidade acumuladas nos períodos de 2019 e de 2020.

Euros				
Instrumentos Financeiros	Imparidade acumulada no início de 2020	Movimentos do período		Imparidade acumulada no final de 2020
		Reforços	Reversões	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)-(4)
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado				
Clientes, contribuintes e utentes				
Clientes	17,303.55			17,303.55
Total Ativos Financeiros	17,303.55	0.00	0.00	17,303.55

Euros				
Instrumentos Financeiros	Imparidade acumulada no início de 2019	Movimentos do período		Imparidade acumulada no final de 2019
		Reforços	Reversões	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)-(4)
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado				
Clientes, contribuintes e utentes				
Clientes	17,303.55			17,303.55
Total Ativos Financeiros	17,303.55	0.00	0.00	17,303.55

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existiam ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existiam participações de capital em Entidades que sejam subsidiárias ou associadas. As participações financeiras em outros investimentos financeiros resumiam-se ao Fundo de Compensação do Trabalho, registando montante de 13.229,04 euros em 2020 (7.869,48 em 2019), e encontravam-se reconhecidas ao método do custo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Outras contas a pagar contemplava essencialmente valores em execução relativos a protocolos e projetos de investigação, no montante de 9.370.771,94 euros, em 2020 (6.135.724,62, em 2019), adiantamentos recebidos de projetos de investigação, no valor de 411.158,50 euros, em 2020 (sem valor em 2019) e acréscimos de gastos com férias e outros encargos, no montante de 144.412,09, em 2020 (123.522,06, em 2019), conforme detalhe apresentado em Outras Divulgações, no final do presente Anexo.

NOTA 20 - DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

A Fundação Gaspar Frutuoso, FP é uma entidade detida na totalidade pela Universidade dos Açores, e encontra-se sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Governo da República Portuguesa.

Em 31 de dezembro de 2020, a Fundação não tinha participações ou controlo sobre outras Entidades.

As transações que ocorreram nos exercícios de 2020 e 2019, por natureza de partes relacionadas, foram:

Euros		
Transferências e subsídios concedidos	31.12.2020	31.12.2019
Transferências correntes concedidas		
Outras entidades públicas (UAç)		200,000.00
Setor privado:		
Famílias (Bolsas de Investigação)	403,631.84	365,196.22
Total	403,631.84	565,196.22

Transações	31.12.2020				31.12.2019			
	Compra ou venda de bens	Compra ou venda de	Prestações de serviços	Outros	Compra ou venda de bens	Compra ou venda de	Prestações de serviços	Outros
Universidade dos Açores		4,104.33			14,548.43			200,000.00
Total Transações entre partes relacionadas	0.00	4,104.33	0.00	0.00	14,548.43	0.00	0.00	200,000.00

Em 31 de dezembro de 2020 as pessoas-chave da gestão e membros próximos da família apresentavam os seguintes saldos:

Cargos	Nº de Pessoas	Remuneração	Outras Compensações	Empréstimos	Benefícios Diretos e Indirectos
Pessoas-chave da Gestão *	2	58,011.97			

* Membros do Conselho Diretivo e o Fiscal Único

Dos três membros do Conselho Diretivo, apenas um vogal é remunerado por vencimento base, considerando as funções exclusiva e a tempo inteiro. Inclui a remuneração do fiscal único do ano de 2020 no montante de 5.819,76 euros. O Presidente do Conselho Geral da Fundação Gaspar Frutuoso é por inerência do número 10 dos Estatutos da Fundação Gaspar Frutuoso o Magnífico Reitor da Universidade dos Açores. Não se identificaram membros próximos da família dos órgãos de gestão na entidade e suas partes relacionadas.

NOTA 21 – RELATO POR SEGMENTOS

A Fundação não reporta informação por segmentos, tendo em consideração que a sua atividade se concentra na atividade principal de investigação e desenvolvimento científico, sendo outras atividades, nomeadamente de prestação de serviços de natureza técnica e científica, complementares da atividade principal e sem relevância financeira para as contas separadas (individuais) da FGF. As atividades complementares são desenvolvidas pelos investigadores e em ligação direta com os centros de investigação e os projetos executados, na medida em que consubstanciam a implementação da investigação e desenvolvimento realizada junto das empresas e de instituições públicas e governamentais, na promoção do acesso dessas entidades ao conhecimento e inovação, em cumprimento com o objeto social e desígnios estatutários da Fundação.

NOTA 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica de Outras contas a receber era constituída por:

Outras Contas a receber	31-12-2020			31-12-2019
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia líquida
Acrescimos de Rendimentos	82,735.85		82,735.85	158,256.07
Outros devedores	259.51		259.51	259.51
Total	82,995.36	0.00	82,995.36	158,515.58

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica de Outras contas a pagar era constituída por:

Outras contas a pagar	Euros	
	31.12.2020	31.12.2019
Especialização de férias e subsídio de férias	127,053.30	92,934.45
Outros acréscimos de gastos	17,358.79	30,587.61
Credores por execução de subsídios e protocolos	9,370,771.94	6,135,724.62
Adiantamentos por conta de subsídios e protocolos	411,158.50	
Outros credores	259.51	33,965.39
Total	9,926,602.04	6,293,212.07

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica de Diferimentos do ativo eram constituídas por:

Euros		
Diferimentos (ativo)	31.12.2020	31.12.2019
Outros gastos a reconhecer de Fornecimentos e Serv. Externos	14,776.95	5,185.69
Total	14,776.95	5,185.69

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica de Diferimentos do passivo eram constituídas por:

Euros		
Diferimentos (passivo)	31.12.2020	31.12.2019
Outros rendimentos a reconhecer de Serviços Prestados	2,206,011.77	1,892,100.39
Outros Rendimentos		
Total	2,206,011.77	1,892,100.39

Capital ou Património Líquido

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foram identificadas as seguintes rubricas:

a) Património

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, o valor em “Património” encontrava-se integralmente realizado.

b) Reservas

A rubrica “Reservas” apresentava a seguinte composição nos exercícios de 2020 e 2019:

Rúbricas	Reservas Legais	Reservas Livres	Outras Reservas	Total em Reservas
Saldo em 01 de Janeiro de 2019	91,074.66	1,010,282.18		1,101,356.84
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	91,074.66	1,010,282.18		1,101,356.84
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	91,074.66	1,010,282.18		1,101,356.84

c) Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Rúbricas	Valores
Saldo a 01-Jan-19	-166,016.51
Alterações no período (2019)	
1. Aplicação resultados 2018	34,207.17
Saldo em 31-Dez-19	-131,809.34
Alterações no período (2020)	
1. Aplicação resultados 2019	-167,199.12
Saldo em 31-Dez-20	-299,008.46

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas em Conselho Geral de 24 de junho de 2020.

d) Outras variações no Património Líquido

Os valores desta rubrica respeitam aos subsídios aos investimentos realizados, os quais são imputados a resultados de acordo com a taxa de depreciação aplicada aos ativos financiados.

O valor apresentado nesta rubrica do balanço encontra-se assim discriminado no quadro que abaixo se apresenta.

Rúbricas	Valores
Saldo a 01-Jan-19	142,095.12
Alterações no período (2019)	
1. Execução de subsídios ao investimento	153,797.74
2. Imputação de subsídios ao investimento a rendimentos do exercício	-57,228.07
Saldo em 31-Dez-19	238,664.79
Alterações no período (2020)	
1. Execução de subsídios ao investimento	301,919.93
2. Imputação de subsídios ao investimento a rendimentos do exercício	-106,570.18
Saldo em 31-Dez-20	434,014.54

Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica de Gastos com Pessoal decompunha-se como se segue:

		Euros	
Gastos com o pessoal	31.12.2020	31.12.2019	
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão			
Remunerações certas e permanentes	52,192.21	49,781.72	
Abonos variáveis ou eventuais		37.83	
Remunerações do pessoal			
Remunerações certas e permanentes	813,194.26	584,690.30	
Abonos variáveis ou eventuais	16,738.04	74,584.41	
Indemnizações	10,879.57	21,629.84	
Encargos sobre remunerações			
Segurança Social / CGA	184,543.67	135,115.48	
Fundo Garantia e Compensação Trabalho	507.14	225.93	
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	11,583.99	5,588.14	
Outros gastos com o pessoal			
Outros encargos sociais			
Total	1,089,638.88	871,653.65	

Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompunha-se como se segue:

		Euros	
Fornecimentos e serviços externos	31.12.2020	31.12.2019	
Serviços especializados			
Trabalhos especializados	1,016,283.94	1,026,138.81	
Publicidade, comunicação e imagem			
Vigilância e segurança	31,982.01	29,412.00	
Honorários	12,100.20	12,177.60	
Conservação e reparação	17,349.43	31,898.10	
Outros serviços especializados	3,891.60	1,884.11	
Materiais de consumo			
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3,820.77	4,177.95	
Livros e documentação técnica	6,321.02	2,387.74	
Material de escritório	13,445.59	18,229.61	
Artigos para oferta e de publicidade de propaganda			
Material de educação, cultura e recreio	2,201.59		
Produtos químicos e de laboratórios	70,817.13	156.36	
Outros materiais	117,395.83	196,716.97	
Energia e fluidos			
Eletricidade	35,297.33	43,991.14	
Combustíveis e lubrificantes	910.56	2,640.48	
Água	155.88	221.09	
Outros	18,577.19	3,895.37	
Deslocações, estadas e transportes			
Desclocações e estadas	83,622.60	465,653.38	
Transporte de mercadorias e outros bens	2,074.86	11,306.76	
Outros	4,410.44	23,671.68	
Serviços diversos			
Rendas e alugueres	472.43	3,741.82	
Comunicação	25,330.55	27,661.59	
Seguros	15,342.80	29,586.90	
Contencioso e notariado	17,506.57	432.60	
Limpeza, higiene e conforto	727.60		
Outros serviços	80,967.06	159,753.74	
Total	1,581,004.98	2,095,735.80	

Transferências e subsídios concedidos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica de Transferências e Subsídios Concedidos decompunha-se como se segue:

	Euros	
Transferências e subsídios concedidos	31.12.2020	31.12.2019
Transferências correntes concedidas		
Outras entidades públicas (UAç)		200,000.00
Setor privado:		
Famílias (Bolsas de Investigação)	403,631.84	365,196.22
Total	403,631.84	565,196.22

Outros gastos e perdas

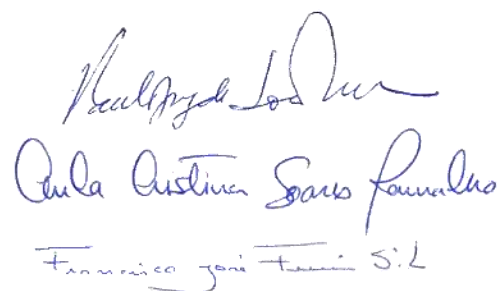
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica de Outros Gastos e Perdas apresentava a seguinte decomposição:

	Euros	
Outros gastos e perdas	31.12.2020	31.12.2019
Impostos e taxas	474.50	9,140.03
Perdas em inventários	0.01	
Gastos em investimentos não financeiros		
Abates	135.99	
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	44,575.31	15,995.08
Total	45,185.81	25,135.11

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



Anexo às Demonstrações Orçamentais

Demonstrações Orçamentais de Relato

01-01-2020 a 31-12-2020

1 – Identificação da entidade, período de relato

As demonstrações orçamentais foram preparadas pela Fundação Gaspar Frutuoso, FP, segundo a NCP 26 – Contabilidade e relato orçamental do SNC-AP e traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da entidade no período de 01-01-2020 a 31-12-2020, proporcionando, entre outra, informação sobre as modificações orçamentais, a execução orçamental, os pagamentos e recebimentos.

As demonstrações orçamentais visam a divulgação de informação sobre o cumprimento de obrigações legais ou outras regras impostas externamente. O objetivo primordial da preparação das demonstrações orçamentais consubstancia-se na transmissão de forma verdadeira e apropriada da execução orçamental.

As presentes demonstrações orçamentais estão apresentadas em euros.

Segundo a Instrução n.º1/2019 do Tribunal de Contas, até à plena entrada em vigor da Lei de Enquadramento Orçamental, as entidades sujeitas à aplicação do SNC-AP não estão obrigadas a entregar as demonstrações orçamentais previsionais previstas na NCP 26.

2 – Demonstrações de relato individual

As demonstrações de relato individual compreendem a apresentação de:

- Demonstração do Desempenho Orçamental;
- Demonstração de Execução Orçamental de Receita;
- Demonstração de Execução Orçamental de Despesa;
- Anexo às Demonstrações Orçamentais.

2.1 – Demonstração do Desempenho Orçamental

Esta demonstração permite a análise do desempenho orçamental da Fundação da Gaspar Frutuoso. Apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração, também se evidenciam os correspondentes saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte; saldo global, saldo corrente e saldo de capital. Apresenta-se ainda informação organizada pela fonte de financiamento e por classificação económica da execução orçamental.

Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos, estão discriminados de acordo com as seguintes fontes de financiamento:

- RP – Receitas Próprias;
- RG – Receitas Gerais;
- EU – Financiamento da União Europeia;
- EMPR – Contratação de empréstimos;
- Fundos Alheios – Operações de tesouraria.

Quadro 1. Demonstração do Desempenho Orçamental 2020 – Recebimentos

(Euros)

Rubrica	RECEBIMENTOS	Fontes de Financiamento					TOTAL
		RP	RG	EU	EMP	Fundos Alheios	
	Receita corrente	3 135 943,68	44 699,49	1 166 131,07	0,00	0,00	4 346 774,24
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	966 386,79	44 699,49	1 166 131,07	0,00	0,00	2 177 217,35
R5.1	Transferências correntes	966 386,79	44 699,49	1 166 131,07	0,00	0,00	2 177 217,35
R5.1.1	Administrações Públicas	744 298,17	44 699,49	797 611,20	0,00	0,00	1 586 608,86
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	44 699,49	0,00	0,00	0,00	44 699,49
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	737 310,49	0,00	797 611,20	0,00	0,00	1 534 921,69
R5.1.1.5	Administração Local	6 987,68	0,00	0,00	0,00	0,00	6 987,68
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	368 519,87	0,00	0,00	368 519,87
R5.1.3	Outras	222 088,62	0,00	0,00	0,00	0,00	222 088,62
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	2 164 690,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2 164 690,92
R7	Outras Receitas Correntes	4 865,97	0,00	0,00	0,00	0,00	4 865,97
	Receita capital	0,00	501 920,91	0,00	0,00	0,00	501 920,91
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	501 920,91	0,00	0,00	0,00	501 920,91
R9.1	Transferências de capital	0,00	501 920,91	0,00	0,00	0,00	501 920,91
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	501 920,91	0,00	0,00	0,00	501 920,91
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	501 920,91	0,00	0,00	0,00	501 920,91
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outro	9 892,74	0,00	0,00	0,00	0,00	9 892,74
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	9 892,74	0,00	0,00	0,00	0,00	9 892,74
	Receita não efetiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(Euros)

Quadro 2. Demonstração do Desempenho Orçamental 2020 – Pagamentos

Rubrica	PAGAMENTOS	RP	RG	EU	EMP	Fundos Alheios	TOTAL
	Despesa corrente	2 306 125,30	271 109,61	875 454,80	0,00	0,00	3 452 689,71
D1	Despesas com o pessoal	1 073 027,76	149 639,16	532 598,06	0,00	0,00	1 755 264,98
D1.1	Remunerações certas e permanentes	931 500,99	113 240,90	419 983,16	0,00	0,00	1 464 725,05
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	30 673,48	8 145,61	14 888,17	0,00	0,00	53 707,26
D1.3	Segurança social	110 853,29	28 252,65	97 726,73	0,00	0,00	236 832,67
D2	Aquisição de bens e serviços	797 501,85	74 576,51	260 218,25	0,00	0,00	1 132 296,61
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências e subsídios correntes	246 115,08	46 849,94	82 392,09	0,00	0,00	375 357,11
D4.1	Transferências correntes	246 115,08	46 849,94	82 392,09	0,00	0,00	375 357,11
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	246 115,08	46 849,94	82 392,09	0,00	0,00	375 357,11
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	189 480,61	44,00	246,40	0,00	0,00	189 771,01
	Despesa capital	232 927,92	63 755,86	126 201,16	0,00	0,00	422 884,94
D6	Aquisição de bens de capital	232 927,92	63 755,86	126 201,16	0,00	0,00	422 884,94
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa não efetiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 3. Demonstração do Desempenho Orçamental 2020 – Geral

Rubrica	(Euros)					
	RP	RG	EU	EMP	Fundos Alheios	TOTAL
Operações orçamentais [1]	2 266 357,82	379 552,16	87 054,07	0,00	0,00	2 732 964,05
Restituição de saldos de operações orçamentais	6 676,89	3 370,19	0,00	0,00	0,00	10 047,08
Operações de tesouraria [A]					-9 084,95	-9 084,95
Receita efetiva [2]	3 145 836,42	546 620,40	1 166 131,07	0,00	0,00	4 858 587,89
Receita não efetiva (3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	5 412 194,24	926 172,56	1 253 185,14	0,00	0,00	7 591 551,94
Recebimentos de operações de tesouraria [B]					483 383,93	483 383,93
Despesa efetiva [5]	2 539 053,22	334 865,47	1 001 655,96	0,00	0,00	3 875 574,65
Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [7]=[5]+[6]	2 539 053,22	334 865,47	1 001 655,96	0,00	0,00	3 875 574,65
Pagamentos de operações de tesouraria [C]					71 624,77	71 624,77
Saldos para gerência seguinte						
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	2 873 141,02	591 307,09	251 529,18	0,00	0,00	3 715 977,29
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					402 674,21	402 674,21
Saldo global [2]-[5]	606 783,20	211 754,93	164 475,11	0,00	0,00	983 013,24
Despesa primária	2 539 053,22	334 865,47	1 001 655,96	0,00	0,00	3 875 574,65
Saldo corrente	829 818,38	-226 410,12	290 676,27	0,00	0,00	894 084,53
Saldo de capital	-232 927,92	438 165,05	-126 201,16	0,00	0,00	79 035,97
Saldo primário	606 783,20	211 754,93	164 475,11	0,00	0,00	983 013,24
Receita total [1]+[2]+[3]	5 412 194,24	926 172,56	1 253 185,14	0,00	0,00	7 591 551,94
Despesa total [5]+[6]	2 539 053,22	334 865,47	1 001 655,96	0,00	0,00	3 875 574,65

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da receita, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas. Tem como objetivo permitir o controlo da execução orçamental da receita durante o ano 2020, nomeadamente as liquidações, os valores cobrados e por receber.

O quadro seguinte apresenta a demonstração de execução orçamental da receita no período de 2020, desagregada pelas respetivas rubricas orçamentais.

Quadro 4. Demonstração de Execução Orçamental da Receita – 2020

RUBRICA	DESCRIÇÃO	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental (%)	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
							(1)	(2)	(3)	(4)	(5)		(6)	(7)
	Receita corrente	6 079 484,00	319 911,93	4 259 479,05	26 906,55	4 373 680,79	26 906,55	26 906,55	302 608,38	4 346 774,24	4 346 774,24	205 710,19	4,98	66,52
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Impostos diretos												0,00	0,00
R12	Impostos indiretos												0,00	0,00
	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde												0,00	0,00
R2	Taxas, multas e outras penalidades												0,00	0,00
R3	Rendimentos de propriedade												0,00	0,00
R4	Transferências e subsídios correntes	3 439 410,00	0,00	2 204 123,90	26 906,55	2 204 123,90	26 906,55	26 906,55	0,00	2 177 217,35	2 177 217,35	0,00	0,00	63,30
R5	Transferências correntes	2 249 684,00	0,00	1 599 887,51	13 278,65	1 599 887,51	13 278,65	13 278,65	0,00	1 586 608,86	1 586 608,86	0,00	0,00	70,53
R51	Administrações Públicas												0,00	0,00
	Administração Central - Estado												0,00	0,00
R5111	Português	0,00		0,00		0,00				0,00	0,00		0,00	0,00
	Administração Central - Outras entidades												0,00	0,00
R5112	Segurança Social	44 008,00		44 699,49		44 699,49				44 699,49	44 699,49		0,00	101,57
R5113	Administração Regional	2 198 688,00		1 548 200,34	13 278,65	1 548 200,34	13 278,65	13 278,65		1 534 921,69	1 534 921,69		0,00	69,81
R5114	Administração Local	6 988,00		6 987,68		6 987,68				6 987,68	6 987,68		0,00	100,00
R5115	Exterior - UE	877 566,00		368 519,87	13 627,90	368 519,87				368 519,87	368 519,87		0,00	41,99
R513	Outras	312 160,00	0,00	235 716,52		235 716,52	13 627,90	13 627,90	0,00	222 088,62	222 088,62		0,00	71,15
R6	Venda de bens e serviços	2 632 574,00	911,93	2 050 489,18		2 164 690,92	0,00	0,00	302 608,38	1862082,54	2 164 690,92	205 710,19	11,49	70,73
R7	Outras receitas correntes	7 500,00		4 865,97		4 865,97				4 865,97	4 865,97		0,00	64,88
	Receita de capital	3 217 775,00	0,00	3 263 272,91	18 495,21	3 263 272,91	18 495,21	18 495,21	0,00	3 244 777,70	3 244 777,70	0,00	0,00	100,84
R8	Venda de bens de investimento												0,00	0,00
R9	Transferências de capital	462 762,00	0,00	510 369,04	8 448,13	510 369,04	8 448,13	8 448,13	0,00	501 920,91	501 920,91	0,00	0,00	108,46
R91	Administrações Públicas	462 762,00	0,00	510 369,04	8 448,13	510 369,04	8 448,13	8 448,13	0,00	501 920,91	501 920,91	0,00	0,00	108,46
	Administração Central - Estado												0,00	0,00
R911	Administração Central - Outras entidades	462 762,00		510 369,04	8 448,13	510 369,04	8 448,13	8 448,13		501 920,91	501 920,91		0,00	108,46
R9112	Segurança Social												0,00	0,00
R9113	Administração Regional												0,00	0,00
R9114	Administração Local												0,00	0,00
R9115	Exterior - UE												0,00	0,00
R913	Outras												0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital												0,00	0,00
	Reposição não abatidas aos pagamentos	12 000,00		9 892,74		9 892,74				9 892,74	9 892,74		0,00	82,44
R12	Ativos financeiros												0,00	0,00
R13	Passivos financeiros												0,00	0,00
R14	Saldo da gerência anterior - Operações orçamentais	2 743 013,00		2 743 011,13	10 047,08	2 743 011,13	10 047,08	10 047,08		2 732 964,05	2 732 964,05		0,00	99,63
		9 297 259,00	319 911,93	7 522 751,96	45 401,76	7 636 953,70	45 401,76	45 401,76	302 608,38	7 288 943,56	7 591 551,94	205 710,19	3,25	78,40

2.3 – Demonstração de Execução Orçamental da Despesa (DODES)

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da despesa, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas. Tem como objetivo permitir o controlo da execução orçamental da despesa durante o ano de 2020, nomeadamente os compromissos assumidos, os valores pagos e por pagar.

O quadro seguinte apresenta o mapa da demonstração de execução orçamental da despesa no período de 2020, desagregada pelas respetivas rubricas orçamentais.

Quadro 5. Demonstração de Execução Orçamental da Despesa – 2020

(Euros)

RUBRICA	DESCRIÇÃO	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental (%)	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
							(1)	(2)	(3)			(4)	(5)
	Despesa corrente	86 458,59	5 772 341,00	0,00	3 464 978,30	3 464 978,30	84 021,73	3 368 667,98	3 452 689,71	0,00	12 288,59	1,46	58,36
D1	Despesas com o pessoal	43 946,76	2 587 243,00	0,00	1 759 207,95	1 759 207,95	41 810,40	1 713 454,58	1 755 264,98	0,00	3 942,97	1,62	66,23
D11	Remunerações certas e permanentes	22 389,82	2 030 553,00	0,00	1 466 005,05	1 466 005,05	20 709,82	1 444 015,23	1 464 725,05	0,00	1 280,00	1,02	71,11
D12	Abonos variáveis ou eventuais	10 440,81	163 873,00	0,00	54 291,99	54 291,99	9 984,45	43 722,81	53 707,26	0,00	584,73	6,09	26,68
D13	Segurança Social	11 116,13	392 817,00	0,00	238 910,91	238 910,91	11 116,13	225 716,54	236 832,67	0,00	2 078,24	2,83	57,46
D2	Aquisição de bens e serviços	42 511,83	2 104 419,00	0,00	1 140 642,23	1 140 642,23	42 211,33	1 090 085,28	1 132 296,61	0,00	8 345,62	2,01	51,80
D3	Juros e outros encargos												
D4	Transferências correntes	0,00	705 284,00	0,00	375 357,11	375 357,11	0,00	375 357,11	375 357,11				53,22
D41	Administrações Públicas	0,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
D411	Administração Central - Estado												
D412	Administração Central - Outras entidades		200 000,00										
D413	Segurança Social												
D414	Administração Regional												
D415	Administração Local												
D412	Instituições sem fins lucrativos												
D413	Famílias		505 284,00	0,00	375 357,11	375 357,11	0,00	375 357,11	375 357,11				74,29
D414	Outras												
D42	Subsídios												
D5	Outras despesas correntes		375 395,00	0,00	189 771,01	189 771,01	0,00	189 771,01	189 771,01				50,55
	Despesa de capital	148,39	795 763,00	0,00	427 682,38	427 682,38	148,39	422 736,55	422 884,94	0,00	4 797,44	0,02	53,12
D6	Aquisição de bens de capital	148,39	795 763,00	0,00	427 682,38	427 682,38	148,39	422 736,55	422 884,94		4 797,44	0,02	53,12
D7	Transferências e subsídios de capital												
D71	Transferências de capital												
D711	Administrações Públicas												
D7111	Administração Central - Estado												
D7111	Português												
D7111	Administração Central - Outras entidades												
D7112	Segurança Social												
D7114	Administração regional												
D7115	Administração Local												
D712	Entidades do setor não lucrativo												
D713	Famílias												
D714	Outras												
D72	Subsídios de capital												
D8	Outras despesas de capital												
D10	Passivos financeiros												
	Total	86 606,98	6 568 104,00	0,00	3 892 660,68	3 892 660,68	84 170,12	3 791 404,53	3 875 574,65	0,00	17 086,03	1,28	57,72

2.4 – Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimento

A Fundação Gaspar Frutuoso não dispõe de plano plurianual de investimento.

2.5 – Anexo às Demonstrações Orçamentais

O anexo às demonstrações orçamentais é composto pelos seguintes elementos:

2.5.1. Alterações Orçamentais da Receita

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na receita em 2020. Para melhor compreensão, importa referir que as alterações orçamentais podem ser:

- a) Permutativas (P) – quando procedem à alteração da composição do orçamento de receita ou da despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global;
- b) Modificativas (M) – quando procedem à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa, ou da qual resultou um aumento global da receita, de despesa ou de ambas, em face do orçamento em vigor.

As alterações orçamentais da receita ocorridas resultaram de:

- Integração do saldo de gerência do ano anterior no valor de 2.743.013€;
- Reforço da receita proveniente de transferências não inscritas na previsão inicial;

O quadro seguinte apresenta o mapa das alterações orçamentais da receita, desagregadas pelas respetivas rubricas orçamentais:

Quadro 6. Mapa das Alterações Orçamentais da Receita – 2020

RUBRICA	DESCRIÇÃO	Tipo	Receita				Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)
			Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			
				Inscrições / Reforços (4)	Diminuições / Anulações (5)	Créditos Especiais (6)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
	Receita corrente		6 006 288,00	151 063,00	77 867,00	0,00	6 079 484,00
R1	Receita fiscal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Impostos diretos						0,00
R12	Impostos indiretos						0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde						0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades						0,00
R4	Rendimentos de propriedade						0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	P	3 366 214,00	124 223,00	51 027,00	0,00	3 439 410,00
R51	Transferências Correntes	P	2 177 488,00	120 396,00	48 200,00	0,00	2 249 684,00
R511	Administração Central - Estado						0,00
R5112	Administração Central - Outras entidades	M	10 000,00	34 008,00			44 008,00
R5113	Segurança Social						0,00
R5114	Administração Regional	P/M	2 163 488,00	83 400,00	48 200,00		2 198 688,00
R5115	Administração Local	M	4 000,00	2 988,00			6 988,00
R512	Exterior - UE		877 566,00	0,00			877 566,00
R513	Outras	P	311 160,00	3 827,00	2 827,00		312 160,00
R6	Venda de bens e serviços	P	2 632 574,00	26 840,00	26 840,00		2 632 574,00
R7	Outras receitas correntes		7 500,00		0,00		7 500,00
	Receita de capital		474 762,00	2 743 270,00	257,00	0,00	3 217 775,00
R8	Venda de bens de investimento						0,00
R9	Transferências e subsídios de capital		462 762,00	0,00	0,00	0,00	462 762,00
R91	Transferências de capital		462 762,00	0,00	0,00	0,00	462 762,00
R911	Administrações Públicas		462 762,00				462 762,00
R9111	Administração Central - Estado		0,00				0,00
R9112	Administração Central - Outras entidades		462 762,00				0,00
R9113	Segurança Social						0,00
R9114	Administração Regional						0,00
R9115	Administração Local						0,00
R912	Exterior - UE						0,00
R913	Outras						0,00
R92	Subsídios de capital						0,00
R10	Outras receitas de capital						0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos		12 000,00	0,00			12 000,00
R12	Ativos financeiros						0,00
R13	Passivos financeiros						0,00
R14	Saldo da gerência anterior - Operações orçamentais	M		2 743 270,00	257,00		2 743 013,00
	Total		6 481 050,00	2 894 333,00	78 124,00	0,00	9 297 259,00

2.5.2 – Alterações Orçamentais da Despesa

À semelhança da demonstração das alterações orçamentais da receita, a demonstração das alterações da despesa destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na despesa em 2020.

Dentro das alterações orçamentais da despesa, destacam-se:

- O Reforço da despesa, após devida autorização do Ministro da Tutela, a aplicação do saldo de gerência dos Fundos Europeus no valor de 87.054€;
- Transferências diversas de reforço / anulação entre rubricas de classificação económica, decorrentes das necessidades de gestão corrente da entidade.

O quadro seguinte apresenta o mapa das alterações orçamentais da despesa, desagregadas pelas respetivas rubricas orçamentais:

Quadro 7. Mapa das Alterações Orçamentais da Despesa – 2020

RUBRICA	DESCRIÇÃO	Tipo	Despesa				Dotações corrigidas
			Dotações iniciais	Alterações orçamentais			
				Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	
	Despesa corrente		5 816 500,00	375 318,00	419 477,00	0,00	5 772 341,00
D1	Despesas com o pessoal		2 461 359,00	226 996,00	101 112,00	0,00	2 587 243,00
D11	Remunerações certas e permanentes	P/M	1 910 689,00	210 104,00	90 240,00		2 030 553,00
D12	Abonos variáveis ou eventuais	P	162 523,00	5 980,00	4 630,00		163 873,00
D13	Segurança Social	P	388 147,00	10 912,00	6 242,00		392 817,00
D2	Aquisição de bens e serviços	P	2 280 362,00	115 728,00	291 671,00		2 104 419,00
D3	Juros e outros encargos						0,00
D4	Transferências e subsídios correntes	P	699 384,00	32 594,00	26 694,00		705 284,00
D41	Transferências correntes		200 000,00	0,00	0,00	0,00	200 000,00
D411	Administrações Públicas						0,00
D4111	Administração Central - Estado						
D4112	Administração Central - Outras entidades		200 000,00				200 000,00
D4113	Segurança Social						0,00
D4114	Administração Regional						0,00
D4115	Administração Local						0,00
D412	Entidades do setor não lucrativo						0,00
D413	Famílias	P	499 384,00	32 594,00	26 694,00		505 284,00
D414	Outras						0,00
D42	Subsídios						0,00
D5	Outras despesas correntes		375 395,00	0,00	0,00	0,00	375 395,00
	Despesa de capital	P	664 550,00	176 263,00	45 050,00	0,00	795 763,00
D6	Aquisição de bens de capital	P	664 550,00	176 263,00	45 050,00		795 763,00
D7	Transferências e Subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D71	Transferências de capital						
D711	Administrações Públicas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7111	Administração Central - Estado						0,00
D7112	Administração Central - Outras entidades						0,00
D7113	Segurança Social						0,00
D7114	Administração Regional						0,00
D7115	Administração Local						0,00
D712	Entidades do setor não lucrativo						0,00
D713	Famílias						0,00
D714	Outras						0,00
D9	Ativos financeiros						0,00
D10	Passivos financeiros						0,00
		Total	6 481 050,00	551 581,00	464 527,00	0,00	6 568 104,00

2.5.3 – Operações de tesouraria

O quadro abaixo, relativo às operações de tesouraria, permite explicar as operações que geraram influxos ou efluxos de caixa, mas não representaram operações de execução orçamental, correspondendo às operações que são consideradas receita ou despesa orçamental, mas que tiveram expressão na tesouraria e na contabilidade da Fundação Gaspar Frutuoso.

(Euros)					
Código das contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
0711	Intermediação de fundos				
0716	Retenções - Transição SNC-AP				
0719	Outras receitas de operações de tesouraria	688,55	483 383,93		484 072,48
0726	Retenções - Transição SNC-AP				
0729	Outras despesas de operações de tesouraria	-9 773,50		-71 624,77	-81 398,27
Total		-9 084,95	483 383,93	-71 624,77	402 674,21

Quadro 8. Operações de Tesouraria – 2020

O saldo Final de 402. 674,21€ corresponde às operações de tesouraria a receber e a pagar, tal como discriminadas no quadro abaixo:

Código das contas	Designação	Conta Financeira	Recebimentos	Pagamentos
0719	Outras receitas de operações de tesouraria		403 855,02 €	
	OTR Nº3 Adiantamento Fundos Europeus - Project POPILLIA	2789291209999	246 976,39 €	
	OTR Nº4 Adiantamento Fundos Europeus - Project MACOBIOS	2789291209999	154 707,42 €	
	OTR Nº53 - Acerto Segurança social relativo out/20 por regularizar	245121	160,03 €	
	OTR Nº54 - devolução em duplicado relativo a um reembolso de viagem	2789291202239	11,18 €	
	OTR Nº56 - Devolução pagamento fornecedor	2789291201056	2 000,00 €	
0729	Outras despesas de operações de tesouraria			1 180,81 €
	OTP Nº 125/2019 - Pagamento publicação a fornecedor	2211304681		68,27 €
	OTP Nº 31 - Adiantamento CTT	2211101295		60,21 €
	OTP Nº 41 - Pagamento a fornecedor Mouser	2211205014		30,53 €
	OTP Nº 47 - Pagamento duplicado fornecedor Agostini Enrico	2711101790		607,60 €
	OTP Nº 48 - Pagamento duplicado fornecedor Pemberley Books	2211205096		86,24 €
	OTP Nº 49 - Pagamento vencimento Vittorio Zanon dez/20	2789291200516		170,16 €
	OTP Nº 50- Pagamento IRS dependente dez/20	24213		58,45 €
	OTP Nº 52 -Pagamento duplicado Ajuda de Custo	2789291201887		89,35 €
	OTP Nº 8 devolução inscrição cliente	2111999999		10,00 €
Saldo Final			402 674,21 €	

2.5.4 – Contratação Administrativa

2.5.4.1 – Situação dos Contratos

Os contratos celebrados em 2020 ou em períodos anteriores e que foram objeto de execução financeira são apresentados no quadro seguinte:

Quadro 9. Situação dos Contratos

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados				
	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual	Número do registo	Data		Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos incluídos os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos incluídos os trabalhos a menos
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
Circunforce Unipessoal,Lda	Serviço Informática	26/08/2019	14 302,00	14 302,00		11/07/2019	18/12/2019	5 863,82					11 727,64				
GLOBALEDA	Fornecimentos	23/03/2020	14 376,00	20 000,00		28/02/2020	06/02/2020	16 963,68					16 963,68				
E.R.T - Equipamentos e Reparações Técnicas	Fornecimentos	26/08/2020	20 744,00	22 000,00		02/04/2020	24/09/2020	25 515,12					25 515,12				
Associação para o estudo do Ambiente Insular	Serv. de investigação e desenvolvimento	28/05/2020	45 000,00	45 000,00		27/05/2020	27/05/2020	30 975,00					30 975,00				
INTSIS-Integ e Manutenção de Sist. De Informação	Serviços TI	26/08/2020	21 550,00	21 550,00		23/11/2020	22/10/2020	20 144,95					20 144,95				
Impactawe,Lda	Serviços	27/10/2020	17 850,00	18 000,00		11/12/2020	11/12/2020	8 782,20					8 782,20				
Aerosol d.o.o	Fornecimentos	03/11/2020	32 980,02	33 000,00		11/12/2020											
Labkit-Soluções para Laboratório,Lda	Fornecimentos	17/11/2020	14 396,00	14 900,00		11/12/2020	21/12/2020	16 987,28					16 987,28				
Valuring Unipessoal,Lda	Serviços TI	20/11/2020	66 000,00	66 000,00		11/12/2020	10/12/2020	23 364,00					23 364,00				
Leica Microsistemas Lda	Fornecimentos	14/12/2020	26 582,17	26 600,00		14/12/2020											
Freire de Andrade Unipessoal,Lda	Serviços	21/12/2020	45 000,00	55 000,00		26/04/2021											

2.5.4.2 – Adjudicações por Tipo de Procedimento

As adjudicações efetuadas em 2020, resumidas por tipo de procedimento de adjudicação, são apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 10. Adjudicação por Tipo de Procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento										Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Número dos contratos	Valor
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
Empreitada de obras públicas												
Aquisição de serviços									6	219 852,00	6	219 852,00
Locação ou aquisição de bens móveis									5	116 500,00	5	116 500,00
Concessão de obras públicas												
Concessão de serviços públicos												
Sociedade												
Outros												

2.6 – Transferências e Subsídios

2.6.1 – Transferências e Subsídios Concedidos

As transferências e subsídios correntes em 2020 são apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 11. Mapa das Transferências e Subsídios Correntes

TIPO DE DESPESA	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)
Transferências correntes								
04.08.02.BE00	Bolsa de Investigação Científica (ao abrigo do Regulamento de Bolsas de Investigação FCT, IP; Regulamento de Bolsas de Investigação da FGF, FP e Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado pela Lei n.º 40/2004 de 18 de agosto	Bolsas de Investigação Científica	Famílias	482 318,00	352 395,65	352 395,65		
04.08.02.A000	Resolução do Governo nº125/2019 de 5 de novembro de 2019	Estágios AP	Famílias	22 966,00	22 961,46	22 961,46		
Total transferências correntes	-	-	-	505 284,00	375 357,11	375 357,11	-	-
Transferências de capital								
Total transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios								
Total subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-

2.6.2 – Transferências e Subsídios Recebidos

As transferências e subsídios correntes e de capital obtidos em 2020 são apresentados no quadro abaixo:

Quadro 12. Mapa das Transferências e Subsídios Recebidos

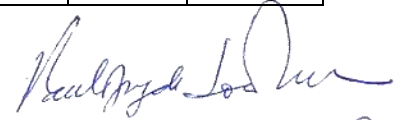
TIPO DE RECEITA	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(4)-(5)	(7)
Transferências correntes							
06.03.07.5355	RPOE - Regulamento de Projetos Financiados Exclusivamente por Fundos Nacionais, n.º 999/2016, de 31 de outubro e da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	UL-Instituto Superior de Agronomia	28 381,20	28 381,20	0,00	
06.03.07.5765	RPOE - Regulamento de Projetos Financiados Exclusivamente por Fundos Nacionais, n.º 999/2016, de 31 de outubro	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	UL-Instituto de Geografia e Ordenamento	707,23	707,23		
06.03.07.5807	RECI - Regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização - Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	Universidade do Porto-Fundação Pública	4 648,78	4 648,78		
06.03.07.5987	Regulamento n.º 284/2013, de 22 de Julho da FCT, IP	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	Universidade Nova de Lisboa-Fundação Pública	10 962,28	10 962,28		
06.04.01.A001	Projetos I&D alinhados Ris3 - PO A2020 e INTERREG 2014-2020 (1ª e 2ª convocatória) - Participação Regional 15% ORAA (Sistema Científica e Tecnológico dos Açores (SCTA) e PRO-SCIENTIA (Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2012/A, de 4 de julho)	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	Direção Regional da Ciência Tecnologia	276 941,17	276 941,17		
06.04.01.A001	PRO-SCIENTIA (Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2012/A, de 4 de julho)	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	Direção Regional da Ciência Tecnologia	384 774,02	384 774,02		13 278,65
06.04.01.A002	PRO-SCIENTIA (Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2012/A, de 4 de julho)	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	Fundo Regional da Ciência e Tecnologia	25 000,00	25 000,00		
06.04.01.A003	Contrato de Financiamento para execução das atividades previstas no Plano de Atividades do Observatório da Juventude dos Açores para 2019 (Decreto Legislativo Regional n.º 18/20018/A de 7 de julho e Protocolo de Cooperação para a implementação do Observatório da Juventude dos Açores)	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	Direção Regional da Juventude	24 995,75	24 995,75		
06.04.01.A004	Decreto Legislativo Regional n.º 18/2015/A de 20 de julho	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	Direção Regional do Turismo	17 975,00	17 975,00		

Continuação Quadro 12. Mapa das Transferências e Subsídios Recebidos

TIPO DE RECEITA	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferência / subsídios ocorrida no exercício
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(4)-(5)	(7)
Transferências correntes							
06.04.01.A005	Projetos I&D alinhados Ris3 - PO A2020 - Componente 85% FEDER	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	Direção Reg. Do Planeamento e Fundos Estruturais	797 611,20	797 611,20		
06.04.01.A008	Resolução do Conselho do Governo n.º 156/2015, de 11 de novembro, alterado e republicado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 128/2017, de 6 de dezembro	Financiamento dos Contratos de Emprego - PIIE	Fundo Regional do Emprego	2 700,00	2 700,00		
06.04.01.A010	Protocolo Cooperação Secretaria Regional da Saúde da RAA/Universidade dos Açores/Fundação Gaspar Frutuoso	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	Centro de Oncologia dos Açores Prof. Doutor José Conde	10 703,20	10 703,20		
06.04.01.A011	Contrato de Concessão de Apoio entre Instituto de Turismo de Portugal,IP/Associação de Turismo/Fundação Gaspar Frutuoso (despacho nº105/XXI/Set/2016)	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	Associação Turismo Açores	7 500,00	7 500,00		
06.05.02.A001	Protocolo Cooperação Município de Ponta Delgada/Universidade dos Açores/Fundação Gaspar Frutuoso (Lei 75/2013, de 12 de setembro)	Financiamento do Protocolo na área do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida	Município de Ponta Delgada	4 000,00	4 000,00		
06.05.02.A002	Termo de Aceitação Teramb/FGF (comparticipação regional 15% no âmbito do projeto cofinanciado pelo Programa INTERREG MAC 2014-2020, 2ª convocatória)	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	Teramb-Emp.Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira	2 987,68	2 987,68		
06.07.01	RPOE - Regulamento de Projetos Financiados Exclusivamente por Fundos Nacionais, n.º 999/2016, de 31 de outubro; Regulamento de Avaliação e Financiamento Plurianual de Unidades de I&D, n.º 503/2017 de 26 de setembro	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	FCiências .ID - Assoc. p/ Inv. Desenv. de Ciências	76 556,47	76 556,47		5 791,4
06.07.01	Regulamento de Acesso a Financiamento de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico - 2010; RPOE - Regulamento de Projetos Financiados Exclusivamente por Fundos Nacionais, n.º 999/2016, de 31 de outubro	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	Instituto de Engenharia Mecânica (IDMEC)	38 089,44	38 089,44		7 394,3
06.07.01	RECI - Regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização - Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	Instituto de Biologia Molecular Celular IBMC	13 058,93	13 058,93		442,1
06.07.01	Regulamento de Acesso a Financiamento de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico - 2010; Regulamento de Avaliação e Financiamento das Unidades de I&D, n.º 284/2013, de 22 de julho;	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	ICETA - Inst. Ciências Tec. Agroamb Univ. Porto	93 498,17	93 498,17		
06.07.01	RPOE - Regulamento de Projetos Financiados Exclusivamente por Fundos Nacionais, n.º 999/2016, de 31 de outubro	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	MITI-Madeira Interactive Technologies Institute	13 513,51	13 513,51		

Continuação Quadro 12. Mapa das Transferências e Subsídios Recebidos

TIPO DE RECEITA	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(4)-(5)	(7)
06.09.01	INTERREG V-A MAC 2014-2020 - Regulamento (UE) n.º 1303/2013 - Componente 85% FEDER	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	Comissão Europeia	256 703,10	256 703,10		
06.09.01	Consortium Agreement - Comissão Europeia (H2020)	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	Comissão Europeia	111 816,77	111 816,77		
06.09.05	Financiamento UVM/Núcleo Interdisciplinar da Criança e do Adolescente (NICA-UAc)/FGF	Financiamento dos Contratos de Investigação Científica e Tecnológica	The University of Vermont	1 000,00	1 000,00		
Total transferências correntes	-	-	-	2 204 123,90	2 204 123,90	-	26 906,55
Transferências de capital							
10.03.08.5298	Regulamento de Avaliação e Financiamento das Unidades de I&D, n.º 284/2013, de 22 de julho; Regulamento de Acesso a Financiamento de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico - 2010; RECI; RPOE	Financiamento de unidades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico e projetos de I&D	Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP	510 369,04	510 369,04	-	8 448,13
Total transferências de capital	-	-	-	510 369,04	510 369,04	-	8 448,13
Subsídios							
Total subsídios	-	-	-	-	-	-	


 Paula Cristina Soares Fernandes
 Francisco José Tavares S.L.

Proposta de aplicação de resultados

O Conselho Diretivo da Fundação Gaspar Frutuoso, FP propõe que o resultado líquido negativo do exercício de 2020, no valor de 209.019, 49€ (duzentos e nove mil dezanove euros e quarenta e nove cêntimos), seja transferido para a conta de “Resultados Transitados”.



Fiscalização da fundação

Decorrente dos Estatutos, o Fiscal Único é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da Fundação.

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, no que respeita ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, poder-se-á consultar no ponto seguinte o relatório e parecer deste Órgão e respetiva Certificação Legal das Contas.

Relatório e Parecer Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



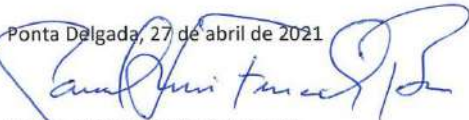
Aos membros do Conselho Geral,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório e Conta de Gerência do Conselho Diretivo da **Fundação Gaspar Frutuoso, FP** (a Entidade), que, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas e, também, as demonstrações do desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa relativas ao período findo naquela data.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho Diretivo todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório e Conta de Gerência foi elaborado em conformidade com as disposições legais em vigor, indicando de forma clara a evolução passada e previsível atividade operacional e financeira Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório e Conta de Gerência, bem como o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa e o anexo preparados pelo Conselho Diretivo com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e, também, as demonstrações do desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa relativas ao período findo naquela data.
- (b) Aproveis a proposta do Conselho Diretivo sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 27 de abril de 2021



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

Certificação Legal das Contas



Avenida Infante D. Henrique, nº 3, 2º
9500-762 PONTA DELGADA
Tel: 296.283.246
Email: mbranco@uhy-portugal.pt
Web: www.uhy-portugal.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Gaspar Frutuoso, FP** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 14.375.704 euros e um total de fundos próprios de 2.193.579 euros, incluindo um resultado líquido de 209.019 euros), a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Fundação Gaspar Frutuoso, FP** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

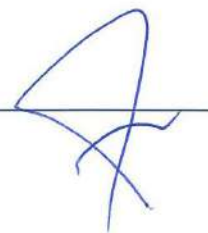
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório e conta de gerência com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 7.591.552 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 3.875.575 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

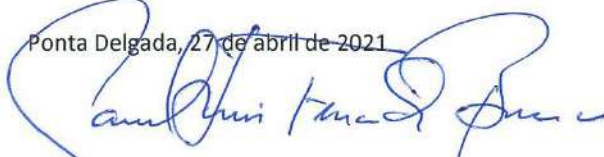
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório e conta de gerência

Em nossa opinião, o relatório e conta de gerência foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 27 de abril de 2021

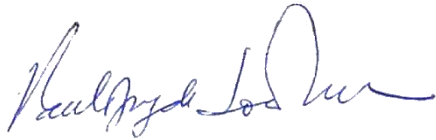


UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

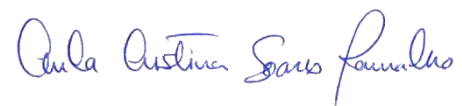
Ponta Delgada, 27 de abril de 2021

O Presidente do Conselho Diretivo



(Paulo Jorge Sousa Meneses)

A Vogal do Conselho Diretivo



(Carla Cristina Soares
Ramalho)

O Vogal do Conselho Diretivo



(Francisco José Ferreira
Silva)



Porbiota – Azores
Bioportal

Nomenclatura

CC	Centro de Custo
CD	Conselho Diretivo
CI	Centro de Investigação
DRCTD	Direção Regional da Ciência e Transição Digital
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP
FGF	Fundação Gaspar Frutuoso, FP
GRA	Governo Regional dos Açores
Programa INTERREG MAC 2014-2020	Programa Operacional de Cooperação Territorial INTERREG V-A Madeira-Açores-Canárias (MAC) 2014- 2020
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IR	Investigador Responsável
OE	Objetivo Estratégico
PA	Plano de Atividades
PI	Projeto de Investigação
PO AÇORES	Programa Operacional Açores 2020
PS	Prestações de Serviços de Investigação e Desenvolvimento
RH	Recursos Humanos
UAc	Universidade dos Açores

Contactos úteis

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

- Edifício das Ciências Exatas, Campus Universitário de Ponta Delgada, 9500- 321 Ponta Delgada
- Telf: +351 296 654 058 | Contribuinte nº 512058407
- E-mail: fgf@uac.pt
- URL: <http://fgf.uac.pt>

Equipa técnica FGF

FINANCEIRA	Paula Alexandra Miguel Ferreira
	Joana Filipa Câmara Lopes
	Maria João Correia Salvador
GESTÃO	Bruno Rodrigo Pereira Machado
	Nídia da Conceição Pimentel Jardim
	Vera Lúcia Almeida Cordeiro
INSTITUCIONAL	Crisálida Reis Fernandes Rego
JÚRIDICA	Sílvia Freitas Martinho
PROJECTOS	Bruno Alexandre Torres Fernambuco
	Bruno Rodrigo Pereira Machado
	Lúcia Raquel Pontes Ferreira Cláudio
	Melissa Sofia Braga Figueiredo
	Paula Cristina Medeiros Oliveira

